

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Alberto Luiz Silva Ferreira



Comunicação Comunitária na Amazônia Brasileira:
Um estudo a partir do Grupo Ambiental Natureza Viva da comunidade do Menino
Deus do Paraná Parintins no Estado do Amazonas

Porto Alegre
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Alberto Luiz Silva Ferreira

Comunicação Comunitária na Amazônia Brasileira:

Um estudo a partir do Grupo Ambiental Natureza Viva da comunidade do Menino Deus do Paraná Parintins no Estado do Amazonas

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Professora Doutora Ilza Maria Tourinho Girardi (PPGCOM/UFRGS).

Linha de Pesquisa: Culturas, Política e Significação

Porto Alegre
2024

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira, Alberto Luiz Silva

Comunicação Comunitária na Amazônia Brasileira: Um estudo a partir do Grupo Ambiental Natureza Viva da comunidade do Menino Deus do Paraná Parintins no Estado do Amazonas / Alberto Luiz Silva Ferreira. -- 2024.

132 f.

Orientador: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Comunicação Comunitária. 2. Comunicação. 3. Parintins. 4. Sustentabilidade Ambiental. 5. Populações Tradicionais. I. Girardi, Ilza Maria Tourinho, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Comunicação Comunitária na Amazônia Brasileira:

Um estudo a partir do Grupo Ambiental Natureza Viva da comunidade do Menino Deus do Paraná Parintins no Estado do Amazonas

Alberto Luiz Silva Ferreira

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Aprovada em: 28 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi – PPGCOM/UFRGS
Orientadora

Profa. Dra. Eloisa Belling Loose - UFRN
Examinadora

Profa. Dra. Claudia Herte de Moraes - UFSM
Examinadora

Jornalista. Dra. Débora Gallas Steigleder – Agência Bori
Examinadora

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Fabico/UFRGS
Examinadora

Profa. Dra. Miriam Rossini – PPGCOM/UFRGS
Suplente

Dedico este trabalho de pesquisa aos meus irmãos ribeirinhos. Idosos, homens, mulheres, jovens e crianças que deslizam suavemente em seus pequenos “cascos” – canoas de pequeno porte – em meio aos murizais – vegetação da beira dos rios, lagos e igarapés – como se fossem parte daquele ambiente. Tratam a natureza como parte de suas vidas e a respeitam porque vêm nela o seio que os amamenta com todo carinho e generosidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a meu Deus, que me deu a vida e uma família humilde que desde minha infância me encaminhou para os bancos da escola. Anos setenta, minha cidade de Parintins-AM, interior do Amazonas, com comércio fraco não dispunha de material escolar variado. Isso levava minha mãe a comprar napa para costurar minha bolsa escolar. Os cadernos eram feitos de papel almaço costurado. Livros didáticos distribuídos pelo governo era algo impensável. Mas, tive professores maravilhosos no ensino fundamental que me encaminharam e despertaram o amor pelos livros.

Minha família extensa de dez filhos, um pai comerciante de lanches e uma mãe, dona de casa, foram minha outra fonte de motivação. Nenhum, salvo um especial, deixou de frequentar a escola e hoje aquela família humilde está toda educada e sendo bons cidadãos.

Minha família, formada pela minha esposa Luzinéa, meus filhos Jorge Breno, Marcos Vinícius, Alberto Filho, Felipe e minha neta Bianca são meu ponto de apoio e incentivo. Iniciei minha carreira como professor de nível superior apenas como especialista e, a minha conquista ao nível de mestre foi festejada por eles. Quando consegui a aprovação para o doutorado na UFRGS foi outra alegria. Então, eles sempre estarão ao meu lado a cada conquista.

Não posso deixar de externar minha gratidão a casa que me acolheu em 2008, a UFAM, e me permitiu levar adiante meus estudos de pós-graduação. E, a uma pessoa de forma particular o professor José Carlos Monteiro de Barros, diretor Acadêmico do Instituto de Ciências Sociais Zootecnia / ICSEZ, que me apresentou ao Curso de pós-graduação em Comunicação UFRGS. Aos meus professores do programa de doutorado também deixo meu profundo agradecimento, pois foram professores, orientadores e amigos; assim como aos colegas de curso que sempre se colocaram à disposição para orientações e me ajudar em questões de informática.

Agora, tenho um agradecimento especial para a minha orientadora, a professora doutora Ilza Maria Tourinho Girardi, que desde o meu primeiro contato com ela se mostrou a pessoa mais gentil e dedicada à educação. Sempre nas conferências *on-line* procurou deixar todos os participantes muito à vontade e com liberdade de participação e, ao chegar ao final deste trabalho ainda continuo recebendo comunicados dela noite adentro, sinal de que essa pessoa maravilhosa não tem hora para cumprir sua missão.

RESUMO

O tema desta tese é a Comunicação Comunitária na comunidade do Menino Deus na localidade do Paraná de Parintins, município de Parintins, na região do Médio Amazonas, Estado do Amazonas. O objetivo geral é descrever as estratégias de comunicação comunitárias empregadas no processo de comunicação desenvolvido pelo Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV) para a defesa do meio ambiente e construção da cidadania dos comunitários. Os objetivos específicos buscam: apontar quais formas de comunicação ou recursos de comunicação utilizados pelo GRANAV para se comunicar com os associados; averiguar como o meio ambiente é representado nas comunicações do GRANAV; identificar ideias de desenvolvimento encontrados nos documentos produzidos pela associação; e, verificar se há uma mudança de estratégias de comunicação ao longo do tempo e quais suas características. Para a construção do contexto da pesquisa são acionados autores que estudam a sociobiodiversidade da região como Witkoski (2010) e Souza (2009). A opção metodológica foi a pesquisa documental (MOREIRA, 2012) a partir da leitura dos documentos produzidos pela associação. O referencial teórico foi construído com autores como Peruzzo (2022); Paiva (2003); Kaplún (1985) nomes de referência nos estudos da comunicação comunitária e comunidade; Leff (2015); Strong (1973); Furtado (1974); Sachs (1993) que contribuíram com a discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade, além da própria Peruzzo. O estudo aponta que o GRANAV emprega desde sua criação estratégias de comunicação simples, como reuniões e festas e mesmo com as dificuldades impostas pela luta pela sobrevivência e defesa do meio ambiente consegue formar cidadãos com consciência ambiental capazes de compreender a importância do lugar onde vivem para o equilíbrio ecológico.

Palavras-Chave: Comunicação Comunitária; Educação; Desenvolvimento; Cidadania; Sustentabilidade Ambiental.

ABSTRACT

The theme of this thesis is Community Communication in the Menino Deus community in the town of Parintins, Paraná, municipality of Parintins, in the Médio Amazonas region, State of Amazonas. The general objective is to describe the community communication strategies used in the communication process developed by the Natureza Viva Environmental Group (GRANAV) to defend the environment and build community citizenship. The specific objectives seek to: point out which forms of communication or communication resources are used by GRANAV to communicate with members; investigate how the environment is represented in GRANAV communications; identify development ideas found in documents produced by the association; and, check whether there is a change in communication strategies over time and what their characteristics are. To construct the research context, authors who study the socio-biodiversity of the region are used, such as Witkoski (2010) and Souza (2009). The methodological option was documentary research (MOREIRA, 2012) as the research was carried out by reading the documents produced by the association. The theoretical framework was built with authors such as Peruzzo (2022); Paiva (2003); Kaplún (1985), renowned names in community communication and community studies; Leff (2015); Strong (1973); Furtado (1974); Sachs (1993) who contributed to the discussion on development and sustainability, in addition to Peruzzo herself. The study points out that since its creation, GRANAV has employed simple communication strategies, such as meetings and parties, and even with the difficulties imposed by the struggle for survival and defense of the environment, it manages to form environmentally conscious citizens capable of understanding the importance of the place where they live to ecological balance.

Keywords: Community Communication; Education; Development; Citizenship; Environmental Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Lagoa de abrigo para embarcações na cidade de Parintins em período de seca do Rio Amazonas.	125
Imagem 2: Modelo de convite de instituição parceira do GRANAV. Fonte GRANAV.	125
Imagem 3: Modelo de folder utilizado pelo GRANAV para convocação de manifestação sobre sustentabilidade.	126
Imagem 4: Membros do GRANAV em atividade coletiva.	126
Imagem 5: Membros do GRANAV em atividade de fiscalização.	127
Imagem 6: Atividade coletiva de produção de mudas de plantas olerícolas.	127
Imagem 7: Ação repressiva com apreensão de arreio de pesca proibido.	127
Imagem 8: Manifestação poética em evento cultural de membro do GRANAV.	127
Imagem 9: Cartilha para produção de mel de abelhas sem ferrão.	127
Imagem 10: Evento de formação com participação de instituições parceiras.	127
Imagem 11: Igreja, centro social e escola da comunidade do Menino Deus.	127
Imagem 12: Reunião dos membros do GRANAV no centro social comunitário.	127
Imagem 13: Porto da comunidade do Menino Deus em período de vazante.	127
Imagem 14: Imagem da ilha do paraná de Parintins em período de vazante.	127
Imagem 15: Ilha do paraná de Parintins em época de cheia do rio Amazonas.	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação de dois diferentes paradigmas de desenvolvimento	45
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APMC – Associação de Pais e Mestres de Escola
CFRGV – CASA FAMILIAR RURAL DA GLEBA DE VILA Amazônia
CEAM/PARINTINS-AM – Companhia de Energia do Estado do Amazonas/Parintins
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável
CMP – Câmara Municipal de Parintins
COAGVA: Conselho dos Assentados da Gleba de Vila Amazônia
CPT – Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Parintins
CPZ-17 – Colônia de Pescadores Z-17
EJA – Ensino de Jovens e Adultos
GCIP – Gerente do Componente iniciativas Promissoras do ProVárzeas/IBAMA
GRANAV – Grupo Ambiental natureza viva
GRENV -Grupo Ecológico Natureza Viva.
GROON – Grupo de Oração Obra Nova
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IGHP – Instituto Geográfico e Histórico de Parintins
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas
JIRAU- publicação do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea.
MMA – Ministério do Meio Ambiente
PAAV – Programa de Agentes Voluntários Ambientais
POIMDP – Pontifícia Obra da Infância Missionária da Diocese de Parintins
PAE – Plano de Assentamento Agrícola
PROJETO PÉ-DE-PINCHA/IBAMA/UFAM
PRONERA/EDUCAMPO – Projeto de Assentamento Vila Amazônia, do Programa Nacional de Educação do Campo na Reforma Agrária.
PROVÁRZEA – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
SEMPA – Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento do Município de Parintins-AM
SINTRAFPIN – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Familiares de Parintins
SAC – Sistema Alvorada De Comunicação
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
1ª CIPM – Primeira Companhia Independente de Polícia Militar de Parintins

2ª Vara da Comarca de Parintins – MJ

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. O GRANDE PUXIRUM: O RIBEIRINHO AMAZÔNICO E A VÁRZEA	28
2.1 AMAZÔNIA: O MUNDO DO RIBEIRINHO	28
2.2 A VÁRZEA AMAZÔNICA: O TERRITÓRIO PARTICULAR DO RIBEIRINHO	32
2.3 A ADAPTAÇÃO DO HOMEM AO AMBIENTE TROPICAL POR MEIO DA CULTURA	38
2.4 O RIBEIRINHO: O ELEMENTO HUMANO QUE DÁ SENTIDO À NATUREZA ..	40
2.5 HOMEM/NATUREZA E O TRABALHO TRANSFORMADOR	48
3. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E AS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	52
3.1 AS FORMAS TRADICIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	52
3.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	55
3.3 A COMUNICAÇÃO E AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	57
3.4 O DESENVOLVIMENTO E O COMPLEXO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE	58
3.5 O DESENVOLVIMENTO HUMANO	61
4. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: AS MUITAS MANEIRAS DE SE EXPRESSAR	63
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO AMBIENTE DE PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	67
4.2 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E SUA PERSPECTIVA CRÍTICA	70
4.3 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO COTIDIANO	74
4.4 PERFIL DE VEÍCULO COMUNITÁRIO	76
4.5 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NOS TEMPOS ATUAIS	78
4.6 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA	80
4.7 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO	82
5. CAMINHOS METODOLÓGICOS	89
6 AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE .	106
6.1 FORMAS DE COMUNICAÇÃO EMPREGADAS PELO GRANAV PARA SE COMUNICAR COM OS ASSOCIADOS	106
6.2 REPRESENTAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NAS COMUNICAÇÕES DO GRANAV	107

6.3 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O QUE É DESENVOLVIMENTO	109
6.4 AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO AO LONGO DO TEMPO	110
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
Referências	120
ANEXOS	124

PRÓLOGO

O futuro humanidade e da comunicação sem dúvidas começou com a troca de sinais entre seres providos de poucos recursos manuais e muito menos cognitivos. Em tempos idos por volta da década de 80 em uma conversa com um teólogo pude ouvir do mesmo a seguinte afirmação “conheço demais a Bíblia católica, porém não consigo absorver o que Ela me tenta transmitir, conheço os povos que a escreveram, os locais em que foram escritos, mas isso não consegue me transmitir nada. Possivelmente, em relação à Comunicação como forma de transmissão de informações, esteja acontecendo a mesma coisa. Os meios de transmissão são fabulosos, poucas regiões do planeta não chegam a contar com sinais de transmissores, contudo, em lugares como a Amazônia brasileira todo o potencial tecnológico da informação ainda é muito insuficiente como meio de interação entre pessoas e comunidades.

Pouco ou nada se consegue fazer sem a troca de sinais ou símbolos entre as pessoas. O trabalho criativo que diferencia os homens das demais espécies só se torna possível, por meio da troca de sinais que permitem que mensagens saiam de um emissor e consigam ser absorvidas por um receptor. E, é nesse vazio tecnológico da comunicação que entra em cena o importante papel da Comunicação Comunitária. Um modelo de comunicação que praticamente prescindir de equipamentos para que a interação, a comunhão de interesses entre homens, aconteça.

Sou neto de ribeirinhos que viveram em região próxima ao Paraná de Parintins. Região que até há pelo menos três décadas passadas vivia tendo como forma de comunicação, basicamente a comunicação comunitária, haja vista os poucos recursos tecnológicos comunicacionais e, ainda hoje, mesmo no início de um novo milênio a região ainda não está perfeitamente atendida pelo sistema de comunicação da aldeia global. O sustento de suas famílias era todo retirado das águas dos rios e das férteis terras da várzea que margeiam o rio Amazonas, trabalhavam com a produção da juta e da malva para produção de juta, assim como com a produção de culturas próprias do período de verão, além da comercialização de peixes salgados. O meu encontro com as letras aconteceu pelo fato de meu pai, um homem simples vendedor de refresco com pão doce na praça central de Parintins, na época da década de sessenta pouco maior que uma vila de seus quinze mil habitantes. Manaus na época possuía três jornais editados A CRÍTICA, A NOTÍCIA e o JORNAL DO COMÉRCIO, sendo que os dois primeiros eram vendidos na praça de Parintins sempre com dias de atraso, em virtude da irregularidade dos voos de avião que já serviam a cidade na época. Meu

pai, um homem de pouco estudo, mas que possuía o hábito da leitura de jornais, revistas em quadrinhos e com isso fui também criando o hábito da leitura.

Minha mãe, também uma mulher de pouco estudo, mas que não deixou nenhum de seus dez filhos fora da escola e bastante exigente com nossos compromissos escolares. Minha ligação com as ciências da terra iniciou com minha ida para o Colégio Agrícola de Manaus no ano de 1977, esse período compreendia o curso médio colegial com duração de três anos. No ano de 1983, assumi o cargo de extensionista rural no Estado do Amazonas, cargo que exerci por 25 anos, até eu assumir o cargo de professor do Curso de Administração no Instituto de Ciências Sociais e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, na cidade de Parintins. Onde tive a possibilidade de realizar o Mestrado em Ciências do Ambiente e por convite do professor Carlos, docente do Curso de Comunicação Social do ICSEZ, prestei concurso para o doutorado do PPGCOM/UFRGS em um convênio celebrado entre as duas instituições.

Um fator de importância significativa foi a professora doutora Ilza Maria Girardi ter me aceitado como seu orientando, apesar de que até o momento não a conheci pessoalmente. Talvez um dos motivos tenha sido que a pandemia de covid-19 tenha tido seu quadro mais grave nos dois primeiros anos do curso. Contudo, na medida do possível os encontros virtuais sempre foram muitos frutuossos e amistosos.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação comunitária é o tema deste trabalho de pesquisa acadêmica. Contudo, para discutir sobre o tema tornou-se necessária a abordagem de todo um conjunto de fatores diretamente ligados ao mesmo e que permitiriam o desenvolvimento da ideia em torno do que vem a ser comunicação comunitária e a problematização do tema da pesquisa.

Criou-se, portanto, um verdadeiro ecossistema comunicacional envolvendo o ambiente amazônico, povos tradicionais da Amazônia que, neste caso foram representados pelos ribeirinhos, movimentos populares e sustentabilidade ambiental. Podemos começar com algumas indagações que nos colocam diretamente no centro de nossa proposta de trabalho: Por que a comunicação comunitária? Em que ambiente humano essa comunicação será desenvolvida? O que motivou a prática de tal tipo de comunicação? Como essa comunicação comunitária se realizou e se sustentou ao longo do tempo? Quais os resultados obtidos a partir do exercício da comunicação comunitária?

A comunicação comunitária apresenta-se diferente de todos os demais tipos de comunicação praticados pela sociedade humana sem, contudo, prescindir da utilização delas para a consecução dos seus objetivos. Ou seja, ainda que a comunicação comunitária seja praticada dentro de características próprias, necessita da interface com os demais tipos de comunicação desenvolvidas para atender as necessidades humanas. Apenas para nos situarmos a respeito dos demais tipos de comunicação podemos citar como exemplos: a comunicação praticada a partir dos *mass media*, a comunicação científica, a comunicação organizacional, a comunicação praticada pelas denominações religiosas, a comunicação alternativa, etc.

As questões anteriormente levantadas são respondidas ao longo deste trabalho analisando as estratégias de comunicação comunitária desenvolvidas pelo Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV) em sua atuação em defesa da vida, da sustentabilidade ambiental e da cidadania na localidade do Paraná de Parintins, comunidade do Menino Deus localizada no município de Parintins-AM, na região do Médio Amazonas.

Este trabalho sofreu o impacto da pandemia da covid-19, pois seu início coincidiu com a generalização da doença em nível planetário. Os deslocamentos entre comunidades, cidades, estados e mesmo países e continentes foram praticamente suspensos, ficando autorizados somente aqueles considerados urgentes e

essenciais. As atividades de sala de aula do doutorado, um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), inicialmente previstas para acontecerem no campus da segunda instituição na cidade de Manaus-AM foram suspensas, ficando as atividades realizando-se de forma online.

Como havia muita especulação e indecisão sobre o futuro, com países e laboratórios envolvidos na possível criação de uma vacina para o controle da pandemia, nossa perspectiva de desenvolver uma pesquisa a partir da abordagem metodológica de pesquisa-ação foi frustrada. Uma vez que tal modelo de metodologia demandaria deslocamentos à comunidade de nosso objeto do estudo, o que naquele momento se tornou impossível. Dessa forma, optamos por realizar uma pesquisa baseada na metodologia da pesquisa documental e bibliográfica utilizando os documentos gerados a partir das ações desenvolvidas pelo GRANAV em seus anos de atuação e que poderiam ser acessados no arquivo do próprio Grupo, assim como a produção teórica disponível sobre o tema da pesquisa. Dessa forma o trabalho poderia ser realizado em um momento mais propício e seguro, tanto para a saúde do pesquisador como dos moradores da localidade a ser pesquisada.

Nosso cuidado em relação a pandemia da covid-19 se deve ao fato de a localidade do Paraná de Parintins, local de desenvolvimento de nossa pesquisa, estar isolada de outras comunidades o que proporcionaria relativa segurança aos ribeirinhos em relação a pandemia sendo o acesso à mesma apenas por meio fluvial. A região em questão está localizada no extremo leste do Estado do Amazonas, na região do Médio Amazonas, na fronteira com o Estado do Pará. Trabalharíamos com a comunidade do Menino Deus, localizada na ilha do Paraná de Parintins – uma ilha fluvial em meio ao rio Amazonas.

O município de Parintins-AM que abriga a região de pesquisa está localizado na 9ª sub-região do Baixo Amazonas, latitude – 2º 36' 48" Sul e longitude – 56º 44' Oeste de Greenwich, a 50 m acima do nível do mar. A sede municipal, situada à margem direita do rio Amazonas, na ilha de Tupinambarana, dista 369 km em linha reta da capital do Estado do Amazonas (Manaus) e 420 km por via fluvial. O município ocupa uma área territorial de 7.069 km² (Itepam, 1983).

A história da realidade dos ribeirinhos do Paraná de Parintins-AM nos atraiu por três motivos. Primeiro, o equilíbrio ambiental entre população humana e recursos naturais disponíveis para essa população em um determinado momento foi quebrado,

desestruturando social, econômica e ecologicamente a realidade da localidade; segundo, a população local reagiu a situação que lhe foi imposta pelas leis do mercado; terceiro, a sua luta por uma vida digna que apesar de estar longe dos holofotes da mídia continua resistindo, demonstrando que os comunitários encontraram um meio de transmitir sua mensagem em seu meio ambiente. E, ainda um outro fato que nos motivou a realizar a pesquisa, foi nosso trabalho por mais de duas décadas como extensionista rural do Estado do Amazonas que nos levou a conviver diretamente com essa população e sua problemática social, ambiental e econômica.

A comunicação como um fenômeno praticado pelo ser humano quase sempre se mostrou ambígua e velada em seus objetivos e definição (Sodré, 2014). Dependendo do contexto em que se desenvolve, a comunicação pode ser um instrumento de comunhão, libertação, interação, promotora da vida, mas também pode ser utilizada como instrumento de poder, de coerção, de escravidão e mesmo de negação da vida.

A comunicação desenvolve-se a partir de ondas que vão ocupando todos os espaços possíveis na sociedade humana e, quanto maior o seu alcance, maior seu poder, sua complexidade e mais distante do sentido primário de sua prática que é colocar os indivíduos em situação de comunhão e interação. Pode apresentar-se como uma prática restrita a um grupo familiar, comunitário, assim como se estender em um alcance regional e mesmo global.

A comunicação praticada na atualidade pelos *mass media* de alcance global é o resultado de um desenvolvimento histórico que lhe possibilitou ampliar o sistema *emissor – mensagem – receptor* para um supra sistema abstrato em que não se tem noção de quem seja quem no processo comunicacional, apesar do fabuloso aparato tecnológico que dá sustentação ao mesmo.

O ecossistema comunicacional de que tratamos aqui tem na base a comunicação comunitária. Contudo, a sua ambientação e contextualidade necessita da inserção de outros elementos além dos já citados: Amazônia, povos ribeirinhos e sustentabilidade ambiental. É como uma teia que lança suas estruturas indefinidamente enquanto surgirem as necessidades.

Dessa forma, afirmamos ser este trabalho inconclusivo, apesar de necessitar de um ponto final para o fechamento desta etapa. As estruturas de alongamento da teia dizem respeito a insatisfação reinante na localidade objeto de estudo que dá início

ao processo comunicacional, a origem da organização coletiva para o enfrentamento das necessidades comunitárias percebidas, a organização da reflexão sobre o que se tornava importante para a satisfação do anseio popular. Essa reflexão demonstrou que apesar de se viver em uma das regiões mais ricas do planeta, isto não se refletia na realidade da localidade do Paraná de Parintins. Que cidadania e direitos humanos pertenciam a um mundo distante, o mundo apenas conhecido pelas ondas do rádio ou pelos jornais e revistas que vez por outra chegavam pelos meios de transporte fluvial que aportavam na comunidade do Menino Deus.

Da reflexão sobre cidadania e direitos humanos chegou-se à conclusão que a população ribeirinha do Paraná de Parintins possuía sim direito a segurança alimentar, a um ambiente que possibilitasse às novas gerações uma vida com os recursos naturais também usufruídos pelas gerações passadas e atuais, aos serviços públicos colocados à disposição da comunidade pelo pagamento honesto dos impostos, taxas e contribuições exigidos pelos governos democraticamente eleitos para administrar a riqueza comum.

Para uma mudança de situação os comunitários da comunidade do Menino Deus necessitaram organizar-se em torno de um objetivo comum, e que tal mobilização demandaria uma interação coletiva alimentada por uma forma de comunicação para a defesa da sustentabilidade ambiental daquela comunidade. E o problema investigado nesta pesquisa foi formulado através das seguintes perguntas: Quais as estratégias de comunicação comunitária adotadas pelo GRANAV para a promoção de ações em defesa da sociobiodiversidade e de seus meios de viver de forma sustentável? Como utilizar um meio de comunicação popular, com reduzidos recursos tecnológicos e financeiros para mobilizar uma população dispersa geograficamente em uma região de várzea amazônica com o propósito de promover a sustentabilidade ambiental?

A comunicação comunitária como tema deste trabalho de pesquisa nos possibilita a hipótese de que uma estratégia comunicacional adequada possibilita a defesa da sustentabilidade ambiental, sendo possível a partir da mobilização comunitária que seja capaz de envolver as pessoas em uma confluência de interesses. A hipótese, além de guiar a investigação, também coloca o pesquisador em estado permanente de perturbação criadora e em movimento. Nas ciências sociais e humanas as hipóteses podem ou não ser demonstradas e, ao sugerirem relações

entre conceitos e variáveis, as hipóteses se definem como meios pelos quais as teorias intervêm na investigação dos fatos (Belmonte, 2020).

O objetivo geral desta pesquisa gira em torno de: i) descrever as estratégias de comunicação comunitárias empregadas no processo de comunicação comunitária desenvolvido pelo GRANAV para a defesa do meio ambiente e construção da cidadania na comunidade do Menino Deus do paraná de Parintins. Ou seja, analisar de que maneira a comunicação comunitária a partir dos recursos disponíveis poderia apresentar uma estratégia comunicacional que extrasse do ambiente seus pontos fortes e oportunidades e minimizasse os riscos e ameaças envolvendo a atividade preservacionista do GRANAV.

E os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes: a) apontar quais as formas de comunicação ou recursos de comunicação utilizados pelo GRANAV para se comunicar com os associados; b) averiguar como o meio ambiente  representado nas comunicaoes do GRANAV; c) identificar as ideias de desenvolvimento encontrados nos documentos produzidos pelo GRANAV; d) verificar se há uma mudança de estratégias de comunicação ao longo do tempo e quais suas características.

Comunicação popular  coisa sria e honesta. Pode ser praticada nos mais variados e diversos ambientes da sociedade humana. Inicialmente, era praticada apenas nas periferias urbanas e comunidades rurais abandonadas pelo poder público. E atualmente pode ser praticada por populaoes mais diversas que se sintam feridas em seus direitos, minorias étnicas, comunidades que percebam a violaoe de seus direitos raciais, de gnero, sem teto, portadores de deficiências, etc. (Peruzzo, 2022).

Apesar de ser tratada pelos meios hegemônicos de comunicação como atividade subversiva, de baixa qualidade e de temporalidade duvidosa, esta possui alcance de resultados eficazes. A comunicação comunitária possui responsabilidade e comprometimento com a comunidade praticante, diferentemente da comunicação hegemnica que apenas possui comprometimento com seus anunciantes ou financiadores do seu sistema. Sim, a comunicação comunitária  subversiva segundo Kolling (2022), pois transforma a realidade precária das populaoes a partir de um instrumento de comunicação e partilha como o diálogo, e a realidade não será mais a mesma a partir da discussão honesta dos problemas comuns.

A comunicação comunitária não  manipuladora porque objetiva a educação e a valorização do saber popular a partir da reflexão sobre as práticas do senso comum.

A comunicação comunitária não visa o lucro pois é praticada a partir da iniciativa popular e da participação voluntária de tantos quantos queiram colaborar voluntariamente com a sua realização haja vista que pode não apresentar uniformidade e um padrão definido, mas apresenta comprometimento para com o público envolvido.

A estrutura desta pesquisa está dividida em sete partes. A priori, faz-se a introdução. No segundo capítulo intitulado “Comunicação comunitária: o grande puxirum” procurou-se apresentar o ambiente onde se desenrola o fenômeno da comunicação comunitária em estudo. A Amazônia com suas características físicas e geográficas; o elemento representado pelo caboclo ribeirinho que é o personagem que dá vida ao fenômeno comunicacional; o trabalho que permite ao caboclo ribeirinho conhecer os segredos desse universo de terras, águas e florestas (Witkoski, 2010).

É lógico que em um trabalho deste porte falar da Amazônia é apenas dar breves pinceladas sobre esse universo fantástico em amplitude geográfica riqueza e diversidade naturais. Procuramos trabalhar apenas com autores locais e com o conhecimento adquirido na convivência com a população tradicional da região do Paraná de Parintins. Tomamos esse cuidado para não criar uma Amazônia imaginária, como a “construída” a partir das narrativas de autores que de passada vislumbraram a floresta e o grande rio Amazonas e empreenderam a falar da região como profundo conhecedores dela.

Souza (2009) aborda que andar em determinadas regiões da Amazônia é como voltar no tempo, visitar lugares intocados e que estão aí como no tempo que seus primeiros habitantes humanos chegaram. O ribeirinho é apresentado como o caboclo soberano desse mundo de terras, águas e florestas. Herdeiro da sabedoria natural dos primeiros habitantes do lugar, soube adaptar seu modo de viver às adversidades dessa região tropical tão adversa àqueles que aqui chegaram de outras partes do planeta.

Esse caboclo ribeirinho foi fruto de uma miscigenação iniciada no período da posse e conquista da região amazônica pelos europeus na época das grandes navegações e que envolveu o indígena habitante natural da região, o europeu – particularmente o português – e o negro escravizado que fugiu para formar quilombos nas cabeceiras dos rios e aqui encontrou abrigo e liberdade e mais tardiamente, já no final do século XIX, incrementou o sertanejo nordestino.

Este último migrou para a Amazônia fugindo da seca e encontrou na atividade de extração do látex para os senhores da borracha uma atividade produtiva e ao mesmo tempo um novo modelo de escravidão. O trabalho coloca o caboclo ribeirinho como o personagem que dá sentido e objetivo a toda a riqueza natural existente na região. Admirava aos conquistadores que utilizando ferramentas e utensílios tão rudimentares, os Omáguas, os indígenas aqui residentes por ocasião da conquista, pudessem extrair dos rios, terras e florestas, sua sobrevivência, e isto convivendo em harmonia com a natureza, sem lhe causar degradação, herança que recebeu o caboclo ribeirinho na sua convivência com a região.

Prosseguindo, no terceiro capítulo é realizada uma abordagem sobre as diferentes formas de desenvolvimento, desde o baseado apenas nos princípios do crescimento econômico que em virtude do seu processo de alta concentração de renda nos países fortemente industrializados e exploração predatória do meio ambiente foi ressignificado para uma abordagem mais ecológica. Tal abordagem que ficou conhecida primeiramente como ecodesenvolvimento, mas que evoluiu para desenvolvimento sustentável. Atualmente, passou a ser divulgada uma concepção que se configura mais como uma maneira filosófica do que propriamente uma abordagem prática conhecida por Viver Bem/Bem Viver que vem sendo difundida na América Latina, a partir do Equador e da Bolívia. A concepção que vem ganhando força junto aos organismos internacionais e bem atual se fixa no ser humano como ponto de partida e de chegada, o desenvolvimento humano.

No quarto capítulo intitulado “Comunicação Comunitária: as muitas maneiras de se expressar”, a abordagem diz respeito diretamente ao tema de estudo desta pesquisa. Procurou-se abordar a conceituação e a gênese da comunicação comunitária nas mais diversas situações, ambientes e oportunidades. Além da sua influência na educação e valorização do saber popular, do fortalecimento e valorização da cidadania, do perfil dos meios de comunicação comunitária, de sua realização no cotidiano das comunidades.

A comunicação popular diferentemente da comunicação dos *mass media*, que é resultado de investimentos financeiros cuidadosamente planejados, nasce do anseio e das necessidades populares. É o veículo que dá voz às comunidades que se sentem feridas em seus direitos. Atualmente pode utilizar-se das novas tecnologias e ter uma atuação virtual beneficiando comunidades mais diversas e não mais apenas aquelas deixadas a margem pela atuação do poder público, e ainda os grupos que se sintam

insatisfeitos com sua condição de vida como mulheres, negros, pessoas que lutam por sua condição de gênero, etc. (Peruzzo, 2022).

Neste capítulo procuramos fazer uma contextualização da localidade escolhida para a realização da pesquisa, assim como do próprio grupo objeto da pesquisa. A localidade é uma região de várzea amazônica convivendo com os problemas de ações humanas que implicam na quebra da sustentabilidade ambiental e que levou a população local a tomar a iniciativa de corrigir tal distorção. Para isso, a população interessada lançou mão de estratégias de comunicação para levar a todos uma mensagem de conscientização ambiental, e esse trabalho iniciado na década de 70 continua até os dias atuais, possuindo momentos de atividades mais intensas e outros nem tanto. No início das atividades o grupo não tinha uma organização formalizada e as ações aconteciam apenas na boa vontade dos comunitários, mas a partir do ano de 1992 o grupo passou a ter uma constituição jurídica, sendo formalizado, com estatuto social e registrado em cartório.

No quinto capítulo realizamos uma abordagem do modelo metodológico desenvolvido para a realização da pesquisa. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem metodológica de caráter eminentemente qualitativo, tendo como método e técnica de abordagem a análise documental que consistiu em um levantamento de toda a documentação produzida pelo GRANAV ao longo dos seus anos de atuação em defesa da sustentabilidade ambiental. Toda documentação analisada foi disponibilizada pela Coordenação do GRANAV e diz respeito ao período de 1992 até os dias atuais. Também lançamos mão da pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico do trabalho.

Para o acesso aos documentos solicitamos autorização do coordenador do GRANAV, que autorizou a retirada do arquivo de uma antiga Cooperativa de Jucicultores. Os documentos acondicionados em sacos plásticos foram separados por tipos/categorias e temas. Procuramos organizá-los de maneira cronológica e percebemos que em diversos períodos muitos documentos foram extraviados ou mesmo não se produziu nada. Praticamente todos os documentos partidos do GRANAV ainda foram produzidos em máquinas de datilografia, sendo que aqueles já digitados em computadores e impressos em impressoras eram de fontes externas ou disponibilizados por entidades parceiras.

Procuramos dividir os documentos em categorias como administrativos, a maior quantidade, educação, cidadania e sustentabilidade ambiental. Desse material

procuramos extrair o conteúdo comunicacional produzido pelo Grupo Ambiental, formado por pessoas de poucos recursos educacionais, mas, que chegaram a enviar documentos para governadores, ministros, prefeitos, vereadores.

A análise quantitativa deste trabalho apresentou no geral um *corpus* de 125 documentos, sendo 78 documentos emitidos pelo GRANAV e 47 partidos de outras entidades parceiras. Esses documentos foram distribuídos em subcategorias assim discriminadas: gestão administrativa 70; educação 8; sustentabilidade ambiental 30 e cidadania 17.

Com o material coletado acreditamos ter atingido o objetivo proposto para este trabalho. Percebemos pelos documentos analisados, mesmo aqueles classificados na categoria de administrativos, que a relação do GRANAV com outras comunidades e entidades parceiras referiam-se aos assuntos que procuramos aprofundar neste estudo como educação informal e não formal, cidadania e sustentabilidade ambiental, além do envolvimento em atividades as mais diversas como cultos ecumênicos, torneios de futebol, festas de padroeiros, etc.

Se considerarmos o termo estratégia como a exploração dos pontos fortes e a minimização dos pontos fracos de uma ação verificamos que o GRANAV nos momentos oportunos valorizou os pontos fortes. Quando por exemplo ao se aproximar do IBAMA conseguiu efetivar projetos de grande eficácia para a ação em prol da cidadania e sustentabilidade ambiental.

Os acordos de pesca constituem a estratégia dos ribeirinhos para a restauração da capacidade de sustentação das suas reservas de alimento, os lagos, rios e igarapés. Eles percebem que a atuação do Estado é frágil e tendenciosa no sentido de fiscalização e proteção às fontes de produção de pescado. Os acordos de pesca permitem o zoneamento dos lagos em comerciais, de subsistência e de preservação. Uma parceria entre IBAMA e GRANAV proporcionou a realização, em 1998, de um Curso de Capacitação para Agentes Ambientais Voluntários (AAV), na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, assim como a aprovação e execução do Projeto Sistema Integrado de Produção “Terra e Água”, no período de 2002 a 2007, com recursos financeiros do Pró Várzeas/IBAMA. (Albarado, 2016).

No capítulo sexto realizamos uma análise sobre o que os documentos coletados apresentaram sobre o tema deste trabalho de pesquisa. A forma como o Grupo sintonizava-se com o público externo e com os seus associados. Apesar de termos trabalhado como uma associação de um pequeno grupo de integrantes verificamos pelos documentos apresentados a amplitude considerável da mensagem emanada dos objetivos do mesmo. Objetivos que buscaram descobrir como a

Comunicação Comunitária é usada como estratégia para difundir ideias, educar de forma não formal e informal, fortalecer a cidadania através de ações como a defesa da vida e da sustentabilidade ambiental.

Os objetivos específicos analisados na atuação do GRANAV estão dentro da definição de Comunitária de Peruzzo (2022), haja vista que para a autora esse modo de comunicação utiliza-se de todos os meios e recursos disponíveis para sua difusão, aproveitando ao máximo os recursos humanos da comunidade, sendo os próprios comunitários os gestores, produtores de mensagens, organizadores, redatores ou locutores. Enfim, um meio de comunicação realmente popular.

Considerando que o objetivo estatutário do GRANAV é centralizado na defesa ambiental, consideramos mais um objetivo atingido pelo Grupo, pois mesmo nos convites envolvendo festas religiosas ao serem convidados a fazer uso da palavra os representantes do GRANAV nunca deixam de reafirmar seu compromisso com a vida e o meio ambiente, ficando patente a importância do GRANAV na região do Médio Amazonas.

Em relação ao terceiro objetivo específico o GRANAV busca uma forma de desenvolvimento social e econômico endógeno que valorize os recursos naturais da região e o trabalho do ribeirinho(a). Isso fica visível nos projetos de criação de abelhas sem ferrão, nas hortas comunitárias, na defesa dos campos naturais de várzea. Todas essas são ações que se levadas a efeito de forma efetiva pelos comunitários do paraná de Parintins em um período médio proporcionará qualidade de vida e renda satisfatória para os ribeirinhos(as) da região.

Quanto ao último objetivo específico acreditamos que mudanças tecnológicas poderão influenciar muito na divulgação da mensagem ecológica do GRANAV. A formação de parcerias mais eficazes que disponibilizassem equipamentos de informática para um uso mais eficaz poderia tornar o conhecimento das ações do GRANAV conhecidas pela rede mundial de computadores, recebendo com isso mais apoio e recursos humanos, econômicos e social.

Na parte final da pesquisa tecemos as considerações finais sobre o trabalho de pesquisa desenvolvido por este trabalho de tese. Procuramos enfatizar a importância do tema Comunicação Comunitária e como esse processo comunicacional e educacional se desenvolveu dentro de uma comunidade ribeirinha no interior da várzea amazônica a partir da reflexão e iniciativa de um grupo de caboclos que sentiram prejudicados em relação a seu modo de viver e de sobrevivência.

Acreditamos que dentro do proposto para o objetivo geral que visa as estratégias de comunicação a serem adotadas em seu trabalho preservacionista e de luta pela cidadania atingimos nossos objetivos. A tarefa de desenvolver a comunicação comunitária nas condições ribeirinhas amazônicas é árdua e por isso é importante ressaltar que apesar de todas as dificuldades o GRANAV resiste na sua luta pela preservação e pelo seu direito a cidadania.

2. O GRANDE PUXIRUM: O RIBEIRINHO AMAZÔNICO E A VÁRZEA

Este trabalho de pesquisa apresenta como tema central a Comunicação Comunitária praticada no ambiente ribeirinho amazônico da região do Paraná de Parintins, município de Parintins-AM, região do Médio Amazonas. No texto deste capítulo apresentamos o ribeirinho, também conhecido como ‘caboclo/ribeirinho’, ‘caboclo’ e ‘caboco’, como habitante tradicional da várzea que margeia o rio Amazonas, já nas proximidades do limite com o Estado do Pará, região do Médio Amazonas. Antes, contudo, faremos uma breve viagem ao mundo envolvente do ribeirinho, a Amazônia, o útero prolífico que nutre e protege esse filho audacioso e ao mesmo tempo generoso que habita dentro das suas adversidades.

2.1 AMAZÔNIA: O MUNDO DO RIBEIRINHO

A Amazônia, um mundo repleto de superlativos onde se encontram o maior bioma e a maior planície sedimentar do planeta (Witkoski, 2010), apresenta uma exuberância natural que comporta em seu conjunto grandes rios, entre eles o rio Amazonas – o maior rio do planeta –, uma floresta tropical que abriga em seu dossel uma biodiversidade ímpar dentro do conjunto de ecossistemas que existem no planeta. Essa Amazônia, contudo, não é só beleza e exuberância, suas florestas, terras e águas escondem riquezas naturais que desde a conquista pelos europeus, responsáveis pelo cruzamento do Atlântico, no século XV, tornaram-se o motivo para um processo de exploração e devastação que dizimou completamente e levou quase à extinção povos que a habitavam antes da conquista, assim como um número expressivo de espécies vegetais e animais utilizados como moeda de troca nas relações do mundo capitalista.

A Amazônia apesar de sua aparência de grandeza e vigor, apresenta um ponto de fragilidade em suas raízes; ou melhor, nas raízes das árvores que formam suas florestas – a Amazônia não é de formação única e homogênea em sua cobertura florestal, assim como a fertilidade mineral e orgânica em seus solos apresenta pontos de variação em sua extensão – o elo fundamental que sustenta o seu solo, e, por conseguinte a vida no ambiente. A retirada da floresta desnuda o solo que sofre rápido processo de erosão em virtude das pesadas chuvas tropicais, carreando toneladas de terras para os leitos dos rios, lagos e igarapés, isso acarreta um processo de desertificação que pode ser irreversível e fatal para a vida na região e no planeta como um todo.

A Amazônia, tal como existe hoje, é o resultado de milhares de anos de evolução geológica e biológica (Witkoski, 2010). A floresta, portanto, é anterior e precede a história humana em seu complexo, contudo, essa natureza sem a presença humana é inconsciente de si mesma; é natureza carente de perspectiva teleológica e, como tal, não existe (Witkoski, 2010).

O homem para satisfazer suas necessidades emprega toda sua arte e engenho na transformação da realidade que o envolve dando objetivo e finalidade aos recursos disponíveis. Somente a irracionalidade latente no ser humano não o deixa perceber que a floresta que hoje existe com tantos atributos não é o resultado de um fenômeno pronto e acabado, mas sim que toda a complexidade, integração e diversidade que envolvem a floresta Amazônica são resultados de uma evolução geológica e biológica e aspectos centrais de sua configuração (Witkoski, 2010).

A floresta tropical não é assim tão uniforme, pois

A fisionomia da Amazônia é caracterizada pela densa floresta. É uma vasta planície coberta de árvores, bastante uniforme. Na verdade, o complexo ecossistema da Amazônia não pode ser analisado como uma única entidade. A cobertura mais extensa, de qualquer modo, é de floresta tropical, um tipo de floresta que existe na faixa equatorial do planeta, caracterizada por um grande número de espécies de árvores por área, com profundas inter-relações entre si e associações com a fauna e o ambiente físico. A alta variabilidade genética é outra característica da floresta tropical, produzida pela competitividade, parasitismo e simbiose. A floresta densa de terra firme cobria mais de 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia. Cerca de 20% deste manto vegetal foi destruído depois de 1960. Com os rios envenenados, não há vegetação. Sem vegetação, não há floresta. Com as árvores queimadas ou cortadas para o comércio, não haverá selva. Sem a selva, não haverá Amazônia. Sem a Amazônia, não haverá o Planeta Terra. (Souza, 2009, p. 22).

A Amazônia dada sua grandeza de extensão territorial pode ser considerada um subcontinente envolvendo nove Estados-nação, centenas de etnias, sem esquecer os diversos grupos sociais de interesse, de todos os tamanhos, nacionais e internacionais.

A região não é apenas uma geografia, e sua história é muito mais que um viveiro de criaturas exóticas de futuro incerto. É a história de uma parte do planeta habitada por seres humanos, que sendo geografia, também é um espaço em que a humanidade pode aprender um pouco mais sobre si mesma. E este mundo tem suas fronteiras assim definidas: a oeste do oceano Atlântico, a leste dos Andes, ao sul do escudo guianense e ao norte do planalto central brasileiro, está a maior floresta tropical do mundo, conhecida pelo nome de Hileia Amazônica. Como um útero prolífico, esta região guarda mais biomassa do que qualquer outro habitat da Terra. É de longe o mais rico meio ambiente terrestre, e ficou praticamente intocado desde os tempos pré-

históricos. Andar em certas partes da área equivale a saber como era o nosso planeta há 70 milhões de anos, e foi na Amazônia que, há 120 milhões de anos, durante a era Cretácea, as primeiras flores se abriram. (Souza, 2009, p. 19).

A Amazônia no processo de conquista pelos povos europeus e expansão do sistema mercantilista do século XVI foi inserida na dinâmica do desenvolvimento capitalista, assim como deu sua contribuição à constituição do mundo moderno. A Amazônia, com o advento das grandes navegações, passou a ser olhada através das lentes da racionalidade econômica, das invocações ideológicas e ecológicas e das proposições geopolíticas que sempre ocultaram a cobiça reinante sobre a região (Witkoski, 2010).

O europeu que chegou à floresta amazônica na época da conquista acreditava que encontraria grandes reservas das cobiçadas drogas do sertão (Djalma Batista, 2007; Souza, 2009; Witkoski, 2010), contudo, outras eram as riquezas que a região guardava. Matérias-primas industriais abundantes nas formas de madeiras, essências, resinas, cascas, látex etc. compensaram a ausência de ouro e das drogas do sertão e puderam satisfazer a avidez e cobiça dos conquistadores por mercadorias a serem vendidas no mercado europeu. Os grandes espaços existentes na região não se mostraram receptivos a imigração, haja vista os rigores do clima equatorial quente e úmido completamente diferente do clima europeu temperado e a presença da floresta que dificultava a exploração do solo da forma conhecida pelo conquistador (Witkoski, 2010).

Esses grandes espaços se distribuem politicamente ao norte da América do Sul, haja vista que

A Amazônia compreende toda a Bacia Amazônica, formada pelos seguintes países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Guiana, Venezuela, Suriname, Equador e França. A porcentagem de Amazônia em cada país está distribuída da seguinte forma: o Brasil tem 68%; Peru tem 10%; a Bolívia tem 10%; a Colômbia 8%; o Equador 2%; a Venezuela 1% e as Guianas 1%. A proporção de ecossistema amazônico em relação à totalidade do território de cada país é a seguinte: 70% do território da Bolívia; 65% do território do Peru; 55% do território do Brasil; 50% do território do Equador; 35% do território da Colômbia; 8% do território da Venezuela e 3% do território das Guianas. O sistema da bacia do rio Amazonas começa a 100 quilômetros do Oceano Pacífico e se estende por 5.000 quilômetros para o leste, até o oceano Atlântico. O rio Tocantins não é considerado por alguns geógrafos como tributário do rio Amazonas, porque deságua no rio Pará, ao sul da ilha de Marajó. Uma pequena parcela de água do rio Amazonas corre ao sul da ilha de Marajó e se mistura com as águas do Tocantins, o que pode perfeitamente justificar a inclusão deste rio à bacia do Amazonas. Para completar, geográfica e ecologicamente não há diferenças entre o Tocantins e a bacia do Amazonas. (Souza, 2009, p. 21).

Em épocas recentes as discussões envolvendo invocações ideológicas sobre a Amazônia desenvolvem-se a partir das bandeiras levantadas pelos movimentos ecologistas que chegam a defender a retirada dos homens do espaço amazônico (Witkoski, 2010). Para os defensores da tese ecologista, a sobrevivência humana depende da manutenção da floresta vista de forma equivocada como o pulmão do planeta. Mas, também para os defensores do argumento ecologista as grandes riquezas em gás natural e a fabulosa quantidade de biomassa seriam reservas de energia a serem utilizadas oportunamente no futuro.

Também, nessa linha de argumentação, pesa o fato da região ser olhada como um grande banco genético, portadora de incalculável biodiversidade animal e vegetal e que por esse motivo deveria se invocar a internacionalização da Amazônia com o propósito de manter a subsistência do planeta, o único com direitos soberanos (Witkoski, 2010).

E, por último, a questão das proposições geopolíticas que invocam a tese da incapacidade dos povos amazônicos de conservarem a região. Realmente, no modelo de desenvolvimento fundado em uma racionalidade econômica, voltada unicamente para a produção e consumo, o homem amazônico torna-se completamente incapaz de administrar as riquezas naturais locais. Contudo, esquecem os defensores dessa linha de raciocínio que antes da chegada dos conquistadores os povos que habitavam a região por milhares de anos conviveram em harmonia com a natureza, sem necessitar agredi-la como faz o homem capitalista na atualidade.

Subjacente a essa concepção de desenvolvimento, que confronta com a visão de desenvolvimento da sociedade que envolve a vida dos camponeses amazônicos varzeanos, revela-se o mérito do conhecimento tradicional na descoberta das riquezas da Amazônia – econômica, cultural e ecológica. A tese fundamental é de que os “povos tradicionais” – índios, seringueiros, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, caboclos/ribeirinhos (sociologicamente, camponeses amazônicos) etc. – possuem vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terra, floresta e água onde trabalham e vivem, ainda que esses ambientes venham sendo destruídos, em parte, pela falta de (re)conhecimento do potencial econômico das espécies nativas de remédios, alimentos, fertilizantes etc. A conservação da diversidade da fauna e da flora e a defesa dos diversos ambientes onde elas existem dependem da compreensão de que os ecossistemas vivos e saudáveis possuem mais valores éticos e estéticos do que aqueles improdutivos e degradados. Contudo, diante da concepção de desenvolvimento que tem privilegiado a produtividade imediata na Amazônia em geral – criação de gado, extração não manejada da madeira, o extrativismo mineral que devasta o ambiente circundante – em detrimento das futuras gerações, são atividades que, sem exceção, têm destruído as florestas de terra firme, as florestas de várzeas, as savanas, os ambientes

aquáticos etc. Desse modo, julgamos que os “povos tradicionais” (e, nesse contexto, consideramos os [ribeirinhos] como tributários dessa tradição) podem nos ensinar a valorizar as reservas vivas da Amazônia. Para isso, é necessário que suas culturas sobrevivam e que sejam conhecidas. (Witkoski, 2010, p. 27-28).

O homem amazônico, representado primeiramente pelos ameríndios das águas depois pelos caboclos e ribeirinhos soube, como *Homo sapiens*, (Witkoski, 2010), ocupar desde já em um largo espaço de tempo o ambiente amazônico, enfrentando os rigores do clima tropical e os fatores limitantes dos solos de várzea e terra firme, mas também soube tirar proveito das vantagens oferecidas pelos elementos terras, águas e florestas.

2.2 A VÁRZEA AMAZÔNICA: O TERRITÓRIO PARTICULAR DO RIBEIRINHO

A várzea do rio Solimões/Amazonas é a paisagem natural e humanizada onde habita, trabalha e vive o ribeirinho amazônico com sua família, é o seu território. Somos cautelosos ao nos referimos a paisagem natural, pois ao longo de milhares de anos, na sua caminhada sobre o planeta terra, os povos diversos foram os responsáveis pela constituição e repartição da flora e da fauna nos mais diversos ambientes, desde as florestas tropicais até as terras geladas que denunciam a presença humana.

Dessa forma, todos os “povos tradicionais” apresentam sua importância na conservação de sua espécie e na biodiversidade dos lugares que habitam. O homem na sua caminhada nômade ou a procura de lugares onde se estabelecer sempre carregou consigo sementes e animais que lhe servissem de sustento, utilizando novas áreas para cultivo ou pastoreio, gerando, dessa forma, novos aprendizados por onde passava e acumulando experiências e saberes.

Assim, é quase impossível falar de lugares intocados pelos pés e pelo engenho humano. De um modo ou de outro, os ambientes dos diversos lugares do mundo podem ser estimados como artefatos culturais humanos. A presente biodiversidade, atualmente, seja na Amazônia, seja na África, existe não apesar da habitação humana, mas por causa dela (Witkoski, 2010).

O território de várzea ocupado pelo ribeirinho amazônico é extenso e sofre variações na sua formação, assim como na fertilidade do solo utilizado para as práticas agrícolas dos ribeirinhos

A planície amazônica forma a maior bacia sedimentar da Terra. A várzea, sabemos, acompanha parte significativa da extensão da planície amazônica. De acordo com Ayres (1995), Goulding (1977) e Stenberg (1998), a planície amazônica abarca uma área que perfaz 6 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 3,9 milhões de quilômetros quadrados encontram-se em território brasileiro – o que significa 65,0% da área. Estimativas apontam para algo em torno entre 400.000 e 500.000 quilômetros quadrados de áreas inundáveis, na Bacia Amazônica, dos quais 300.000 quilômetros são planícies que alagam anualmente e situam-se nas bordas dos grandes rios [...] Os rios são passíveis de uma estação de enchente e cheia, momento em que as águas extrapolam seus leitos e ocupam à força as áreas que os margeiam, fertilizando-as em diferentes graus de intensidade. Dependendo da origem dos rios, alguns deles – por exemplo, os de águas barrentas, como o Solimões/Amazonas – carregam em suas águas apreciáveis quantidades de sedimentos, no fluxo da enchente/cheia e, quando voltam ao seu leito natural, deixam detritos minerais e orgânicos depositados sobre a planície em inundação, dando-lhe grande fertilidade e valor para a produção intensiva de alimentos. (Witikoski, 2010, p.112)

A sedimentação que ocorre com as inundações anuais e o acréscimo de fertilidade resultado de novos depósitos de terra (colmatagens), permite a exploração agrícola dessas áreas, ano a ano, sem que haja queda de produtividade que comprometa os resultados dos cultivos. Quando ocorre o cansaço das terras, em face do seu uso mais intensivo, em lugares que não sofrem inundações todos os anos (os mais altos), como será visto, o [ribeirinho] tem por costume deixar a terra em descanso – fazer pousio. (Witikoski, 2010, p. 114)

Pode-se afirmar, também, que diversos fatores interferem na formação das várzeas dos rios de águas branca/barrentas, não havendo disposição ordenada dessa ação. As principais variações são quatro: o regime de inundação; as diferenças no teor de sedimentos na água; a distância do ponto de origem dos sedimentos e as margens dos respectivos rios; e, por fim, a intensidade da inundação e influência da maré e da água do mar [...].

Com relação ao regime de inundação, as várzeas da Amazônia brasileira formam-se sobre a influência da enchente/cheia e vazante seca: a época da cheia, que ocorre entre maio e julho, tem no mês de junho o seu ápice, ocorrendo quatro a cinco meses depois do período das chuvas – que começa mais ou menos em dezembro, chegando até abril; o antônimo da cheia, a seca, acontece dois meses depois do ponto culminante da cheia, nos meses de outubro e novembro. No ciclo das águas do rio Solimões/Amazonas, a subida das águas é lenta. Ocorrendo de dezembro ao fim de abril – e dura, em média, oito meses. A descida das águas, marcada pela vazante, inicia-se, subitamente, em agosto, tendo seu fim em setembro. Ao juntarmos os meses de vazante e seca, temos um ciclo que dura em torno de 100 a 120 dias – a metade do tempo que demora o rio para cumprir a estação da enchente e cheia, juntos. (Witikoski, 2010, p. 115-116).

A relação do rio com o ribeirão e os demais componentes da natureza amazônica não acontece de maneira tão suave e harmoniosa como pode deixar a entender uma visão mais desavisada. É bem verdade que estamos falando de inundações em uma planície, de águas que sobem lentamente na época da cheia e da mesma forma retiram-se para o curso natural dos rios no período da vazante/seca.

Dependendo do volume de águas que as enchentes carregam, a vida dos ribeirinhos pode transformar-se num pesadelo em que apenas a solidariedade cabocla pode ajudar a superar. Enchentes volumosas, acima da média, acontecem de forma

esporádica. Elas obrigam os ribeirinhos a reformas urgentes nas moradias de madeira, quase sempre após a enchente essas moradias mais afetadas são desmontadas e construídas em outro local mais elevado e com madeiras mais apropriadas.

Os pequenos rebanhos bovinos são transportados para pastos em locais de terra firme, gerando despesas além das possibilidades financeiras dos ribeirinhos que endividados são forçados a vender por pouco o resultado de anos de trabalho. Mesmo nos anos em que as enchentes não são volumosas o fenômeno das terras caídas rouba espaços destinados ao cultivo pelas famílias ribeirinhas, ou obrigando-os ao desmonte de habitações que oferecem risco de serem arrastadas pelas águas.

O fenômeno das terras caídas pode apresentar causas naturais ou antrópicas. Quando naturais são resultantes da revolução profunda das águas dos rios que escavando o leito dos mesmos provoca o deslizamento de terras; quando antrópica é o resultado da derrubada da mata ciliar que dava sustentação às terras, sem proteção e sofrendo impacto direto das águas essas terras sucumbem e desabam para o leito dos rios. De modo fundamental, o regime fluvial do rio Solimões/Amazonas – com suas enchentes, cheias, vazantes, secas – impõe ao mundo da vida vegetal, animal e humano esforços enormes no que tange à capacidade de adaptação a esse meio ambiente (Witkoski, 2010)

Witkoski (2010) levanta a questão a partir dos seguintes questionamentos:

Como se relaciona o [ribeirinho] amazônico com a dinâmica desse diverso e complicado ambiente? Noutras palavras, como se dá o envolvimento do [ribeirinho] amazônico com essa extensão de terra, floresta e água (seu território) que pode pertencer de direito ou de fato a ele e à sua família – que estamos nomeando de ecossistema de várzea? (Witkoski, 2010, p. 125).

A primeira relação do ribeirinho se dá com o território que ocupa. O autor coloca o ribeirinho dentro de um território quase sempre desprovido de fronteiras. Na várzea, o ribeirinho para o seu trabalho agrícola, ocupa e utiliza-se de uma porção de terra que possa atender com a força de trabalho familiar. Sua casa possui um quintal onde são cultivadas frutíferas que resistam as águas das cheias e nas terras mais férteis que foram inundadas pelas enchentes passadas passa a cultivar culturas que possam servir de alimento para a família e serem comercializadas no mercado.

Sua atividade de pesca quase sempre se dá em lugares já conhecidos, mas se for necessário pode se estender a lagos mais distantes. A extração de madeiras para

a construção de moradias, embarcações e outros artefatos levará esse ribeirinho a buscar na floresta de terra firme a matéria prima necessária. Da mesma forma a caça de animais para a alimentação leva o mesmo a adentrar as matas de terra firme pelo fato de a floresta não possuir fronteiras demarcadas o ribeirinho amazônico transforma-se em um trabalhador nômade (Witkoski, 2010).

Conforme Godelier (1984, p. 83)

[...] o território pode ser definido como uma porção da natureza e do espaço sobre a qual uma sociedade determinada reivindica e garante para todos, ou uma parte de seus membros, direito de estáveis acessos, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: 1) os meios de subsistência; 2) os meios de trabalho e produção; 3) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade. O território depende não somente do tipo de meio físico explorado, mas também das relações sociais.

O ribeirinho amazônico no domínio do território onde vive explora uma multiplicidade de habitats: a terra, a floresta e a água. Portanto, para usufruir de uma vida satisfatória esse sujeito deve apresentar um conhecimento da realidade local que lhe permita o aproveitamento dos recursos naturais como, igualmente, das estações de reprodução das espécies da flora e da fauna e o uso de um calendário que se ajusta não à vontade unilateral dos homens, mas à dinâmica dos diversos ecossistemas com os quais ele se relaciona, integrando-se.

Quanto mais conhecimento da realidade, mais capacidade de sobrevivência esse homem terá, mais poder deterá diante da natureza e de seus pares. O conhecimento leva o ribeirinho a uma relação de respeito para com a natureza, ele explora e consome apenas o necessário para sua subsistência, não produz excedentes desnecessários. Assim, é comum no seu cotidiano reservar áreas de pousio para cultivos futuros, evitar pescar em lagos que estejam em reprodução, caçar espécies que não sejam para a alimentação da família. Essa atitude chega a ser incompreendida levando autoridades e movimentos sociais a reivindicarem tais locais como unidades de conservação e por desconhecimento do uso praticado pelos ribeirinhos chegam mesmo a pedir a exclusão da presença humana nessas unidades.

O ribeirinho amazônico, resultado da miscigenação entre os povos ameríndios, brancos e negros, desenvolveu uma relação de respeito e adoração para com o seu território, em que sua mistura quase inteira com os elementos da natureza o leva às explicações mítico/religiosas sobre os fenômenos naturais do seu cotidiano. A fartura

dos cardumes de peixes, as colheitas generosas resultados do plantio de várzeas inundadas, o livramento de um naufrágio, até mesmo a gravidez em circunstâncias especiais, são atribuídos às intervenções de entidades que rondam o interior das florestas e vivem nas profundezas das águas. Em meio a essas entidades as mais conhecidas estão a cobra grande (boiuna), o curupira e o boto. Em sua maneira de explicar o mundo que o envolve, o ribeirinho acaba criando no campo da subjetividade humana, interdições sobre a melhor maneira de zelar pelo ambiente (Witkoski, 2010).

A cobra grande (boiuna) para os ribeirinhos é a protetora do mundo das águas, essa figura mitológica que toma a forma de uma cobra de proporções gigantescas, chega a virar embarcações em defesa dos cardumes e dos recursos naturais agredidos. Da mesma forma o curupira, uma entidade que segundo os ribeirinhos possui os pés com os calcanhares para diante e os dedos para trás, artifício para iludir os caçadores de forma a ficarem desorientados e se perderem na floresta e não abater os animais selvagens. O boto que aparece nas noites de luar e encanta as caboclas nas beiradas dos rios é o responsável pelos filhos que não têm pais declarados.

Para Witkoski (2010), esses mitos, narrativas em que aparecem seres e acontecimentos imaginários, que simbolizam forças da natureza, aspectos da vida humana, de uma maneira ou de outra acabam por construir interdições no mundo real dos homens – geralmente, no sentido de proteger a natureza do mundo dos homens ou de engendrar relações amorosas do homem com a natureza.

No processo de adaptação o ribeirinho amazônico aprendeu por meio do trabalho a otimizar o uso do solo para cultivo, a quantidade de peixes capturados para o consumo familiar, assim como a caça e a extração da madeira para benfeitorias (Witkoski, 2010). Além de compreender que cultivar o solo deveria ser realizado a partir da diversificação de espécies, o que lhe possibilitaria a colheita de frutos e raízes durante o ano todo. Nas várzeas altas que não chegam a ser inundadas todos os anos, a família ribeirinha cultiva frutíferas que resistem às águas das enchentes permitindo a colheita de goiabas, bananas, mangas, graviolas, mamão, cacau; estas culturas são plantadas em poucas unidades ao redor da casa do ribeirinho. Hortaliças são arborizadas quase sempre em canteiros suspensos, construídos em madeiras resistentes às águas cultivando-se couve, cebolinha, coentro, alfaces, maxixe, pimentas de cheiro e ardidias. Essas hortaliças destinam-se ao consumo familiar e o excedente é comercializado nas feiras das cidades próximas.

A pesca sempre foi o principal meio de obtenção de proteína animal para a subsistência da família ribeirinha. O pescado nunca foi capturado para formar excedentes que viessem a ser descartados em razão de não serem consumidos. O ribeirinho possui o hábito de consumo do peixe fresco, pescado no dia. Somente no caso de transporte, ou para utilização em algum puxirum ou festividade, o pescado era conservado na gordura derretida do peixe-boi, da mesma forma como se prepara o paio de origem europeia isto permitia a conservação do alimento por um longo período.

Da mesma forma a caça, só era abatido o animal a ser consumido imediatamente, e o ribeirinho ainda que encontrasse um rebanho de queixadas – porco do mato – não matava além do necessário, da mesma forma a caça ao pato do mato, mesmo havendo fartura só abatia os pássaros a serem consumidos imediatamente. Uma característica forte da personalidade do ribeirinho é a solidariedade já que nunca uma pescaria ou uma caçada serviriam apenas para a família do caçador ou pescador. Ao retornar com o produto de seu trabalho o ribeirinho ainda hoje possui o hábito de dividir entre os membros da família e comunidade o alimento obtido, já que sabe que amanhã a mata e o rio lhe serão generosos novamente.

A madeira para benfeitorias também se extrai de forma parcimoniosa, mesmo porque até pouco tempo as ferramentas de que o ribeirinho dispunha para a extração eram bastante rústicas: o terçado, a enxó, o machado e serras manuais. A madeira e palha – esta atualmente substituída pelas telhas de amianto e/ou zinco – seriam utilizadas nas moradias, mas a madeira também seria empregada nos móveis rústicos das residências – mesas, armários, camas, cadeiras – assim como na construção de canoas, barcos, cercas etc.

Verifica-se no comportamento do ribeirinho uma conduta condizente com sua visão de desenvolvimento apresentada no quadro de Cavalcanti (1995 apud Witkoski, 2010). Uma visão totalmente envolvida pelos princípios do desenvolvimento sustentável e em defesa da vida.

O conjunto de altas temperaturas – as temperaturas anuais do trópico úmido variam entre 24 e 26 graus Celsius, podendo mudar até 15 graus no mesmo dia –, insolação e abundância de umidade durante o ano inteiro são responsáveis pela alta produtividade de biomassa que, ao retornar ao solo, é continuamente reciclada

através das micorrizas – associação simbiótica entre raízes duma planta superior e o micélio (talo) de fungos especializados, com benefícios para ambos os organismos.

2.3 A ADAPTAÇÃO DO HOMEM AO AMBIENTE TROPICAL POR MEIO DA CULTURA

O ser humano possui uma capacidade extraordinária de adaptar-se e desenvolver-se em seu ambiente. Essa plasticidade das respostas humanas aos mais diferentes ambientes é a evidência de que o ser humano pode habitar o mundo – das zonas árticas aos trópicos úmidos, passando pelas zonas áridas e para isso o homem busca nos diferentes sistemas de engenharia os meios para sua sobrevivência. A civilização ameríndia valeu-se dessa capacidade de adaptação para conviver com o ambiente quente e úmido da floresta amazônica, bem como ao regime de enchentes, cheias, vazantes e secas que ditam o ritmo da vida do ribeirinho.

Além disso, toda sociedade possui representações sociais sobre a natureza de si mesma. Isto ajuda a compreender como é situada a diversidade da vida humana, diante da diversidade da terra, água, fauna e da flora encontrados na Amazônia. O homem em sua caminhada sobre o planeta adquiriu com a utilização de seu cérebro desenvolvido através de processos de socialização primária e secundária valores morais, éticos, religiosos, políticos, filosóficos através dos quais enxerga o mundo natural e social. A isto chamamos de cultura. Mas, como os homens são seres situados e datados os indivíduos têm a capacidade através de culturas diferentes ver o mundo também de modos diversos. A cultura (ou culturas) não condiciona a visão de mundo dos homens. Por ser dinâmica, a cultura pode operar sobre o mundo levando homens de culturas diferentes a perceberem fenômenos naturais de uma mesma forma e homens de uma mesma cultura a divergirem (Witkoski, 2010).

Pressupostos e teorias (ecológicas, antropológicas) procuram uma explicação para essa forma de agir divergente haja vista que

O gradiente das explicações oscila de um extremo a outro: existe a posição de que a cultura, e somente a cultura, explicaria as relações entre os homens e o meio ambiente; há a postura de que, explicando como funciona o meio ambiente, poderíamos compreender, ao mesmo tempo, as relações entre o homem e o meio ambiente; tem-se a posição intermediária, que adota a perspectiva de que tanto a dimensão da cultura como a do meio ambiente, de modo recíproco, colaboram em proposições diferentes, para a compreensão do relacionamento do homem com o meio ambiente. A terceira posição a da ecologia humana (Morán, 1990) adota a perspectiva de que o sujeito do conhecimento tem de possuir clareza intelectual da reciprocidade

relacional entre o indivíduo e sociedade, entre o homem e o ambiente, entre os processos de trabalho da vida material local e suas articulações com o mundo regional, nacional e internacional. Essa concepção afirma que não podemos excluir da análise da realidade, igualmente, a dimensão simbólica do mundo vivido – sistemas morais, religiosos, formas de racionalidade, aspectos culturais, em síntese, o conhecimento do senso comum. (Witkoski, 2010, p. 41).

Emílio Morán (1990 *apud* Witkoski, 2010, p. 41-42) em “A ecologia humana das populações amazônicas” assevera ser

[...] o trópico úmido o bioma terrestre de maior biodiversidade biológica é onde se encontram hoje as maiores extensões de terras ainda não cultivadas [...]. O trópico caracteriza-se por sua diversidade, complexidade e vigorosa sucessão secundária. Tais características oferecem ao mesmo tempo oportunidades e limitação. A diversidade do trópico úmido significa que existe abundância biológica generalizada: tanto de pragas potencialmente destruidoras, como de plantas e animais úteis para o homem. O problema do clima desfavorável ao controle das pragas agrícolas solucionou-se pela prática do corte e queima como sistema de preparação da terra para a agricultura. Pela queima, as pragas foram controladas de forma a se poder obter uma safra razoável. Pelo plantio de uma variedade significativa de espécies, através da roça, evitava-se também a dispersão de pragas nos cultivos. O corte e a queima resultaram também em economia na preparação do terreno, na conservação dos nutrientes e na recuperação do solo, pelo abandono gradativo da roça ao processo de sucessão secundária. Sob condições de abundância de terra e baixa densidade demográfica, trata-se de um sistema apropriado.

Segundo Witkoski (2010), o clima é o fator para a compreensão de qualquer ecossistema. A Amazônia era considerada responsável pela maior taxa de reciclagem de oxigênio do planeta, quando na realidade ela é responsável pela maior reciclagem de umidade sendo a maior floresta tropical úmida do mundo. Metade das chuvas que se precipita na região é oriunda do vapor resultante da transpiração da própria floresta. O papel da vegetação é fundamental para a harmonia do ciclo hidrológico regional, já que 75% da precipitação volta à atmosfera pela evapotranspiração das plantas – 25% pela captação direta da floresta e a precipitação regional média varia entre 1.500 a 3.250 mm ao ano. Existem pontos localizados na região em que as chuvas caem diariamente no decorrer do ano.

Para o mesmo autor, a cultura ajuda na definição do que vem a ser ecossistema porque sempre a visão do homem envolverá a sua relação com a natureza e sobre quem ele é nessa relação

Nesse sentido, um ecossistema pode ser conceituado como um conjunto de componentes vivos (dimensão biótica) e não vivos (dimensão abiótica) em um ambiente, o que implica relações estruturais e funcionais entre elas, sendo o homem (componente biótico) o único que possui consciência dessas

relações. Dito de outro modo, o ecossistema é extensão geral do ambiente onde ocorre a adaptação humana. Como o homem é um ser que se espalhou pelo mundo inteiro, em contextos muitíssimos variáveis, podemos dizer que a capacidade de adaptação do homem é extremamente plástica. Essa plasticidade permitiu e consente que dada população humana, num ecossistema específico, apresente respostas às influências constrangedoras e coercitivas ambientais passadas e presentes. Desse modo, vale a fórmula: quanto maior for o tempo durante o qual uma população habita um ambiente, maior será o grau de adaptação dessa população às várias pressões ambientais. (Witkoski, 2010, p. 45).

O homem da atualidade, o elemento biótico inteligente que empresta sentido para a natureza como um todo, precisa apresentar um gesto de humildade e analisar a forma de comportamento dos povos da floresta – indígenas e ribeirinhos – para passar a viver em harmonia com a natureza, dar realmente um sentido teleológico para o ecossistema amazônico. A ciência, por intermédio da tecnologia, precisa ser consultada quando intervenções produtivas se fizerem necessários no ecossistema amazônico, tão exuberante e ao mesmo tempo tão frágil. Na dúvida sobre a capacidade de destruição de um projeto de intervenção que seja adotado o princípio da precaução (Francisco, 2015) para não lamentarmos futuramente a destruição desse patrimônio da vida.

2.4 O RIBEIRINHO: O ELEMENTO HUMANO QUE DÁ SENTIDO À NATUREZA

O ribeirinho, apesar de ter sua origem nos povos tradicionais indígenas que habitaram a região, já apresenta uma miscigenação onde estão presentes raízes dos povos brancos e negros que aqui chegaram para dar seguimento ao processo de colonização logo após a posse e invasão efetuada pelos conquistadores europeus que na região amazônica chegaram após o século XIV e, tardiamente, já no último quarto do século XIX recebeu a influência do sertanejo nordestino.

O ribeirinho, e aqui deixamos claro que estamos nos referindo ao homem e a mulher, que vive às margens do rio Amazonas tem pouco a ver com os habitantes das cidades que estão localizadas na calha do grande rio. O habitante da cidade, ainda que caboclo, possui um cotidiano e uma rotina de vida muito mais afeitos ao dinamismo que o mundo capitalista cobra daqueles que estão imersos em sua dinâmica e as cidades amazonenses em sua maioria em virtude da oferta de oportunidades de emprego já recebem uma considerável quantidade de pessoas oriundas de outras regiões.

O homem da cidade vive sob o signo do dinheiro e para isso deve trabalhar, seja como patrão ou empregado para daí obter o seu sustento, seu tempo é contado

implacavelmente no relógio entre o mundo do trabalho e o que lhe resta para a família e/ou lazer. Está conectado ao mundo globalizado por intermédio das suas transações financeiras ou sob o poder dos meios de comunicação de massa que interligam os habitantes do planeta.

O ribeirão, por seu lado, apesar do pouco de material que possui é um elemento a mais no reino das terras, águas e florestas. Seu tempo não é contado a partir do relógio de ponto, seu sustento básico é obtido das águas, terras e florestas. A proteína de que necessita retira dos rios e florestas na forma de peixes e carnes de caça, a mandioca cultivada em solos férteis localizados das várzeas altas ou em clareiras abertas na floresta lhe fornece a farinha e outros derivados como o tucupi, a crueira, a tapioca – fécula da mandioca.

O material para a construção de suas casas, até bem pouco tempo atrás, era todo retirado da floresta – madeira –, palhas para a cobertura e cipós para a fixação da estrutura de madeira em lugar de pregos. A floresta também fornecia a madeira para o transporte, canoas e remos eram trabalhados artesanalmente, porém, todo ribeirão dispunha de uma canoa amarrada no porto de sua casa lhe dando liberdade de locomoção a hora que precisasse. Atualmente esse ribeirão já pode contar com a propriedade de um pequeno barco a motor para atender as suas necessidades de transporte de carga e locomoção de pessoas.

O ribeirão dispõe de tempo para festejos, velar seus mortos, jogar futebol ao final da tarde, visitar os amigos – ainda que para isso necessite remar por um tempo desnecessário na visão do homem urbano –, participar do culto dominical e festejar o santo padroeiro da comunidade.

Mas, a globalização atingiu também o reino das águas, terras e florestas do ribeirão. Com início nas grandes navegações que trouxeram o europeu de além-mar deu origem à precarização da vida do ribeirão. A globalização lhe emparedou em seu mundo e lhe retirou o direito de viver com dignidade e harmonia na sua várzea. O mercado cobrou de forma arbitrária os recursos naturais, o tempo e a harmonia com a natureza de que dispunha o ribeirão para viver. Mais uma vez o caboclo ribeirão precisou se adaptar a uma nova realidade, completamente adversa ao seu modo de vida em interação com a natureza.

O contato com o mundo exterior trouxe ao ribeirão hábitos não tão civilizados como o consumo de drogas, álcool; a prática do roubo também já se faz presente dentro das comunidades ribeirinhas, materializando-se na apropriação indevida de

cabeças de gado, de equipamentos e arreios de pesca, de pequenas embarcações como canoas e bajaranas, motores de popa. A prática da prostituição ainda não se faz presente nas comunidades, mas os filhos e filhas das famílias ribeirinhas, de mudança para as cidades, quase sempre desprovidos dos meios de sobrevivência básicos, se veem envolvidos em tal prática.

A Ecologia humana não está preocupada unicamente com a perfeita adaptação a um determinado ambiente, mas também com a má adaptação. Como as relações homem/ambiente são sempre mediadas pela cultura, pelas experiências acumuladas da população, ao longo de gerações, e pelos valores sociais e políticos condicionados pela sociedade, uma comunidade humana, por mais bem-sucedida que seja, sempre terá alguma dimensão de sua vida carente de adaptabilidade.

Dessa forma, para o estudo das populações humanas, necessita-se de um olhar interdisciplinar, independentemente dos pressupostos políticos ou ideológicos escolhidos. Sendo assim, a visão de mundo de um ribeirinho que retira da natureza seu sustento e sobrevivência será quase sempre conflitante com a de um pecuarista, de um pescador profissional comercial ou de um extrator de madeiras. A conservação de um lago trará posicionamentos completamente diferentes para esse conjunto de indivíduos.

O habitante das várzeas do rio Amazonas, o sobrevivente do etnocídio e genocídio perpetrado pelos europeus, quando de sua chegada na região amazônica por ocasião da posse e conquista no século XVI, atende pela denominação de caboclo, ribeirinho ou caboclo/ribeirinho (Witkoski, 2010). Esse homem é descendente direto dos Omáguas, dos índios das águas, daí sua relação e conhecimento tão íntimo e profundo da realidade da várzea amazônica.

A herança transmitida dos índios das águas permitiu ao caboclo/ribeirinho uma adaptação ótima ao ambiente varzeano já que na sua constituição também devem ser levadas em conta a participação do europeu que quase dizimou seus ancestrais nativos e dos negros que vieram escravizados pelos portugueses para o Brasil e no interior da selva procuraram abrigo nos quilombos longe dos horrores da escravidão. Os portugueses dentre os europeus foram os que mais contribuíram para a formação étnica do caboclo/ribeirinho, mas também franceses, espanhóis, holandeses e ingleses que disputavam as riquezas naturais existentes contribuíram para a formação do homem amazônico.

Witkoski (2010, p. 81) coloca em questão: “quais são os atores sociais que antecipam a formação do [ribeirinho] amazônico?”. Contudo, para responder essa questão importa antes de tudo abordar a formação geral do povo brasileiro do qual faz parte o ribeirão amazônico.

Para introduzir a questão, numa perspectiva geral, argumentamos que a sociedade brasileira e sua formação cultural foram configuradas através de variantes de gentes oriundas do processo civilizatório europeu ocidental – principalmente, mas não exclusivamente, os portugueses – e por uma diversidade étnica recebida por herança dos ameríndios do sul e dos negros desterrados da África. O Brasil resulta, assim, do ramo novo que cresce dos três troncos humanos aludidos, reconfigurado a partir de singularidades próprias, mas condicionado, quase geneticamente, à origem portuguesa – cujas potencialidades de ser e crescer só no Brasil parecem ter se realizado de maneira plena e total. O homem brasileiro, só não é, literalmente português porque, na posse e na conquista destas terras, havia, aqui, mais ou menos, cinco milhões de ameríndios. Com efeito, a “adoção” do regime escravocrata (aliás, na Europa, então, extinto) para consolidar a conquista territorial, só foi possível com o comércio de homens negros trazidos do continente africano. Condições ambientais extremamente diversas e ricas, o espírito português, o etnocídio ameríndio e o tráfico de africanos criaram as condições materiais para o empreendimento colonial português e, como consequência, para a formação do homem brasileiro. (Witkoski, 2010, p. 89).

Um outro elemento humano que também deu sua contribuição para a formação do ribeirão amazônico foi o sertanejo nordestino que chegou para a região já no último quarto do século XIX atraído pela possibilidade de trabalhar nos seringais nativos que produziam o látex para a nascente indústria de pneumáticos que abasteceria a também nascente indústria automobilística. Esse sertanejo nordestino também fugia de um flagelo natural (a seca) que dizimou grande parte da população nordestina que habitava os sertões.

Foram praticamente quinhentos mil sertanejos que se deslocaram para a região amazônica em duas épocas distintas, sendo a primeira ao final do século XIX no apogeu do ciclo da Borracha e a segunda, por ocasião da segunda grande Guerra Mundial. Manaus e Belém apresentaram um crescimento fabuloso, chegando Manaus a ser a primeira cidade brasileira a ter energia elétrica e Belém a ser a quarta cidade mais populosa do Brasil de então.

Assim como o encontro dos europeus com os ameríndios na época da posse e conquista foi um choque de civilizações, o encontro entre o sertanejo nordestino e o ribeirão amazônico não deixou de ter seu impacto social. Um proveniente de uma região árida e castigada pela fome e o outro em uma região com fartura de água e abundância de recursos naturais, entre os quais muito peixe, carne de caças, frutas,

raízes. Contudo, nesse encontro do sertanejo e do ribeirinho mundos diferentes se completaram

[...] na reunião dos sertanejos com os caboclos, encontram-se, na verdade, homens de dois mundos antagônicos – homens do Nordeste árido com homens da Amazônia fluvial. Nesse encontro, o “caráter do caboclo” foi visto como o oposto do sertanejo, o “brabo”, que chegou à época da borracha (vibrante, enérgico, aventureiro e apegado ao sentimento da honra) e teve que aprender muito das estratégias e costumes do homem amazônico, para poder sobreviver na floresta. Aqui se encontram dois modos de vida culturais distintos, que se relacionam com seus respectivos meios: o sertanejo, que lidara toda a sua vida com a falta de água, passará a trabalhar com a abundância de água jamais vista ou experimentada. Enfrentando o mundo das águas, desenvolverá formas novas de adaptação ao novo ecossistema. Abandonando os seringais falidos, o sertanejo acaboclado, juntamente com os caboclos adaptados pela longa história de vida na terra, na floresta e na água, passará a viver, simultaneamente, da roça de subsistência e da criação animal (ressalta-se a influência nordestina na criação de gado), do extrativismo vegetal (madeira, lenha, plantas medicinais etc.) e animal (caça e pesca), influenciado, numa e noutra atividade, de modo decisivo, pelas técnicas dos primeiros habitantes e seus ancestrais – os ameríndios. (Witkoski, 2010, p. 95).

Enquanto o encontro dos ribeirinhos amazônicos com o sertanejo nordestino no final do século XIX atendia a uma necessidade de sobrevivência e um novo modelo de civilização, o encontro entre europeus portugueses e ameríndios tinha como objetivo precípua a subjugação dos povos nativos, incapazes de aproveitar de forma satisfatória as riquezas nas quais estava envolvido na visão do conquistador.

D. Ribeiro (1998) nos apresenta um desenho hipotético desse primeiro encontro: para os europeus que “descobriam” o novo mundo, ele entrava no seu cenário como uma terra de conquista onde o ouro e a glória, para si e para o reino que representavam, significavam tudo; para os ameríndios que nela habitavam e dela retiravam tudo de que necessitavam – aves, peixes, raízes, frutos, flores, sementes, caça, plantas cultivadas – o mundo poderia ser confundido com um paraíso, tamanha sua fartura. No momento desse encontro, duas visões de mundo opostas, sobre a vida, a morte, o amor, a natureza, a guerra etc. colidem nua e cruamente: de um lado, os navegantes, cansados e fedidos de meses de navegação incerta, representando os interesses de uma burguesia europeia em ascensão; de outro, o novo mundo, tão desejado, e seus moradores, no seu mais puro vigor e beleza, como se o seu território terminasse ali, nas primeiras ondas do imenso rio salgado. Como poderiam conviver civilizações com estéticas tão distintas? Desde o primeiro contato, a relação de ambas as civilizações nasceu condenada a uma coexistência assimétrica. Assimétrica, sob todos os pontos de vista: econômico, social, político, filosófico, moral, ético etc. [...]. (Witkoski, 2010, p. 88).

Realmente, desde o início da posse territorial o destino trágico dos ameríndios estava determinado. O antagonismo, mediado por distintas racionalidades, ou seja, por diferentes visões de mundo a respeito do que seria desenvolvimento para os

européus e ameríndios, só levaria a um desfecho que seria a morte dos índios americanos. Ainda hoje, a visão de mundo que separa o universo do ribeirinho do homem globalizado, capitalizado é de um olhar superior do segundo para o primeiro. Os paradigmas de desenvolvimento apresentados no quadro de Cavalcanti (1995) citado na obra de Witkoski (2010) e que relacionam o modo de viver do ameríndio com o do homem branco ocidental podem ser aplicados ao relacionamento entre o modo de viver do ribeirinho e o homem urbanizado, mesmo sendo este amazônida.

Quadro 1: Comparação de dois diferentes paradigmas de desenvolvimento.

Termos de comparação	Ameríndios	Mundo Ocidental (EUA)
Visão de mundo	Reverência pela natureza; humildade	Homem senhor e possuidor da natureza; arrogância
Formação de capital	Quase nenhuma; habilitação e ferramentas toscas	Cumulativa; necessidade de volumes sempre crescente de investimento – para manter taxas constantes
Fontes de energia	Somente renováveis	Combustíveis fósseis (fontes não renováveis); menor proporção de renováveis
Formas de conhecimento	Base na experiência (transmissão oral pelos antigos e pelos pajés)	Ciência moderna (transmissão sob a forma de escrita)
Fontes de propulsão	Recursos naturais	Progresso técnico
Uso de matéria e energia	Frugalidade; parcimônia termodinâmica	Forte degradação entrópica; esbanjamento, desperdício
Principais objetivos econômicos	Satisfação das necessidades básicas; bem-estar comunitário	Crescimento econômico ilimitado; busca do lucro imediato
Tendência a longo prazo	Altamente sustentável	Insustentável

Fonte: Construído pelo autor com base em dados de Cavalcanti (1995, p. 158).

O modo de viver dos ameríndios no território que lhe fornecia de forma gratuita todo o necessário para sua sobrevivência, foi considerado pelo europeu como incapacidade de gestão dos recursos naturais existentes no novo mundo. Criaram-se estereótipos para o nativo como ser preguiçoso, parvo, imbecil, crédulo apenas porque o seu comportamento não condizia com o modo de vida motivado pela racionalidade mercantilista do conquistador na época. Essas qualidades negativas estereotipadas acompanham ainda hoje o descendente dos ameríndios que vivem espalhados pela região amazônica tanto nas áreas urbanizadas como na zona da hinterlândia.

O europeu acostumado a se valer da tecnologia, resultado da ciência, que começava a colocar a sua disposição um volume cada vez crescente de mercadorias e bens de consumo, cuja comercialização lhe proporcionava um acúmulo de capital cada vez maior não conseguia compreender como uma população de indivíduos que

se somavam aos milhões poderia viver apenas com o emprego de poucas e rudimentares ferramentas, sem o uso de combustíveis fósseis, sem o estoque para consumo futuro e que ainda dividiam seu espaço de convivência em casas comunais com os corpos completamente nus.

O texto de D. Ribeiro (1998 apud Witkoski, 2010, p. 89-90) ajuda-nos a compreender esse percurso “civilizatório”:

[...] o povo nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes sociais opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um contínuo genocídio e um etnocídio implacáveis.

A partir dessa breve análise sobre a formação e constituição dos diversos modos rústicos de ser dos brasileiros, permitindo-nos distinguir, hoje, os sertanejos do Nordeste, os caboclos da Amazônia, os crioulos do litoral, os caipiras do Sudeste e Centro do país, os gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros vamos nos deter um pouco sobre o caboclo amazônico, vamos dessa reforma recorrer a etimologia da palavra para iniciar a busca do seu significado.

De acordo com o “Novo dicionário da língua portuguesa”, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999 apud Witkoski, 2010, p. 90):

caboclo é uma expressão que vem do tupi (kari'boka, “procedente do branco”); mestiço de branco com índio; cariboca; carijó; antiga denominação do índio; caboclo de cor acobreada e cabelos lisos; caburé, tapuia (antigamente, designação dada pelos tupis aos gentios – aquele que professa o paganismo, idólatra – inimigos); índio bravio; mestiço de índio; índio manso; em sentido pejorativo, pessoa desconfiada ou traiçoeira.

Na busca, mais uma vez, da origem do termo, o “Dicionário do folclore brasileiro”, de Câmara Cascudo (1993 apud Witkoski, 2010, p. 90-91), ensina-nos:

[com relação ao] verbete caboco – e não caboclo: devíamos escrever caboco, como todos pronunciam no Brasil, e não caboclo, convencional e meramente letrado, caboco vem de caá, mata, monte, selva, e boc, retirado, saído, provindo, oriundo do mato, exata e fiel imagem da impressão popular, valendo o nativo, o indígena, o caboco-brabo, o roceiro, o matuto-bruto, chabo-queiro, bronco, crédulo, mas, vez por outra, astuto, finório, disfarçado, zombeteiro [...]. Caboco é o indígena, o nativo, o natural; mistura de branco com índio; mulato acobreado, com cabelo corrido. Diz comumente do habitante dos sertões, caboclo do interior, terra de caboclos, desconfiado

como caboclo [...]. O caboclo no folclore brasileiro é o tipo imbecil, crédulo, perdendo todas as apostas e sendo incapaz de uma resposta feliz ou de um ato louvável.

É preciso, contudo, lembrar que essa visão definidora das características do caboclo parte de uma literatura de origem branca, distante do cotidiano do homem amazônico das várzeas do rio Amazonas, este mesmo, parece não se importar com a questão “quem sou”? Autores como Hidelvídia Correa (1980) e Vianna Moog (1975) já apresentam o caboclo com atributos sociais que fazem mais justiça ao seu modo de ser.

Para Correa (1980 apud Witkoski, 2010) o caboclo é considerado o principal representante da população do Estado do Amazonas, pois qualquer indivíduo nascido na zona hinterlândia amazonense é considerado como caboclo e não apenas aqueles descendentes diretos dos indígenas com os brancos. E esse caboclo já é apresentado como sendo um homem calmo, de admirável espírito de resignação, possuindo, porém, no mais alto grau as qualidades de resistência e perseverança. Sabe se utilizar dos recursos naturais a disposição com maestria mesmo dispondo de poucos instrumentos ou ferramentas.

A adaptação do caboclo ao ambiente de terra, floresta e água, sua capacidade de resiliência diante das adversidades, são reconhecidos como atributos positivos.

Na compreensão de Vianna Moog (1975), o caboclo amazônico representa o sucesso de um ótimo “equilíbrio de raças”. Os atributos dos homens brancos, juntamente com o dos ameríndios, produziram um ser social extremamente bem adaptado ao ambiente natural e social amazônico. Além disso, quando Vianna Moog concorda com seus adversários, a respeito da falta de ambição do caboclo, não vê nisso defeito, mas uma qualidade. Como evidência do seu argumento, acentua que, depois do declínio do ciclo da borracha, sob condições absurdamente adversas, soube o caboclo fazer com que a civilização amazônica continuasse sua marcha. Alegre, feliz e sábio, com muito pouco esforço, cria e recria constantemente suas condições de vida, aproveitando-se do mundo natural que o envolve, como se fosse sua casa. (Witkoski, 2010, p. 92).

O caboclo ribeirinho que vive nas várzeas da calha do rio Solimões/Amazonas e se embrenha pela selva ainda que possa entregar sua vida nas mãos da boiuna ou curupira aprendeu a conviver com os segredos da terra, da floresta e das águas de uma maneira tão íntima que chega até mesmo a se confundir com essa natureza, sendo um elemento a mais nesse universo. Esse traço natural e cultural do caboclo amazônico é herança do seu ancestral precípua: os indígenas das águas. A vida

ameríndia, no nicho ecológico da várzea, é o elemento fundador da alma do caboclo (Witkoski, 2010).

Mas, esse homem despido de vaidades e ambições não poderia ficar na realidade do século XIV, pois a mundialização promovida pelo *Homo sapiens* e levada a cabo pelo *Homo demens* o atingiu de forma irreversível no seu mundo paradisíaco. Esse caboclo ribeirinho precisou se adaptar à nova realidade mudando até mesmo seu modo de vida comunal e a sua prática de trabalho em torno da caça, da pesca, do cultivo de raízes passou a ser realizada dentro da disciplina ditada pelo mundo da economia. Contudo, o espírito de liberdade que animava seus ancestrais continua vivo e presente no homem que desafia as águas do Amazonas em um leve casco de madeira empurrado por um frágil remo também talhado em madeira.

2.5 HOMEM/NATUREZA E O TRABALHO TRANSFORMADOR

O homem sempre observou fascinado a natureza que o cerca, da qual sem dúvidas é a forma de vida inteligente. Assim como o seu lugar e as relações a estabelecer com essa natureza. Desde a concepção mágico/mítica da natureza, passando pela cosmologia grega, pelo pensamento medieval até o realismo moderno estes assuntos sempre foram abordados de modo muito diferente (Witkoski, 2010).

A natureza sem a presença do homem é inconsciente, sem dimensão teleológica (Witkoski, 2010). O homem através do seu trabalho emprega um sentido e um objetivo a tudo que se encontra na natureza. Esse homem transformador e objetivo distingue-se das outras formas de vida não pela linguagem, mas, segundo Witkoski (2010) fundamentando-se em Marx e Engels, pelo trabalho como elemento que funda a relação entre o homem e a natureza e os homens entre si mediados pela natureza. Através do trabalho acontece uma troca de energia entre homem e natureza em um devir quantitativa e qualitativamente mais complexos. Nesse processo de transformação o homem produz uma segunda natureza chamada de cultura que em seu aprofundamento está ameaçando até mesmo a vida do planeta com a exploração excessiva dos seus recursos naturais. O próprio homem pode ser considerado um artefato cultural haja vista as transformações apresentadas em razão do seu comportamento social (Witkoski, 2010).

O trabalho sempre pressupõe um ato de poder, sendo o homem o sujeito do processo de trabalho, residindo nisto a dignidade do ato de trabalhar. Através do trabalho o homem estabelece relacionamento com outros homens, tendo a natureza

como laboratório e, com esta, estabelece uma relação ainda que, em princípio, de modo genérico. Essa relação só se efetiva, torna-se real, na medida em que o homem, pela sua ação, intervém na natureza, se apodera dela, fazendo dela algo que lhe pertence, algo que lhe é inerente. O homem confere outra forma à natureza, criando o que antes chamamos de cultura (Witkoski, 2010).

Sendo o trabalho uma forma de troca de energias, então as outras espécies de animais também trabalham. Porém, sua forma de trabalhar distingue-se do trabalho humano. No trabalho humano há uma mediação, alimentada por uma intencionalidade. O trabalho humano sempre é realizado através de um projeto previamente concebido por intermédio do raciocínio, do cálculo da razão. O trabalho realizado por animais como a aranha (exímia artesã) e a abelha (notável arquiteta) ainda que plenos de beleza, arte e perfeição será sempre cumprido da mesma forma, sem intencionalidade.

Já o homem mesmo desprovido de habilidades artesanais e arquitetônicas, concebe previamente o que quer construir e consegue produzir artefatos que atendam suas intenções e necessidades. O *Homo sapiens* (o homem que sabe, reflete e/ou pensa) não se separa do *Homo faber* (o homem artífice, artesão e/ou obreiro). O ato de trabalhar humano é, desse modo, mediado por uma concepção prévia, a ação humana é sempre uma ação teleológica, de sentido genérico, que é respaldado por “qualquer” tipo de conhecimento. Logo, o homem distingue-se dos outros animais por sua atividade produtiva (Witkoski, 2010).

A produção material da vida é uma relação “natural” e social, possuindo duplo sentido: procriação e trabalho. A espécie humana através de uma relação natural procura a preservação da espécie e nas relações sociais de produção entre os homens exercidas através de uma certa maneira de cooperação o homem exerce o seu lado obreiro produzindo, distribuindo e consumindo bens materiais criados pela sua capacidade produtiva.

O ribeirinho amazônico como qualquer homem também realiza suas atividades produtivas e de consumo. Mas, diferentemente do trabalho realizado a partir do modelo capitalista que realiza o trabalho para estocar mercadorias e lucrar por intermédio de um sistema produtivo cada mais automatizado e rentável, o ribeirinho realiza um trabalho cotidiano com o uso das ferramentas mais simples de que dispõe como o terçado, machado, enxada, arpão, linha de pesca. Dessa forma, não trabalha

para acumular, mas seu objetivo é sua sustentabilidade, mesmo que para isso tenha de realizar cotidianamente o mesmo trabalho, um trabalho vivo.

O título deste capítulo traz o termo “puxirum”. Puxirum é como se denomina na região do Paraná de Parintins ao evento que reúne comunitários para a realização de um trabalho que necessita de muitos braços para sua consecução. Pode ser um roçado, um plantio, a construção de uma casa, uma igreja ou um centro social, também pode ser para a limpeza de um igarapé que permita a livre navegação.

O responsável pela atividade define o objetivo do trabalho, marca a data e providencia a alimentação para o dia. Todos da comunidade são convidados, inclusive aqueles que não são tão amigos. É um dia de festa, os convidados mais próximos chegam caminhando por terra, outros vem de canoa; não são só adultos, mas famílias inteiras com crianças, idosos, cachorros. Cada um contribui como pode; quem pode trabalhar no objetivo faz sua parte, uns providenciam água para beber e para a comida, outros preparam as refeições – merenda e almoço – e ainda tem gente para cuidar da criançada.

“O grande puxirum” era o título de um programa de rádio apresentado por um grande amigo, Heliomar Conceição, extensionista rural, comunicador por natureza, escrevia jornais que imprimia em folhas de papel A4 no mimeógrafo. Seu trabalho de comunicação era voltado para as comunidades rurais e ia ao ar pelas do rádio da Alvorada AM, rádio da Diocese de Parintins. O programa era aberto para ser feito pela população rural com entrevistas, pedidos de música, divulgação de poemas e canções produzidos pelos ribeirinhos, numa linguagem totalmente cabocla, popular.

Podemos dizer que “o grande puxirum” acontece ainda hoje com as ações preservacionistas do GRANAV. Todos da região do Paraná de Parintins são chamados a trabalhar em defesa da sustentabilidade ambiental, dando sua contribuição da forma que podem. Mesmo aqueles que discordam da ação ambientalista contribuem para a mesma, pois suas ações mostram novos caminhos a serem enveredados na defesa ambiental. A comunicação comunitária como espírito comunitário envolvente permite a participação de todos na localidade do Paraná de Parintins e, assim como o puxirum acontecia com os meios mais práticos e simples, a comunicação comunitária também se realiza através de meios e instrumentos possíveis ao alcance da comunidade.

Os saberes populares são valorizados, as populações tradicionais, mesmo os analfabetos contribuem com seus conhecimentos sobre receitas caseiras, remédios.

Tudo é importante para que a comunicação se torne viva e eficaz. A Amazônia no tempo presente também é o resultado da união de muitas mãos. Umas que agridem, porém muitas que em uma orquestra universal harmonizam-se em uma grande sinfonia pela vida.

3. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E AS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Este capítulo tem por objetivo apresentar o tema das concepções de desenvolvimento e o papel da comunicação comunitária na práxis da intervenção social transformadora da realidade em comunidades em situação de risco social (Peruzzo, 2022).

No caso deste trabalho, apresentaremos a interferência de uma organização coletiva em atuação na zona rural ribeirinha da região amazônica, e sua estratégia de comunicação, atuando especificamente em defesa da sustentabilidade ambiental. Os meios de comunicação acompanham os movimentos históricos do desenvolvimento quase sempre assumindo um papel instrumental, dependendo da dinâmica de cada momento histórico, sempre a serviço do desenvolvimentismo e das forças dominantes. E, mesmo assim, a comunicação pode ser apropriada pelas forças populares atuantes em benefício de mudanças na sociedade e favoráveis à sua democratização (Peruzzo, 2022).

3.1 AS FORMAS TRADICIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

No Brasil um amplo debate acontece em torno das estratégias e consequência da política econômica oficial. Contudo, o tema do desenvolvimento propriamente não tem encontrado ressonância no campo da Comunicação. Para Peruzzo (2022) as discussões sobre as concepções de desenvolvimento deveriam ser mais evidentes e merecer destaque no modo de compreender da sociedade, das raízes de sua estrutura, bem como dos meios comunicacionais; mesmo daqueles setores da sociedade que questionam o *status quo* e propõem mudanças. A crescente industrialização acontecida nos séculos XIX e XX com o aumento do consumo promovidas pelo modelo de desenvolvimento aplicado pelas nações ocidentais que largaram na frente na era industrial, aumentando a diferença na qualidade de vida entre estas e as nações subdesenvolvidas.

Desenvolvimento, desenvolvimentismo e crescimento econômico apesar de fazerem parte das estratégias que estão na base estrutural das políticas de Estado e governamentais não são sinônimos. Podem, sim, fazer parte de um amplo e complexo processo complementar, dependendo da dinâmica de cada momento histórico. Peruzzo (2022) levanta a questão 'o que significa afinal desenvolvimento?'. Segundo a autora na visão ocidental capitalista predominante no planeta o desenvolvimento é apresentado como progresso, avanço tecnológico e crescimento econômico. Essa

visão dividiu o mundo em países desenvolvidos e ricos do Ocidente e os países na condição de atraso ou “subdesenvolvimento”. Esses países subdesenvolvidos formariam um terceiro mundo, vivendo na miséria e totalmente dependentes da intervenção dos países centrais desenvolvidos.

Essa concepção de desenvolvimento é sustentada pela Teoria da Modernização (Furtado, 1973; Baran, 1984; Servaes, 2004; Chaparro, 2012; Melo, 2011; Peruzzo, 2014), desenvolvida desde meados do século XX, que apregoa o desenvolvimentismo como forma de estímulo à mudança das nações pobres ou estruturadas em outras bases produtivas que não as ocidentais capitaneadas pelos países centrais. Em suma, o desenvolvimento adviria da modernização, ou seja, da mecanização do campo e da industrialização, presumidamente geradores do progresso econômico obtidos a partir da expansão do capital transnacional, com suas promessas de benesses expressas na difusão de inovações e de outros tipos – razão de a teoria ser conhecida também como difusionismo, a disseminação de tecnologias e de valores culturais modernizantes visando ao aumento da produção, circulação e novos hábitos de consumo de bens industrializados, segundo os parâmetros dos países vistos como desenvolvidos. Segundo Servaes (2004, p. 24), “o paradigma da modernização, predominante nos círculos acadêmicos, entre 1945 e 1965, apoiou a transferência de tecnologia e da cultura sociopolítica das sociedades desenvolvidas até as sociedades tradicionais”, pois a meta seria seguir o caminho dos países ricos para se alcançar o desenvolvimento. (Peruzzo, 2022, p. 15-16).

Esse modelo de desenvolvimento deve apresentar sempre índices lucrativos crescentes. Quando aplicado aos países pobres gera cada vez mais condições de exclusão já que para sua sustentabilidade e capacidade de concorrência no mercado mundial procura para sua base produtiva mão-de-obra e matérias-primas baratas, a agricultura mecanizada e desenvolvida na forma de monocultura. Essa forma de praticar a agricultura desgasta e contamina o solo com venenos e, se mal-conduzida, provoca a salinização e erosão do solo com prejuízos irreparáveis para as comunidades. A tecnologia desenvolvida é voltada apenas para a produção sem nenhuma compensação para a sociedade local ou para o meio ambiente.

Para Leff (2015, p. 15), esse modelo de desenvolvimento é insustentável. Para o autor

[...] A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.

A racionalidade econômica cria ilhas de prosperidade em um mar de nações em situação de dependência. O modelo difusionista começou a sofrer críticas já que

o desenvolvimento esperado não chegou. Na realidade, as maiores beneficiárias do modelo foram as grandes corporações, em especial as norte-americanas que após a segunda guerra mundial injetaram maciças quantidades de capitais no mercado mundial e, de maneira específica, nas nações do Terceiro Mundo a juros extorsivos. Já os defensores do modelo jogaram a culpa do atraso das nações do terceiro mundo nas suas tradições.

Dentre os críticos do modelo da modernização encontramos Celso Furtado que admite ser o subdesenvolvimento uma criação do desenvolvimento. Ou seja, as nações que largaram na frente no irromper da revolução industrial, nos séculos XVIII e XIX sendo um pequeno número de nações europeias, geraram um impacto econômico negativo formidável em muitas nações ao redor do planeta. Entre esses dois grupos de nações desenvolveu-se uma relação de dependência cuja tendência seria a autoperpetuação. Essa dependência começou com a primazia dos países do primeiro mundo dominando as atividades produtivas e em seguida, ao estender para os povos periféricos sua capacidade de produção, os países centrais passaram a controlar os sistemas produtivos e a transferência de tecnologia ficou apenas na promessa.

Entre os que defendem o surgimento da Teoria da Dependência estão os economistas Celso Furtado, Paul A. Baran (1910-1964) e Theotônio dos Santos (2012). Para este, essa teoria que surgiu na América Latina na década de 1960 analisa as novas características do desenvolvimento dependente, que já se havia implantado nestes países. Desde os anos 30, eles haviam se orientado na direção da industrialização caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências imperialistas por uma indústria nacional.

Em seguida, terminado o ciclo depressivo (caracterizado por duas guerras mundiais, uma crise global e a exacerbação do protecionismo e do nacionalismo) o capital, concentrado então nos EE. UU, expandiu para o resto do mundo na busca de oportunidades de investimento que se concentram no setor industrial. Nestes anos de crise a economia americana generalizou o fordismo como regime de produção e circulação de mercadorias e já iniciara, inclusive, a revolução científico-tecnológica nos anos de 1940. A oportunidade de um novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a expansão destas características econômicas a nível planetário (Santos, 2012).

Para Baran (1984), de acordo com a Teoria da Dependência, o que impede o desenvolvimento das nações subdesenvolvidas não é a incapacidade gerencial ou a falta de capital, mais sim os mecanismos criados pelas nações desenvolvidas para manter o poder e dominação sobre as nações do terceiro mundo. E, nesse caso, não importa o regime político vigente, o aliciamento das camadas mais poderosas da sociedade faz parte do jogo. A atração para os interesses do capital de pessoas influentes na sociedade faz parte da conquista de território.

3.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Segundo Peruzzo (2022), essas contradições econômicas, sociais, ambientais, políticas e tecnológicas propiciaram o surgimento de propostas de vários desenvolvimentos: sustentável, humano, local, endógeno, social, alternativo, comunitário, autônomo. Além, da proposta de ecodesenvolvimento, desenvolvimento durável, sustentável, alternativo, multiplicidade/outro desenvolvimento, participativo. Estas novas propostas de desenvolvimento envolveram um novo conjunto de atores que vai desde a participação das (ONU) Organizações das Nações Unidas, incluindo seus órgãos especializados, até membros como as nações independentes e seus órgãos oficiais.

Essa nova forma de pensar o desenvolvimento passou a ser entendida como participativo, integral e sustentável.

Desenvolvimento participativo porque tem entre suas premissas não se sustentar na primazia do econômico, do progresso ou de aumento de renda, mas subordiná-los à prioridade do atendimento às necessidades humanas e o desenvolvimento integral das pessoas, uma vez ancorado na participação, integração, sustentabilidade e igualdade de oportunidades. [...] A dimensão enquanto desenvolvimento integral refere-se às condições para o crescimento da pessoa em todas as suas dimensões, da cognitiva à produtiva. Significa o desenvolvimento da consciência política, da capacidade de gestão e de gerar conhecimento, bem como o desenvolvimento da própria inteligência, o que ajuda a superar qualquer sentimento de inferioridade que, às vezes marca a cultura popular. [...] Este desenvolvimento é sustentável porque parte das condições endógenas de cada lugar, respeita as identidades culturais e se baseia no uso responsável dos recursos naturais, tendo em vista o futuro das gerações e da vida no planeta. Seus benefícios retornam a seus protagonistas. [...] Contudo, sustentabilidade não diz respeito apenas ao meio ambiente, mas aos três pilares da Ecologia: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana [...]. (Peruzzo, 2022, p. 25).

Houve avanços em relação a noção de sustentabilidade expressa no Informe Brundtland elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e aprovado pela Assembleia das Nações Unidas em 1987, que diz:

O desenvolvimento sustentável procura atender as necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece que os problemas vinculados à pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento na qual os países em desenvolvimento desempenhem um papel importante e obtenham grandes benefícios. (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento, 1991, p. 43-44).

Mesmo apresentando uma proposta supostamente inovadora, o Informe Brundtland ainda se prende aos enquadramentos do desenvolvimento ocidental porque apregoa que a satisfação das necessidades e aspirações humanas se deve ao crescimento econômico. Este não deve ser a finalidade da atividade produtiva humana, já que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) não se traduz em igualdade de oportunidade econômica e produtiva, de participação política e de fruição dos bens gerados para a realização de uma vida satisfatória.

Para Amartya Sen (2002) a liberdade individual estaria ligada ao nível de desenvolvimento experimentado pela sociedade, sendo que esta liberdade não seria o fim do processo, mas o meio que permitiria para as pessoas a escolha do caminho a seguir. Esse processo, segundo o autor, se definiria com políticas instituidoras de liberdades de cinco tipos: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Neste caso, a presença do Estado em parceria com a iniciativa privada como provedores dos meios de desenvolvimento individual seria de suma importância para que as pessoas superem suas fontes de privação e tomem para si o direito de escolha de suas oportunidades.

Ainda recentemente na América Latina entrou em cena a proposta de um modelo de desenvolvimento definido como Bem Viver/Viver Bem e que ganhou expressão após sua incorporação nas Constituições do Equador (Buen Vivir) em 2008 e da Bolívia (Vivir Bien) em 2009. São propostas ligadas a projetos políticos e que estão assentadas nos seguintes elementos:

- a) uma proposta de “vida boa em plenitude”, vida digna, sem carências nem acumulação desigual; b) acesso direto a bens comuns da humanidade e apropriação dos valores de uso; c) estado de harmonia dos seres humanos entre eles e suas relações na sociedade com os outros, em suas relações com a Mãe Terra e com o cosmos; d) sistema de convivência comunitária e colaborativa, baseado em reciprocidades/solidariedades; e) busca de equilíbrio em relações inclusivas com princípio de justiça e primazia dos direitos humanos e da natureza; f) integridade de valores e comportamentos para a relação

fraterna, equidade, inclusão e igualdade e reconhecimento afetivo e solidário. (Peruzzo, 2022, p. 33-34).

Esta proposta de desenvolvimento tem origem ancestral e está presente em diferentes tradições e culturas do mundo. Contudo, apesar dos aspectos inovadores em relação às outras formas de propostas de desenvolvimento apresenta distância entre o discurso (concepções) e as práticas em que se tentou implementar o conceito.

3.3 A COMUNICAÇÃO E AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Tradicionalmente os meios de comunicação foram colocados à disposição do difusionismo na perspectiva de uma Comunicação e (ou para o) Desenvolvimento com sentido instrumental, segundo Schramm (1976), Lerner (1958) e Rogers (2088), (Peruzzo, 2022). Ou seja, a Comunicação estaria a serviço de acelerar o desenvolvimento socioeconômico, motivando mudanças culturais por meio da difusão de visões e valores favoráveis ao mercado; assimilação de novos hábitos nas pessoas. Enfim, à comunicação caberia o papel de transferir inovação, predispondo o mercado por meio de um clima de modernização. Todos os meios de comunicação de massa estariam voltados para o propósito de transformar pessoas em consumidores.

Novas formas de pensar o desenvolvimento incentivaram modelos inovadores de comunicação. Da comunicação à serviço do capital dominante vimos surgir a comunicação participativa onde encontramos as experiências de Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, também conhecidas como Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social. Isto porque nascida no seio de organizações populares que reivindicam mais acesso aos recursos oficiais que lhes permitam usufruir do seu direito à cidadania. Sobre essas perspectivas de comunicação existe ampla conceituação teórica já elaborada a partir dos vieses de Kaplún (1998); Diaz Bordenave (1983); Festa (1986); Martinez Terrero (1988); Martinez Prado (1981); Gomes (1990); Mari (2016, 2018); Cadavid (2014); Chaparro (2012); Gumucione-Dragon e Tufle (2008); Peruzzo (2004, 2008); Suzina (2018) (Peruzzo, 2022).

A comunicação popular, principalmente a partir dos anos 1970 na América Latina, se enquadra em um modelo questionador do *status quo*. A não aceitação da situação de opressão gerada a partir do modelo capitalista vigente suscitou na sociedade uma busca de soluções para os problemas societários e a conquista e ampliação dos direitos de cidadania. Essa insatisfação da sociedade por melhores

condições de vida conduziu a uma nova forma de pensar o desenvolvimento, valorizando mais a dimensão humana na partilha dos bens usufruídos pela sociedade.

Para Peruzzo, a questão da comunicação em virtude do fracasso das políticas desenvolvimentistas necessitou ser ressignificada haja vista que

Diante das evidências de contradições afloradas na realidade dos países onde o desenvolvimentismo industrial-modernizante avançou e com os fracassos respectivos no cumprimento das promessas de progresso e bem-estar para todos, paralelo às críticas e teorizações como da Teoria da Dependência e demais propostas em torno de revisões como a do desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, participativo etc., a questão da comunicação foi ressignificada, no âmbito dos movimentos sociais e comunidades, para Comunicação para a mudança Social, e posteriormente Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social, o que no Brasil e em outros países latinos equivale à Comunicação e (ou para a) Cidadania, ou, em outros termos, a Comunicação Popular ou a Comunicação Comunitária. (Peruzzo, 2022, p. 36).

O protagonismo assumido pelos movimentos populares nas comunidades em condições de vulnerabilidade muda as perspectivas da Comunicação, que passa a ter como elementos centrais a defesa da participação democrática na comunicação, a horizontalidade na tomada de decisões, a valorização das identidades e das culturas e o caráter dialógico das relações (Peruzzo, 2022). O processo comunicacional passa a ser mais importante porque acontece na práxis da comunidade e movimentos sociais valorizando mais a conscientização, a educação e a cidadania na luta pelos direitos sociais.

3.4 O DESENVOLVIMENTO E O COMPLEXO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

Para Leff (2015) a crise ambiental resultante do modelo econômico tradicional soou como um alerta sobre o modo de desenvolvimento do homem estar tratando do planeta. A exploração irracional dos recursos naturais precisaria ser revista sob o risco da sobrevivência da própria humanidade. Strong (1973) apresenta o conceito de ecodesenvolvimento.

Este conceito se fortalece baseado nos princípios básicos formulados por Ignacy Sachs (1993) que tem como pressuposto a existência de cinco dimensões do ecodesenvolvimento: a sustentabilidade social; sustentabilidade econômica; sustentabilidade ecológica; sustentabilidade espacial e, a sustentabilidade cultural. A sustentabilidade social tem por objetivo melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa

as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. Sustentabilidade ecológica diz respeito à preservação do meio ambiente sem, contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial refere-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, assim como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos. Já a sustentabilidade cultural diz respeito à alteração nos modos de pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais.

Dois fatos marcaram o despertar da sociedade para o desenvolvimento sustentável: o primeiro foi a publicação pelo Clube de Roma do trabalho intitulado “Limites do Crescimento” que de forma catastrófica chegou a apelar para o congelamento do crescimento populacional mundial e da atividade produtiva. O segundo foi a Conferência de Estocolmo em 1972 com fortes críticas ao modo de vida contemporâneo, quando então a questão ambiental ganha maior visibilidade.

As cinco dimensões do ecodesenvolvimento apresentadas por Sachs (1993) explicitam a necessidade de tornar compatíveis a melhoria dos níveis de qualidade de vida e a preservação ambiental e apresenta-se mais como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional. Mas, mesmo trazendo avanços com a introdução nas discussões teóricas sobre o tema ambiental nos esquemas tradicionais de desenvolvimento econômico prevalentes na América Latina, a proposta do ecodesenvolvimento se apresentava radical demais para se conciliar com os propósitos da economia tradicional. Dessa forma, nos anos 80, muito do esforço em defesa do meio ambiente perdeu força em virtude da centralidade que assume a crise econômica. Mas, enquanto na prática o ecodesenvolvimento perdeu terreno, no lado teórico foi desenvolvida vasta produção intelectual e científica.

Contudo, o aprofundamento dos problemas sociais e econômicos nas décadas finais do século passado trouxeram profundas transformações vinculadas à degradação ambiental e à crescente desigualdade entre as regiões do mundo que foram determinantes para a confluência das vertentes economicista e ambientalista da política econômica desenvolvida no planeta. Dessa forma, ganhou impulso novamente a articulação para a integração entre as duas vertentes. Primeiramente de forma fragmentada, mas atualmente de forma mais evidente para fazer frente a uma

crise que se torna explícita e de forma sensível, o alarme foi soado com os problemas apresentados pelo aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, dentre outros. Em termos de Brasil, destacam-se organizações ambientalistas que passaram a exercer influência sobre as agências estatais de meio ambiente sobre o Poder Legislativo, sobre a comunidade científica e o empresariado, e de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente com vistas ao atendimento responsável das necessidades das gerações futuras.

O ano de 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – a Rio 92 –, foi um marco conceitual que iniciou um longo processo de entendimento entre nações sobre medidas concretas visando reconciliar as atividades econômicas com a necessidade de proteger o planeta e assegurar um futuro sustentável para todos os povos.

Apesar das críticas recebidas o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo adotado por organismos internacionais, o que marca a afirmação de uma filosofia do desenvolvimento assentado no tripé: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica – procurando atender as necessidades de uma sociedade mais justa e solidária. Apesar do ecodesenvolvimento se ater mais às questões ecológicas locais, o desenvolvimento sustentável leva à redefinição das relações sociedade humana/natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório.

A aplicação plena das premissas do desenvolvimento sustentável se deve a um conjunto de restrições tecnológicas, culturais, econômicas e socioambientais. Dessa forma, não se pode considerar o conceito como um paradigma a ser cumprido, mas uma orientação ou enfoque, podendo ser adotado ou não. Aplicado como estratégia de crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável provoca mudanças para melhor qualidade de vida impactando alterações em indicadores de bem-estar econômico e social como: pobreza, desemprego, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

O movimento em torno do desenvolvimento sustentável baseia-se na preservação do meio ambiente e otimização do aproveitamento dos recursos naturais. E sua evolução vem acontecendo na defesa de cinco temas: 1) preservação da natureza; 2) desenvolvimento do gerenciamento e da ciência ecológica nos trópicos; 3) ambientalismo e crise global; 4) ecologia global, conservação e meio ambiente; 5) ambientalismo global.

3.5 O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A busca pura e simples do desenvolvimento baseado no crescimento econômico não tornou melhor a qualidade de vida da maior parte da população do planeta. Este fato, comprovado tanto na área urbana como na rural, tem mobilizado a organização da sociedade civil em movimentos populares para reivindicar melhor participação nos serviços públicos ofertados pelo Estado e melhores condições de vida a partir da distribuição de renda gerada pela atividade produtiva capitalista.

Atualmente, setores da sociedade, como Ongs, associações, universidades e outros, realizam movimentos para pressionar governos para promover o desenvolvimento humano.

O conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à ideia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento, tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população. (Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento, 1996, p. 01).

A avaliação do progresso das nações e povos apenas pela variação do PIB (Produto Interno Bruto) mostrou-se insatisfatória para aferir o nível de qualidade de vida das pessoas, pois apenas dividia o mundo entre pobres e ricos. Atualmente, se considera o Suriname como uma das nações mais ricas do planeta, em virtude da exploração do petróleo, contudo, o nível de qualidade de vida de sua população está entre um dos mais baixos do planeta.

Furtado (1974, p. 75) afirma que

a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Esta pode ser uma afirmação formulada há meio século passado, porém continua atual porque o nível de distribuição de renda e da qualidade de vida população mundial continua sofrível.

A possibilidade de um modelo de desenvolvimento centrado no ser humano ganhou visibilidade a partir da década de 1990 com a publicação do Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano pelo PNDU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Contudo, a ONU apenas tem o poder de discussão e proposição e não o de execução. Desta forma, o poder econômico, sustentáculo da economia clássica, continua atendendo os interesses daqueles que detém renda e poder político em abundância.

Crescimento, desenvolvimento e progresso podem não ser sinônimos, mas não são excludentes. Sem a participação das organizações da sociedade civil as mudanças sociais-econômicas não acontecerão. Para isso é importante que no estado democrático todos os setores da sociedade tenham o dever e o direito de participar de discussões em torno da plena cidadania.

No próximo capítulo abordamos o tema objeto deste trabalho de pesquisa que é a Comunicação Comunitária. Uma comunicação praticada a partir de pessoas simples de uma comunidade ribeirinha, mas que por intermédio de meios e recursos limitados conseguiu transmitir a mensagem de preservação ambiental de uma organização popular, o GRANAV.

4. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: AS MUITAS MANEIRAS DE SE EXPRESSAR

A comunicação comunitária, ou popular, trata-se de uma estratégia comunicacional que desenvolve formas e meios próprios de comunicação e os usa segundo suas próprias visões de mundo e necessidades de comunicar (Peruzzo, 2022). Também chamada de comunicação participativa, comunicação para a cidadania e comunicação para a mudança social, ela se desenvolve a partir de uma abordagem crítica da comunicação na América Latina onde é praticada e estudada no contexto dos movimentos sociais populares, comunidades, e outras organizações sem fins lucrativos, em suas lutas para modificar situações de falta de respeito aos direitos humanos nas diferentes esferas da vida social (Peruzzo, 2022). Dependendo das formas e meios que emprega, dos valores defendidos, assim como do contexto ambiental, a comunicação comunitária apresenta forte impacto nos aspectos referentes a educação informal e não formal e ao desenvolvimento da cidadania no ambiente comunitário em que se desenvolve.

A comunicação comunitária, segundo Peruzzo (2022), configura-se como uma abordagem característica da América Latina dado o contexto de lutas sociais em prol de transformações em que se desenvolve o protagonismo de setores populares no fazer comunicativo. Pode-se dizer que a comunicação comunitária está onde o povo está. Sendo assim, a autora nos apresenta a comunicação comunitária sendo praticada nos mais diferentes e inusitados ambientes populares.

A comunicação popular foi o meio de comunicação utilizado na América Latina nas lutas por democracia nas décadas de sessenta e setenta, onde os mais variados meios de comunicação foram empregados. Equipamentos de rádio eram transportados nas campanhas guerrilheiras em lombos de animais de carga, folhetos, jornais impressos, sistemas de alto-falantes. No Uruguai chegou-se a fazer uso de um meio denominado cassete-fórum em que fitas magnéticas de gravadores eram enviadas para as comunidades distantes com mensagens gravadas para serem ouvidas pelos receptores; estes por sua vez reenviavam as mesmas fitas com suas reflexões sobre o conteúdo recebido.

Hoje, a comunicação comunitária não está mais presente no ambiente de luta armada. Porém, continua nos ambientes de luta pela cidadania plena. Nas periferias das grandes cidades, nos ambientes comunitários rurais, nos movimentos organizados em defesa do direito de moradia, de remoção de moradores afetados por construção de barragens ou outras obras públicas, pelos direitos de parcelas da

população marginalizados como negros, mulheres, idosos, portadores de HIV, homossexuais, etc. Como antes, os meios utilizados são aqueles disponíveis pelos protagonistas das situações. Dependendo do contexto, abrange desde as mensagens interpessoais diretas até a utilização das redes sociais pela Internet. Em muitas comunidades Brasil afora os sistemas de alto-falantes ainda continuam a ser o meio de comunicação que leva as mensagens comunitárias (Peruzzo, 2022).

A comunicação comunitária acontece como um processo comunicativo estratégico entrelaçado nos processos de consciência-organização-ação (Peruzzo, 2004, 2008), tais processos se realizam de modo interligado e contínuo e pressupõem que as associações comunitárias e movimentos sociais apresentem certa solidez e durabilidade temporal, que os distinguirá de manifestações públicas ou protestos. O despertar para uma certa realidade carregada de problemas é o primeiro estágio em um processo que culminará em uma tomada de decisão. As pessoas envolvem-se nas discussões, alimentam o desejo de mudanças. Porém, para chegar ao ponto da ação devem organizar-se de maneira a obter todos os recursos necessários a serem utilizados no último estágio: o da ação.

A comunicação comunitária é facilmente reconhecida pelo conteúdo das mensagens transmitidas sempre vinculadas ao interesse social da localidade, sem fins lucrativos, contribuindo para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos comunitários sobre temas diretamente relacionados às suas vidas. Além disso, a comunicação comunitária implica um processo que tende ao aperfeiçoamento progressivo, principalmente quando assumido coletivamente (Peruzzo, 2007).

A comunicação comunitária baseia-se em princípios da comunicação libertadora que tem como norte a ampliação da cidadania ao envolver ativa e autonomamente as pessoas residentes na localidade e representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva em sua realização (Peruzzo, 2007). A razão de ser do meio comunitário de comunicação está baseada no compromisso com a melhoria das condições de existência e de conhecimento dos membros de uma “comunidade”; ou seja, na ampliação do exercício dos direitos e deveres da cidadania (Peruzzo, 2007).

Para Demo (1988) a cidadania é conquistada a partir da mobilização da comunidade e não um presente dos governos.

Apesar de sua origem em meio a comunidades e organizações populares, a comunicação comunitária apresenta objetivos definidos, não sendo uma ação exercida de qualquer jeito ou desprovida de atributos de qualidade:

Em seus processos de articulação social e de estruturação institucional, as organizações sem fins lucrativos e os movimentos populares desenvolvem processos comunicacionais próprios, os quais no seu conjunto têm sido caracterizados como de Comunicação Popular e Comunitária. Esses processos se realizam tanto em termos de comunicação direta face a face, interpessoal e grupal, quanto no uso de meios (canais) próprios de comunicação (boletins informativos, carro de som, rádios comunitárias, sítios na internet e perfis de redes sociais digitais), além de outras formas de expressão comunicativas, como meios artesanais (cartazes, faixas), artísticos (espetáculos, poesia) e manifestações públicas (caminhadas, escrachos). Os movimentos sociais também desenvolvem mecanismos próprios de publicidade social – para dar visibilidade às suas causas e conquistar aliados – e de relações públicas populares para os relacionamentos com seus públicos internos e externos. Nesses aspectos, é notório o esforço desenvolvido para ocupar espaços nos grandes meios de comunicação convencionais (mainstream media) para dar visibilidade a seus propósitos e programas de ação, a partir de seu olhar, e para transmitir suas posições políticas e ideológicas de modo a interferir no debate na esfera pública e ampliar sua hegemonia. (Peruzzo, 2022, p. 46).

Alberto Melucci relaciona os movimentos sociais ao conceito de rede, enquanto estrutura de “ação coletiva”, em um modelo bipolar de latência e visibilidade. Para ele

A latência permite que as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais – uma mudança no sistema de significados – que, com muita frequência, se opõe às pressões sociais dominantes: o significado das diferenças sexuais, do tempo e do espaço, da relação com a natureza, com o corpo, e assim sucessivamente. A latência cria novos códigos culturais e faz com que os indivíduos os pratiquem. (MELUCCI, 1999 p.37).

O polo da visibilidade caracteriza a fase da mobilização pública coletiva que tem uma função simbólica, envolvendo engajamento e mobilização:

A visibilidade mostra a oposição à lógica que leva à tomada de decisões na política pública. Ao mesmo tempo a mobilização pública indica ao resto da sociedade que o problema específico se associa à lógica geral do sistema e que são possíveis os modelos culturais alternativos. (Melucci, 1999 p. 37).

Já as comunidades, dentro do modelo de comunicação comunitária da contemporaneidade, podem apresentar traços de identidade que já não seguem o conceito tradicional adotado no passado. Os laços de consanguinidade, proximidade e espiritualidade que caracterizaram um determinado agrupamento humano como comunidade podem já não ser o suficiente para essa finalidade (Paiva, 2003).

Agrupamentos humanos que se identificam como comunidades podem, na atualidade, formar-se mesmo através do ambiente virtual das redes de comunicação, assim como pelo interesse específico que os une e uma das características dessas atuais 'comunidades contemporâneas' é a sua dissolução após o atingimento dos seus objetivos (Paiva, 2003). Diante do exposto, a comunicação comunitária acontece dependendo do contexto ambiental, com características próprias do ambiente humano, ecológico e cultural em que se desenvolve.

A proposta da comunicação comunitária passa necessariamente pela revisão do conceito de comunidade, bem como pela análise da possibilidade de inserção dessa estrutura na atualidade. Cidadania e solidariedade transformam-se em paradigmas que permitem imaginar uma ordem com objetivos diferentes da premissa econômica universalizante, esta mesma que pretende instaurar de maneira genérica a globalização. A proposta comunitária surge como nova possibilidade de sociabilização, com o propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número dos excluídos parece cada vez mais ampliado. (Paiva, 2003, p, 26).

Uma comunicação comunitária atenta a sua gênese apresenta como marca identitária fundamental sua independência e autonomia em relação aos fatores ambientais externos e sua disposição de serviço à comunidade na qual se desenvolve. Como estratégia comunicacional desenvolve formas e meios próprios de comunicação e os usa segundo suas próprias visões de mundo e necessidades de comunicar (Peruzzo, 2022).

O processo comunicacional acontece a partir das relações interpessoais e evolui dinamicamente para a utilização de meios que possibilitem a divulgação da mensagem emitida. A comunicação comunitária, no contexto em que acontece, se desenvolve a partir da formulação etimológica do termo comunicação por em comum porque no ambiente comunitário, por meio do comprometimento político, os membros da comunidade procuram através dela obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, procurando atender aos interesses coletivos, deixando os particulares em segundo plano (Paiva, 2003).

A comunicação comunitária, apesar de sua aparente simplicidade podendo ou não acontecer por intermédio de meios materiais ou tecnológicos, se constitui de processos dentro do amplo sistema comunicacional. Segundo Peruzzo (2022) é um processo comunicacional complexo, envolvendo um amplo conjunto de variáveis que vai da comunidade humana, do ambiente interno e do externo à comunidade, educação, valores, cultura, etc. A comunicação popular e comunitária faz parte de um

processo estratégico de mobilização, organização e ação popular para conscientizar, mobilizar, planejar, trocar conhecimentos e tecer relacionamentos, mas com um propósito humano (Peruzzo, 2022).

O espírito comum que anima uma comunidade humana se fortalece a partir dos laços que se formam entre os membros do grupo. São laços que, a partir das relações criadas, formam uma teia que da qual todos são parte e construtores (Paiva, 2003). A comunicação comunitária acontece a partir da comunhão de propósitos, do espírito que anima todos aqueles que se propõem a participar desse ambiente ecológico.

A comunhão de propósitos, objetivo comum, é, portanto, o ponto de origem do fenômeno comunicacional e relacional que animará a vida comunitária. O propósito comum pode ser buscado diretamente pela comunidade humana de uma determinada localidade ou pode ser pela atuação de movimentos sociais, organizações ou associações que estejam inseridas na comunidade maior. O espírito comum não pressupõe uniformidade, mas floresce em meio a diversidade e pluralismo.

Ainda que no seu procedimento cotidiano uma comunidade possa apresentar rupturas, atritos entre seus membros, o processo comunicacional continua acontecendo, haja vista que a base desse processo se assenta no diálogo, na aceitação da individualidade e diferenças que caracterizam a humanidade. A comunicação comunitária é uma comunicação eminentemente humana; ela pode acontecer independentemente de meios ou de ingerências que sejam externas ao grupo. Por sua humanidade a comunicação comunitária busca promover a vida em plenitude nos ambientes onde acontece.

A comunicação comunitária com sua gênese no propósito comum de uma comunidade humana apresenta sempre como objetivo maior o desenvolvimento da cidadania plena. Ou seja, a vida em comum deve ser partilhada de maneira que todos venham a ser beneficiados de forma satisfatória com os resultados obtidos a partir do trabalho de todos.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO AMBIENTE DE PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

O presente trabalho de pesquisa desenvolveu-se em uma realidade comunitária ribeirinha no ecossistema de várzea do bioma amazônico. O objeto de pesquisa é um coletivo social denominado GRANAV (Grupo Ambiental Natureza Viva) que tem por finalidade a associação dos ribeirinhos em torno de um objetivo comum:

a preservação e sustentabilidade ambiental da localidade que envolve o Paraná de Parintins; onde está situada a comunidade do Menino Deus, domicílio do grupo ambiental.

O ambiente físico no qual está estabelecido o GRANAV favorece a prática de uma comunicação comunitária fundamentada na relação de interação interpessoal e intergrupar, ficando os meios ou instrumentos midiáticos mais como um elemento secundário no processo comunicativo.

A Ilha do Paraná de Parintins, berço da organização social comunitária, está localizada em uma região geográfica de livre acesso fluvial. O assédio a localidade se deve aos recursos naturais em abundância ali existentes e capturados livremente e sem controle. Peixes de grande valor comercial como o pirarucu (*Arapaima gigas*) e o tambaqui (*Colossoma macropomum*) são os alvos principais dos pescadores oriundos de outras localidades e mesmo de moradores locais que têm na pesca seu meio de vida.

Na década de 70, inovações tecnológicas nos apetrechos de pesca e estratégia de captura do pescado aceleraram o processo de depredação dos recursos naturais dos lagos da localidade. A atividade da pesca predatória ainda conta com a falta de fiscalização dos órgãos responsáveis pelo meio ambiente na região e, segundo ribeirinhos, ainda acontece com a conivência das autoridades. O lago do Comprido – o principal alvo dos pescadores comerciais – situado dentro da ilha do Paraná de Parintins-AM é considerado pela população ribeirinha sua reserva de alimento, sua despensa, sua geladeira, seu empório.

A vida ribeirinha no bioma Amazônico é marcada pelo fenômeno da dispersão populacional e pela precariedade dos meios de comunicação e informação. O termo comunidade, no ecossistema de várzea amazônico, refere-se ao conjunto de famílias residentes em uma determinada localidade às margens de um rio ou lago. Normalmente, essa localidade pode estender-se por quilômetros ou, como se define na “linguagem” dos ribeirinhos, em horas de viagem de barco. Apesar da dispersão ao longo dos rios, essa população ribeirinha apresenta um propósito comum que é a sua sobrevivência em um ambiente natural que proporciona possibilidades e muitos desafios.

Os laços de amizade e parentescos são muito fortes, os problemas que afetam uma determinada família quase sempre causam impacto em todas as demais da localidade. Os momentos de festas são comemorados juntos, assim como as

lamentações pela perda/morte de uma pessoa também ou de um fenômeno natural fora do padrão como uma enchente ou uma grande seca – como por exemplo a cheia do ano de 2009, completamente atípica e que mobilizou a população ribeirinha na construção de novas moradias, com madeiras muito mais altas.

As atividades produtivas como a agricultura familiar, a pesca artesanal e a pecuária de pequeno porte são a base da sustentação das famílias. Numa localidade como essa tudo o que acontece em uma determinada família passa a ser de conhecimento comum com o passar do tempo. Funções como de um professor do ensino fundamental e agente de saúde são consideradas importantes e sinal de deferência para seus ocupantes.

O município de Parintins-AM, onde está situada a localidade do Paraná de Parintins, apresenta um sistema de comunicação conectado ao sistema de comunicação global. Canais de TV aberta e por assinatura, rádios AM e FM, serviços de telefonia móvel e Internet constituem o sistema municipal de comunicação. Porém, este sistema funciona de maneira satisfatória até os limites da ilha em que está situada a cidade de Parintins, sede do município. O serviço de telefonia móvel e a Internet não têm alcance para as mais de quatrocentas comunidades rurais espalhadas pelo território do município de Parintins; seja no ecossistema de várzea ou no ecossistema de terra firme. O sistema de TV por antenas parabólicas e as rede de rádio AM e FM são os meios de comunicação de massa que proporcionam aos ribeirinhos o contato com o mundo globalizado.

Portanto, a comunicação interpessoal e intergrupar praticada no ambiente ribeirinho torna-se o mais eficiente meio de interação entre as pessoas nesse ambiente de distancias e isolamento. As reuniões comunitárias e escolares, as assembleias de associações, os cultos religiosos, os jogos de futebol, as viagens de barco, as festas religiosas e comemorações constituem-se em meios utilizados pelos comunitários ribeirinhos para tratarem dos assuntos pertinentes a vida comunitária e pessoal.

A comunidade do Menino Deus possui uma igreja católica, uma escola e um centro comunitário. Normalmente, quando um encontro ou reunião comunitária acontece o próximo encontro já fica agendado, sendo que qualquer alteração no programa deverá ser comunicada com antecedência para evitar que as famílias mais distantes façam deslocamento desnecessário.

Em virtude desse aspecto referente aos longos deslocamentos, toda reunião é planejada com cuidado para que os participantes sejam recebidos e acolhidos de forma afetuosa. Quase sempre, para uma reunião, aquelas famílias que não têm como deixar as crianças menores em casa as levam junto, e então um serviço de alimentação é fundamental para atender os comunitários ao final de uma atividade. É comum que redes sejam atadas no barracão para acomodar crianças pequenas.

Até mesmo as viagens de barco – popularmente chamados de “barco de recreio”, “barco de passageiros” ou “barco de linha” – para a sede municipal ou entre as comunidades vizinhas funcionam como meios de comunicação. Os pequenos barcos fluviais proporcionam a proximidade entre as pessoas que durante as viagens conversam e, dessa forma, tomam conhecimento dos fatos que acontecem na localidade. Cartazes são afixados nas paredes dos barcos anunciando a festa do padroeiro, torneio de futebol, festa dançante ou qualquer evento que venha a ser realizado. Recados e bilhetes são meios de comunicação ainda utilizados por intermédio dos barcos. Os barcos em virtude da demanda têm viagens quase que diárias para a sede municipal.

A programação das rádios AM e FM localizadas na cidade de Parintins-AM é também outro meio de comunicação de informações entre os ribeirinhos. Normalmente, em casos de urgência, pessoas que estão na cidade, ou mesmo algum órgão público que deseja se comunicar com alguma pessoa que esteja na comunidade ribeirinha, publica uma mensagem na forma de “aviso” e sempre terá alguém com o rádio ligado e a mensagem atingirá seu objetivo.

Dessa forma, a comunicação na realidade da várzea amazônica acontece quase que exclusivamente na forma de relação entre as pessoas do que com a utilização de veículos midiáticos criados com objetivo comunicacional ou de informação. Atualmente, com os meios de transporte fluvial mais velozes e mais frequentes a transmissão de mensagens está mais ágil, contudo, as relações interpessoais ainda são um meio fundamental de comunicação no ambiente de várzea amazônico.

4.2 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E SUA PERSPECTIVA CRÍTICA

A comunicação popular, comunitária e alternativa, ou comunicação participativa, comunicação para a cidadania e comunicação para a mudança social aborda uma perspectiva crítica da Comunicação na América Latina e Brasil. É uma

comunicação realizada a partir da práxis no contexto de comunidades, movimentos sociais populares e outras organizações sem fins lucrativos que buscam a partir de um processo de mobilização, organização e ação popular conscientizar, mobilizar, planejar, trocar conhecimentos e tecer relacionamentos, modificar situações em que se acentuam situações de supressão ao exercício da cidadania plena em clara violação de respeito aos direitos humanos. É uma estratégia comunicacional desenvolvida a partir da visão de mundo e dos recursos disponíveis no ambiente comunitário em que a mesma acontece (Peruzzo, 2022).

Para Kaplún (1985), o fenômeno da comunicação popular, comunitária e alternativa, ou uma “outra comunicação” como define o autor, se relaciona, principalmente, a duas matrizes teórico-epistemológicas: a primeira inspira-se no conceito de cidadania e a segunda perspectiva teórica é a da “comunicação para o desenvolvimento e mudança social”. A perspectiva teórica fundamentada no desenvolvimento apresenta suas raízes na literatura da metade do século XX, imediatamente após o final da Segunda Guerra mundial, com a ascensão dos Estados Unidos na liderança econômica e política mundial. Enquanto a perspectiva teórica referente a proposta da “comunicação para a cidadania” ganha espaço no mundo acadêmico e na sociedade latino-americana e Brasil a partir da década de 1970, firmando-se nos anos 1980 e 1990 em contraposição à originária “comunicação e desenvolvimento” já adotada em outras partes do mundo desde pelo menos a década de cinquenta (Peruzzo, 2022).

A primeira matriz apresenta práticas conhecidas no Brasil e em alguns países da América Latina, como de “comunicação e cidadania”, “comunicação para a cidadania” ou “comunicação para a transformação social”. Trata-se de uma comunicação desenvolvida no seio de movimentos populares ou demais organizações populares sem fins lucrativos que tem como finalidade a transformação da realidade, no sentido de aprofundar e ampliar a conquista dos direitos da cidadania.

Os aspectos centrais desta proposta teórica, segundo Alfonso Gumucio-Dagron (2014), estão inscritos na participação democrática, na horizontalidade das decisões, na valorização da cultura e das relações dialógicas. Nessa perspectiva, em razão de sua práxis apresentar um caráter mais emancipatório, a comunicação comunitária se vê mais envolvida com os conceitos de cidadania ativa do que com o de desenvolvimento.

A comunicação comunitária, em síntese, expressa o protagonismo de segmentos da população como forma de resistência à realidade política opressiva, às precárias condições de moradia, baixa remuneração pelo trabalho, à falta de acesso à terra, à discriminação social, aos problemas da juventude e da infância etc., e ao mesmo tempo, externa formas de lutas pela conquista dos direitos humanos e de cidadania, e pela transformação da realidade. [...] Portanto, a comunicação popular – numa abordagem de conjunto, ou a comunicação popular, comunitária e alternativa, enquanto categoria analítica, como também foi sendo ressignificada ao longo do tempo, às vezes denominada de participativa, participatória, dialógica, grupal, horizontal e educativa – configura-se como uma abordagem característica da América Latina dado o contexto de lutas sociais em prol de transformações em que se desenvolve o protagonismo de setores populares no fazer comunicativo, com base na autonomia e na participação ativa dos receptores que se tornam, segundo apregoou Kaplún (1985), também emissores. (Peruzzo, 2022, p. 57-58).

A participação no processo comunicativo comunitário abrange uma diversidade de processos, formas, níveis e intensidade e diz respeito ao envolvimento pessoal das pessoas, com poder de decisão, mas, também, segundo Peruzzo (1998), sob o ponto de vista teórico, a comunicação popular é entendida numa perspectiva de igualdade entre emissor e receptor do processo. Mas, enquanto estratégia metodológica e como expressão de um direito universal, para Juan Dias Bordenave (1983, p.84),

Na comunicação participatória todos os interlocutores exercem livremente seu direito à autoexpressão, como uma função social permanente e inalienável, geram e intercambiam seus próprios temas e mensagens; solidariamente criam conhecimento e saber, e compartilham sentimentos; organizam-se e adquirem poder coletivo; resolvem seus problemas comuns e contribuem para a transformação da estrutura social de modo que ela se torne livre, justa e participativa.

Segundo Peruzzo (1998, p. 142-143) a participação popular na comunicação comunitária pode significar numa gradação crescente:

O simples envolvimento das pessoas, geralmente ocasional, no nível das mensagens, ou seja, dando entrevistas, avisos, depoimentos e sugestões ou cantando, pedindo a inserção de músicas e aderindo a concursos; elaborar matérias (notícias, poesias, desenhos); compartilhar a produção global do jornalzinho, do programa de rádio etc.; tomar parte na definição da linha política, do conteúdo, do planejamento, da edição, do manejo de equipamentos; compartilhar o processo de gestão da instituição comunicacional como um todo.

Com relação aos níveis de participação no processo comunicativo comunitário, segundo Peruzzo (1998), estes podem se dividir em *produção*: quando o “povo” participa da elaboração dos programas e conteúdo das mensagens; *planejamento*: em que o “povo” participa tanto na definição das políticas, objetivos, princípios de gestão, planos, atividades e financiamentos quanto na formulação de projetos

nacionais, regionais e locais; e o nível de *gestão*: onde se tem acesso às decisões relativas à programação, bem como ao controle, à administração e ao financiamento da organização comunicacional.

Já a segunda matriz, praticada na América Latina, mas também na África e Europa, trata-se de uma linha teórica que provém das ressignificações das concepções de “comunicação e desenvolvimento”. A ressignificação significou buscar uma forma de desenvolvimento alternativo àquele defendido pelas teorias difusionista e da modernização, por outro em que as soluções a problemas socioeconômicos locais partissem da participação e mobilização popular. Originariamente, gestou-se a chamada “comunicação e desenvolvimento”, mais tarde essa perspectiva foi reformulada como “comunicação para a mudança social”.

O receituário desenvolvimentista aplicado pelos países ocidentais ricos tido como desenvolvidos econômica e socialmente aos países considerados subdesenvolvidos ou periféricos, influenciou significativamente na aplicação da matriz conceitual referente a defesa da cidadania. Segundo Mário Kaplún (1985, p. 7) o fenômeno da comunicação popular e alternativa trata-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”.

A comunicação, na estratégia de desenvolvimento dos países centrais para os periféricos seria utilizada em sentido instrumental. Ou seja, os meios de comunicação estariam todos voltados a expansão do capital e do mercado capitalista monopolista.

A proposta da “comunicação e desenvolvimento” surge na literatura na metade do século XX (final dos anos 40 e durante os 50) com um sentido instrumental: o objetivo era usar os meios de comunicação como instrumentos de disseminação de informações, ideais e valores modernizantes favoráveis ao desenvolvimento capitalista, baseado nos padrões dos países ocidentais, então “desenvolvidos”, como Estados Unidos e países da Europa. Além da cumplicidade com os programas de desenvolvimento implementados, de instituições governamentais e privadas, os meios de comunicação atuariam como mediadores para persuadir as populações em favor do desenvolvimentismo, e para a difusão de inovações tecnológicas, produtos industrializados e novos costumes. O fundamento é a teoria da modernização, a qual defende como necessário “modernizar” as sociedades com base na concepção de desenvolvimento como progresso, e do progresso como desenvolvimento econômico e tecnológico. Para esta concepção de desenvolvimento, as nações que não alcançaram os padrões de desenvolvimento dos países ricos – tido como desenvolvidos – seriam subdesenvolvidas ou periféricas e, para saírem dessa situação, deveriam seguir os modelos de industrialização dos países centrais e adotar suas tecnologias e padrões de produção e consumo. Porém, a estratégia de fundo foi a expansão do capital e do mercado capitalista monopolista em favor das grandes corporações norte-americanas e europeias. O que se verifica é a expansão das tecnologias, dos produtos e dos serviços – não a transferência do *know how*. No centro dessa estratégia também se produz, de alguma

forma, a difusão de uma posição epistemológica, uma visão do mundo etnocêntrica, que nunca reconheceu, como algo digno de ser respeitado, o sentido das culturas e o tipo de conhecimento e desenvolvimento dos países onde intervinham. Pelo contrário, esses povos eram vistos como atrasados, possuidores de tradições que impediam o desenvolvimento e que, portanto, precisariam ser mudadas. [...] (Peruzzo, 2022, p. 52-53).

O modelo difusionista de desenvolvimento propagado pelos meios de comunicação além de não levar em conta as culturas locais não respeitava a saúde dos trabalhadores, nem a saúde pública quando incentivava a utilização de agrotóxicos e demais produtos químicos componentes dessa política. Os impulsionadores desse modelo desprezavam o conhecimento local com suas visões de mundo particulares e suas inovações tecnológicas e técnicas. Esse modelo de desenvolvimento deixou suas pegadas prejudiciais por toda a América Latina porque se por um lado beneficiou alguns setores da sociedade local, por outro causou o empobrecimento de vasta ou da maior parcela absoluta da população, além da destruição do meio ambiente, aumento da poluição e dos riscos à saúde pública.

4.3 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO COTIDIANO

As comunidades humanas como entidades sócio-organizacionais apresentam uma dinâmica de vida ampla e complexa, onde as relações coletivas, interpessoais, intra e intergrupais necessitam de um elemento facilitador para que as mesmas aconteçam. A comunicação, a partir da práxis das organizações, associações comunitárias e movimentos sociais, torna-se o elemento facilitador dessas relações (PERUZZO, 2022).

Para Peruzzo (2022) a comunicação comunitária acontece nas organizações populares de três maneiras: comunicação como processo, comunicação como diálogo e pela incorporação de formas e meios (canais) de comunicação mediáticos.

A comunicação como processo insere-se nos processos sócio-organizacionais de mobilização, organização e ações comunitárias (Peruzzo, 2022) e ajuda a tecer relacionamentos e coordenar as atuações. Dentro do contexto do processo comunicacional comunitário inserido nos processos sócio-organizacionais há uma dimensão educacional de forte influência no nível da educação informal e não formal. É uma dimensão que está inserida no dia a dia.

O desenvolvimento do conhecimento adquire um aspecto revolucionário. Primeiro, por valorizar o saber local, inclusive dos antepassados e resgatar a sabedoria popular do conhecimento adquirido na prática do cotidiano. Como exemplos

temos a utilização de sementes ‘*crioulas*’ e de plantas medicinais, entre outros. Segundo, por se construir um conhecimento coletivo gerado nos processos organizativos de busca de soluções para os problemas que afetam as “comunidades”, a troca de saberes acontece pela cooperação e participação ativa dos membros pela comunicação interpessoal e grupal, como exemplo temos a aceitação das decisões nascidas da experiência dos mais velhos de uma comunidade. Terceiro, o resgate dos conhecimentos acumulados pelos atores locais em interface com o saber técnico-científico também gera conhecimento novo e promove melhorias na qualidade de vida da população local, como exemplo temos a aplicação de inovações na área de produção, transformação e consumo de alimentos.

A comunicação como diálogo dentro dos ambientes comunitários fortalece o espírito coletivo em relação a invasão cultural promovida a partir do modelo difusionista de desenvolvimento que rejeita e desvaloriza todo o conhecimento e saberes no seio do ambiente popular. O diálogo valoriza o outro como sujeito e não como objeto. Para Paulo Freire (1977, p. 43) “é vivenciar o diálogo, não invadir nem manipular, tampouco impor. É empenhar-se na transformação constante da realidade.”. A mensagem unidirecional não abre espaço para a discussão e reflexão, na origem está prenhe de defeitos e propensa a erros.

Em outra obra, Paulo Freire (1979, p. 83-84) acrescenta que o

Diálogo é o encontro entre homens (entenda-se pessoas), mediatizado pelo mundo, para designá-lo. [...] este diálogo, não pode reduzir-se a depositar ideias em outros. Não pode também converter-se num simples intercâmbio de ideias, ideias a serem consumidas pelos permutantes.

A comunicação dialógica – face a face, grupal, e entre grupos e instituições – é a mais importante forma de comunicação na práxis transformadora dos movimentos sociais e comunidades (Peruzzo, 2022). A oralidade e a presença no processo dialógico tornam viável a disseminação de informações, a troca de conhecimento e a tomada de decisões. Trata-se de um processo mobilizatório das pessoas e facilitador na coordenação de ações. É uma expressão comunicativa que acontece por meio e além do contato direto entre as pessoas. Os encontros presenciais como reuniões, assembleias, rodas de conversa, atividades de formação e política além de deixarem claro o aspecto de não perenidade dos movimentos sociais, são também ocasiões fortes de prática do diálogo; além das manifestações culturais e artísticas. Os encontros dentro do processo dialógico despertam o espírito comunitário para a fase

de latência dentro do processo comunicacional comunitário, preparando a comunidade para a fase de visibilidade ou atuação pública.

Os meios (canais) de comunicação midiáticos são fundamentais instrumentos de suporte para a comunicação dialógica, quando utilizados de forma adequada. Esses canais, contudo, quase sempre são utilizados em benefício dos objetivos comunitários a partir da ação de entidades de assessoria e colaboradores (pessoas e instituições). Quase sempre os membros das organizações populares apresentam dificuldades para manusear instrumentos tecnológicos. Estes quase sempre são utilizados para as relações públicas externas; ou seja, no relacionamento com instituições públicas e privadas em uma forma de comunicação com a sociedade e com os poderes públicos de acordo com as necessidades e estratégias de cada situação (Peruzzo, 2022).

4.4 PERFIL DE VEÍCULO COMUNITÁRIO

A comunicação comunitária contrapõe-se ao modelo de fluxo comunicativo unidirecional apresentado pelos *mass media*, como também questiona o tipo de produção apresentada pelo mesmo a partir de uma leitura crítica de mensagens pela comunidade. Essa leitura crítica desperta a comunidade para a falta de relação entre o que é divulgado pelos meios de comunicação e sua vida cotidiana, além do que o grupo se dá conta do artificialismo das informações divulgadas.

Ao se dar conta do distanciamento entre sua realidade quotidiana e a estrutura de produção de informação dos meios de comunicação existentes, a comunidade desperta para a vontade de produzir seu próprio discurso sem filtros e intermediários. Esta etapa no processo de formação de um veículo comunitário de comunicação se dá logo após ao da análise das mensagens.

A comunicação comunitária surge como resposta prática às necessidades de se conhecer de forma mais aprofundada os problemas afetos a uma determinada localidade e população, e essa decisão de se ter um veículo comunitário de comunicação influencia de forma determinante na maneira de abordagem e o tratamento adotado na sua produção.

Na comunicação comunitária o destaque aos assuntos é dado em função de sua importância para o grupo social, numa relação direta com o cotidiano das pessoas. Uma caracterização importante é o acentuado uso didático bastante diferente da concepção usualmente abordada pelos meios de comunicação. Os meios utilizados

no processo de comunicação comunitária procuram ater-se a uma diretriz básica – só é notícia o que interessa diretamente à comunidade em questão. Evita-se dessa forma que um mosaico de informações tire o foco da discussão ou do problema a ser tratado e discutido.

A participação e o envolvimento da população são de relevância fundamental no processo de comunicação comunitária. A participação efetiva da comunidade na elaboração de produções é exatamente o que distingue um veículo comunitário de comunicação dos demais.

Em relação ao tratamento dado à informação, a contextualização dos assuntos é de fundamental importância para o processo de comunicação comunitária, sendo um grave erro a abordagem de fatos sem inferência quanto ao contexto em que foram produzidos, bem como seus efeitos e causas.

A conceituação de um veículo de comunicação como comunitário não se dá pela sua capacidade de prestação de serviços e sim pela sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania. Contudo, o ambiente no qual se desenvolve o processo de comunicação comunitária contribui para que os meios utilizados no processo apresentem a característica de prestadores de serviço para a comunidade.

Um veículo de comunicação comunitária deve apresentar um manejo correto de técnicas e de linguagem que o tornem atraentes ao público-alvo e permitam, dessa forma, que atinja seus objetivos. Na atualidade, com as novas luzes sobre a viabilidade da estrutura comunitária, cogita-se que a produção das mensagens de um veículo comunitário possa ficar sob a responsabilidade de um comunicador social profissional. Contudo, esse profissional deve estar consciente do seu papel de agente social que possa promover e potencializar a articulação comunitária, seja via instituições ou por meio da evocação duma comunidade determinada.

A comunicação comunitária deve valorizar a cultura local, prestigiando suas formas. A promoção da educação deve ser uma de suas principais diretrizes, especialmente em lugares onde o acesso às instituições formais de ensino ainda seja bastante reduzido. Essa preocupação educacional deve estar voltada para o entendimento do próprio cotidiano e da capacidade de transformá-lo.

4.5 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NOS TEMPOS ATUAIS

Para Raquel Paiva (2003) a prática da comunicação comunitária no presente e suas perspectivas para o futuro estarão diretamente dependentes das inovações tecnológicas que permeiam o ambiente das comunicações sociais. A comunicação por redes de informação como a Internet e a discussão sobre o conceito tradicional de comunidade, haja vista que na configuração atual a exigência de pertencimento a um determinado território é irrelevante, além da redução do investimento na produção e divulgação de mensagens para o público externo, a existência de novo tipo de relação com a era do virtual são fatores a serem considerados nesse ambiente de comunicação por redes; um fenômeno atualíssimo e que comporta uma série de discussões sobre o nível das relações humanas nesse novo horizonte que se vislumbra.

Segundo Paiva (2003) das três justificativas para o surgimento dum veículo comunitário de comunicação na atualidade as duas primeiras fazem referência aos modelos tradicionais e que se desenvolveram a partir da necessidade de promoção da circulação de informação, permitindo maior interação entre os membros de uma comunidade, assim como um instrumento de divulgações de propostas e reivindicações. A terceira concepção desenvolve-se mais no contexto de configuração da sociedade contemporânea e diz respeito a utilização de um veículo comunitário que permita o contato virtual substituindo as reuniões e assembleias que demandavam a presença física dos membros comunitários. Uma função fundamental se for levada em consideração reduz a disponibilidade de tempo e dificuldades de deslocamento na atualidade.

A Internet para Michel Maffesoli é uma rede capaz de propiciar maior interação entre os próximos já que responde a uma tendência cada vez maior de proximidade e localismo na contemporaneidade, que poderá propiciar o nascimento de uma nova civilização. Nessa nova configuração da sociedade contemporânea, mediante Paiva (2003), existe a necessidade de se avaliar em que medida podem ser consideradas comunitárias as relações que se estabelecem a partir das redes de informação uma vez que estas suprimem o encontro físico e propiciam uma circularidade inimaginável do fluxo de informações e contatos.

Estaríamos então inaugurando um novo tempo das “comunidades virtuais”. E o que esperar de uma sociedade que produziu a virtualidade? Para Derrick De Kerckhove, que foi assistente de McLuhan, e o filósofo italiano Gianni Vattimo as

perspectivas são otimistas. De Kerckhove está preocupado em discutir as transformações operadas no indivíduo, na medida em que sejam interiorizadas as últimas invenções da era do virtual. E, para Vattimo, a imersão na aldeia global seja idêntica àquela das sociedades tradicionais onde a comunicação com os outros pode ser considerada como “imediate” – e oral –, fazendo do sujeito um participante da cultura coletiva.

Para Paiva (2003) o cenário de superinformação via redes oculta por trás de uma certa “igualização” a consolidação do sistema capitalista como o projeto da civilização atual, priorizando um tipo específico de existência e a montagem de um único padrão.

[...] o que está em jogo, além do acesso restrito a bens de consumo e atendimento de necessidades primárias, é o tipo de vínculo vigente nessa estrutura social. Estabelecem-se relações independentes da proximidade e do contato físico, ao mesmo tempo em que a facilidade de deslocamento e circulação produz um certo desvinculamento entre as pessoas, que passam a relacionar-se por interesse (como acontece, por exemplo, nos fóruns de debates via redes de informação), mas sem comprometimento e com uma ética própria, em que se prioriza a vontade pessoal. Os grupos formam-se a partir de pontos de interseção entre as pessoas, e sua durabilidade está afeita ao tempo em que vigorar o interesse comum. Por outro lado, na medida em que surgem simpatia e aceitação pelo distante, também surge a necessidade de fechar-se no pequeno e confortável mundo.

[...] É importante ressaltar que esse excesso de contato foi tornado possível na atualidade graças ao desenvolvimento da técnica e à sua penetração cada vez maior no dia a dia. Se por um lado tem produzido euforia com as suas inovações tecnológicas, também tem gerado discussões sobre o uso, suas possibilidades e influência social. (Paiva, 2003, p. 165).

Howard Rheingold, autor do livro “Comunidades Virtuais”, rechaça qualquer expectativa de que a informatização venha a se transformar num processo revolucionário capaz de produzir melhoria na qualidade de vida, ou que a maior utilização social da nova mídia se converta em uma democracia eletrônica de acesso a todos.

É bem verdade que os contatos hoje são cada vez mais satelitizados e todo esse aparato tecnológico pode ser integrado ao cotidiano, que sem dúvida é muito mais complexo e abstrato que na antiguidade. A influência negativa, se é possível assim conceituar, de todo esse sistema é a crença na instrumentalização das relações a partir da qual o indivíduo promoveria encontros (Paiva, 2003).

É necessário que se avalie com cautela os relacionamentos ou propósitos oriundos dos relacionamentos virtuais ou mesmo de encontros ou eventos fortuitos, ainda que venham revestidos do glamour proporcionado por grandes empresas

especializadas em marketing. Atualmente, conferências sobre o desenvolvimento sustentável, miséria, fome, qualidade de vida, educação têm como principal característica um maior custo de produção dos encontros do que resultados práticos para os objetos da discussão.

4.6 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E CIDADANIA

Ao proceder a abordagem da educação para a cidadania nos meios de comunicação comunitários, Peruzzo (2002) apresenta concepções sobre cidadania que trazem diferentes formas de entendimento sobre o conceito. A autora apresenta as abordagens oriundas da concepção do direito internacional, da concepção liberal e a abordagem desenvolvida por Rousseau no século XVIII.

Na concepção do direito internacional cidadania diz respeito à nacionalidade: o direito de pertencer a uma nação e funda-se em concepções de sociedade e, como tal, são essas concepções que orientam a cidadania. O direito internacional garante ao indivíduo dentro de uma nação, proteção legal – na perspectiva da igualdade; o direito de locomoção dentro do território nacional; a participação política, o indivíduo pode interferir na vida política, podendo concorrer a cargos eletivos e votar e, por último, o direito à liberdade de expressão.

Na concepção liberal de cidadania existe uma clara delimitação entre as esferas do público e do privado. A centralidade do conceito fixa-se na satisfação do interesse próprio, particular, o indivíduo e os seus direitos é o que conta. A personalidade do cidadão é absorvida pelo produtor e trocador de mercadorias.

Na concepção desenvolvida por Rousseau, originada da noção grega de “polis” (cidade) derivado de *politikos* (político = ser social), a cidadania é vista como um direito coletivo e existe toda uma legislação que leva em conta os princípios de igualdade e liberdade, sendo que o indivíduo além de direitos também tem deveres perante a sociedade. Nesta concepção, apesar do aspecto de uma sociedade politizada existe um muro que separa quem pode ter acesso aos direitos de cidadania, quem pode exercê-la e em que termos é exercido. A questão está, de um lado, na cidadania como direito e, de outro, na incapacitação política dos cidadãos em razão do grau de domínio dos recursos sociais e de acesso a eles. Na Grécia de Aristóteles o direito de cidadão era negado aos escravos, mulheres e estrangeiros. No Brasil, a mulher e os analfabetos só adquiriram o direito de votar em 1934 e em 1988, respectivamente.

Para Peruzzo (2002) a cidadania vem se modificando ao longo da história, numa extensão que varia entre os países. Na sociedade moderna apesar da pretensa igualdade entre os indivíduos perante a lei, esta não acontece na prática. No Brasil e outros países latino-americanos, por exemplo, o direito à propriedade – que é básico do próprio modo de produção capitalista –, o direito à educação, assegurados legalmente, são negados na prática à maioria da população (Peruzzo, 2002).

A autora ainda faz referência as diferenças entre cidadania e direitos humanos, ou direitos do cidadão. Para Peruzzo (2002) a cidadania é regulada pelo Estado e pode variar de uma sociedade para outra. Já os direitos humanos são universais e históricos, extrapolam os limites de uma nação. A cidadania incorpora três tipos de direitos: os civis, os políticos e os sociais.

Em suma, cidadania inclui: a) direitos no campo da liberdade individual: liberdade, igualdade, locomoção e justiça; b) direitos de participação no exercício do poder político: participação política em todos os níveis: eleições, plebiscitos, participação em órgãos de representação, tais como sindicatos, movimentos e associações; c) direitos sociais: direito e igualdade de usufruto de um modo de vida digno, através do acesso ao patrimônio social, ligado ao consumo, ao lazer, condições e leis do trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à aposentadoria, etc. (Peruzzo, 2002, p. 55).

Peruzzo (2002) apresenta ainda algumas considerações fundamentais que encerram a questão da cidadania. Primeiro: o cidadão tem direitos e deveres. Segundo: a cidadania é histórica, varia no tempo e no espaço e conforme o período histórico e o contexto vivido. Terceiro: a cidadania é uma conquista popular, a participação popular é fundamental no processo. Quarto: as formas de participação decorrem do tipo de sociedade política em que se vive. E, quinto: a cidadania não se encerra nas suas dimensões da liberdade individual e participação política, mas inclui os direitos sociais e coletivos.

Portanto, a cidadania que emerge da práxis da comunicação comunitária deve ser plenamente voltada para a valorização do ser humano em sua plenitude. Modelos de cidadania excludentes não se aplicam ao conceito de comunicação comunitária, haja vista que esta floresce em condições de adversidades e onde são negados aos homens o direito de uma vida plena. A comunicação comunitária não é uma prestação de serviços ou um mecanismo de informação, mas uma forma de diálogo entre pessoas de forma que as mesmas se percebam como participantes e protagonistas de um projeto comum de sociedade.

4.7 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E EDUCAÇÃO

A educação para a cidadania pode acontecer nos mais inusitados ambientes e não apenas no ambiente escolar convencional. Girardi (2021) e Capra (2006) já sinalizam para isso quando abordam a educação dentro de um processo de alfabetização ecológica. São muitas as instituições que participam desse processo formativo, entre elas: a família, os meios de comunicação de massa, a igreja, o sindicato, os movimentos sociais e as ONGs – Organizações não governamentais; além das demais relações sociais a que o indivíduo participa na vida cotidiana (Peruzzo, 2002).

A educação acontecendo como socialização do patrimônio do conhecimento acumulado, incluindo-se não apenas os conhecimentos técnico-científicos, mas também daqueles que objetivam educar para a convivência social e a cidadania, encontra nos meios de comunicação comunitários importantes instrumentos de fomento à educação (Peruzzo, 2002).

Como diz Barros (1997, p. 28)

[...] a formação do conhecimento contemporâneo se dá para além da educação formal, numa dinâmica de múltiplas mediações sociais. Expressiva porção de conteúdos assimilados pelas pessoas é absorvida através dos meios de comunicação de massa. [...] Em especial, as novas gerações têm seus valores, opiniões e atitudes sedimentadas por veículos que não se interessam propriamente em sua educação, que não assumem explicitamente seu caráter pedagógico, mas que acabam frequentemente por influenciar mais profundamente a juventude que a educação desenvolvida na escola. A comunicação coloca-se assim, no espaço da educação informal, que ocorre nas dinâmicas sociais do dia a dia onde o indivíduo se vê em interação com seus pares e com as manifestações culturais e informativas com que se depara.

Acreditamos não haver relações entre comunicação e educação porque ambas nascem de um mesmo útero, em um mesmo momento. O grito do parto é único e se prolonga no gesto da amamentação e se se prolonga na convivência entre os pares. As brincadeiras, as formas de se ajudarem a construir as canoas, tecer os ‘paneiros’ – cestas tecidas com fibras naturais para o transporte de mandioca, peixes, frutas – preparar as flechas para a pesca, os cantos que exaltam a magnitude da mãe Terra. Existe sim, uma inextricável união entre estas duas dimensões: uma nasce junto com a outra sem possibilidades de separação. Na caminhada da civilização os seres podem começar assimilar e desenvolver diferentes formas de desenvolvimento cognitivo. Mas, como vemos hoje, indígenas, ribeirinhos estão obtendo títulos de

doutores em universidades e isto mostra que não existe separação natural entre povos.

As relações entre comunicação e educação que promovem a conquista da cidadania acontecem a partir da comunicação que “surge em consequência da práxis nos movimentos populares, comunitários e das demais organizações que tenham como estratégia a consecução dos interesses coletivos.” (Peruzzo, 2002, p. 60).

Os movimentos populares envolvidos nesse processo de educação informal referem-se aos cidadãos que ao perceberem que estão incluídos em um contexto mais amplo de sociedade partem para a busca de seus direitos. Por exemplo, uma pequena caixa de fósforo gera um imposto que irá ser útil ao grande empresário, contudo o pequeno contribuinte acredita que aquele valor insignificante não lhe será útil. Mas, quantos milhões de caixas de fósforo, de quilos de sal, açúcar e outras mercadorias menores não serão vendidas em um dia, gerando uma fortuna em arrecadação de tributos e não chegarão aos verdadeiros necessitados.

As classes populares além de criarem seus próprios meios de comunicação, também conquistaram espaço nos canais tradicionais de comunicação e informação para divulgar suas mensagens. Nessa empreitada contam com a colaboração ou mediação, direta ou indireta, ocasional ou duradoura, de ONGs, Universidades, Fundações, educadores sociais autônomos, etc. No Brasil, as configurações mais recentes evidenciam um maior uso das tecnologias de comunicação (rádio, televisão Internet, etc.) pelas organizações comunitárias e de um processo crescente de democratização dos meios de comunicação de massa na sociedade (Peruzzo, 2002).

Segundo Peruzzo (2002) os movimentos populares buscam formas próprias de transmitir suas mensagens. Estas partem das rodas de conversa, de pequenos grupos que têm mais facilidade de reunião e são transmitidas como ondas concêntricas até aos membros mais distantes. Como os membros já estão em uma mesma linha e sintonia, a mensagem já chega como uma forma de instrução educativa, ainda que seja transmitida de forma verbal. Em virtude das dificuldades materiais os textos escritos, em vídeos ou em voz gravada ainda são muito difíceis de serem utilizados. Esta ainda é a forma de comunicação no interior da Amazônia, em pleno século XXI.

A comunicação comunitária, para atingir seus objetivos políticos a partir do último quarto do século XX, necessitou da superação de uma proposta comunicativa popular/alternativa que não soube abrir-se à sociedade às mudanças que estavam

marcando um novo momento da história. A própria democratização da sociedade contribuiu para provocar modificações no interior do sistema nacional de comunicação.

A “liberdade” de comunicação advinda com os novos tempos de democracia no Brasil, e no restante da América Latina, permitiu aos meios populares ações mais ousadas de comunicação. A maior fonte de divulgação das mensagens progressistas, os jornais impressos, começaram a circular nas bancas de jornais, inserções na TV sobre a situação sócio-econômica do país começaram a aparecer, primeiramente de forma tímida, depois foram se tornando frequentes. Uma característica marcante nas mensagens dos coletivos populares foi a mudança de tom, a agressividade que marcou o início das atividades foi permitindo uma forma de diálogo com o poder dominante que permitiu chegar à abertura política e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Hoje, é bem possível que o GRANAV possa fazer circular sua mensagem preservacionista sem o receio de retaliações pela Justiça.

E, nesse contexto, os meios de comunicação progressistas se sentem mais à vontade para divulgar suas mensagens sobre sustentabilidade, haja vista que anteriormente toda ação contra o capital já era percebida como antigoverno, devendo, portanto, ser reprimida. Mesmo, os conteúdos, se tornaram mais educativos e com um viés empreendedor mais apropriado para os tempos atuais. Mesmo a conversa entre dois polos antagônicos como o agronegócio e a agricultura familiar já tomou outra forma, mesmo sendo duas formas de desenvolvimento completamente diferentes.

Para Peruzzo (2002) o potencial educativo envolto nos meios de comunicação, sejam eles de pequeno ou grande alcance, é muito significativo. Por isso mesmo são bens públicos e não privados, representando uma conquista da humanidade enquanto instrumentos capazes de democratizar, de forma ágil, interessante e com fidedignidade a informação e o conhecimento, do senso comum ao científico.

A participação de uma pessoa em um ambiente de comunicação comunitária promove uma mudança no seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele tem sua visão de cidadania ampliada, haja vista que se torna sujeito e protagonista do seu destino, inserida num processo educativo sem estar nos bancos escolares (Peruzzo, 2022).

Para Freire (2004) comunicar é participar de um ato pedagógico e educar torna-se uma experiência comunicativa. Para Kaplún (1998, p.74) a educação, entre outras dimensões, implica num educar-se a si mesmo

[...] educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos. O sistema será tanto mais educativo quanto mais rica for a trama de interações comunicacionais que saiba abrir e pôr à disposição dos educandos. Uma Comunicação Educativa concebida a partir dessa matriz pedagógica teria como uma de suas funções capitais a provisão de estratégias, meios e métodos destinados a promover o desenvolvimento da competência comunicativa dos sujeitos educandos. Esse desenvolvimento supõe a geração de vias horizontais de interlocução.

O âmago da questão da educação para a cidadania nos movimentos sociais para Peruzzo (2002) está na inserção das pessoas num processo de comunicação, onde ela pode tornar-se sujeito do seu processo de conhecimento, onde esta possa educar-se através do seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas.

A educação informal, ou não formal, promovida no ambiente comunitário estimula nas pessoas uma mudança de postura, de uma “cultura do silêncio” das maiorias, como já disse Paulo Freire (1981) a cultura da submissão, do cidadão ausente, de um cidadão sem voz, para uma nova cidadania como esclarece Jesús Martín-Barbero (1999).

O despertar das camadas populares para a discussão sobre a realidade a que são submetidas pela vontade dos detentores do poder político, econômico e do conhecimento técnico ou científico ajuda a constituir a cidadania em suas dimensões individual (fortalecimento das liberdades individuais e direitos individuais), política (maior consciência e prática de participação nos órgãos de representação local ou nacionais) e social (conquista do acesso de benesses relativas a melhores condições de existência). A educação praticada dentro desse contexto realmente se apresenta transformadora e libertadora.

Segundo Peruzzo (2002) as inter-relações entre comunicação e educação geralmente são tratadas no âmbito da educação formal. Contudo, a comunicação produzida por setores subalternos organizados vem contribuindo para ampliar o espectro educativo em torno do exercício da cidadania. Para a autora

[...] As pessoas, ao participarem de uma práxis cotidiana voltada para os interesses e necessidades dos próprios grupos a que pertencem ou ao participarem de organizações e movimentos comprometidos com interesses

sociais mais amplos, acabam inseridas num processo de educação informal que contribui para a elaboração – reelaboração das culturas populares e formação para a cidadania. (Peruzzo, 2002, p. 1).

Peruzzo (2007) apresenta alguns princípios que podem ser colocados em prática no processo de comunicação comunitária para o favorecimento da educação em uma comunidade.

A comunicação comunitária como canal da liberdade de expressão do cidadão e das organizações coletivas comprometidas com as ações de interesses sociais. A participação coletiva é fundamental para destacar o interesse da comunidade e não apenas o interesse individual. A participação individual deve ser estimulada de maneira que as pessoas se sintam estimuladas a falar de suas ações, colocar seus pontos de vista, conquistas, reivindicações, alegrias e derrotas. Deixar aberta a participação nas discussões para todos, independentemente de raça, credo, idade, gênero, posição política, isto evitará partidarismos e tendências que afetem a unidade do grupo. (Peruzzo, 2007, p. 27).

Quando a comunidade já tiver estabelecido um meio estruturado para sua comunicação deverá criar canais que permitam viabilizar a participação dos comunitários ou de suas entidades representativas nas instâncias de planejamento e gestão do referido meio. Ou seja, a organização do meio de comunicação em diretorias, colegiados, comissões, assembleias. Isto permitirá um fluxo de informações confiáveis porque as pessoas da comunidade poderão ficar responsáveis de coletar informações e produzir mensagens a serem distribuídas no coletivo.

O cultivo do diálogo é fundamental no ambiente de comunicação comunitária. Portanto os encontros, as reuniões devem ser estimuladas a fim de proporcionar as discussões a respeito das pautas a serem divulgadas pelos meios de comunicação. Dessas discussões devem ser escolhidos os conteúdos prioritários de interesse do público local, como mensagens de interesse comunitário, educativas, sobre o cotidiano, visando o bem-estar coletivo.

A comunicação comunitária deve valorizar a cultura local, promovendo entretenimento que não agrida valores éticos e o respeito a diversidade. A criatividade popular deve ser estimulada através da produção de músicas, teatro, poesia, pinturas e outras manifestações artísticas, científicas e técnicas geradas na própria comunidade.

Toda ação humana demanda recursos para sua realização e para a comunicação não é diferente. Contudo, as ações comunicacionais comunitárias devem ser realizadas sem fins lucrativos, envolvendo o maior número de

interessados, sejam pessoas ou organizações de modo que o processo expresse os interesses coletivos. A mobilização de cidadãos e entidades sem fins lucrativos provoca o empoderamento dos meios de comunicação comunitária com finalidades educativa e desenvolvimento cultural. Toda a arrecadação de recursos envolvendo os meios de comunicação comunitária deverá ser utilizada apenas para despesas de custeio, manutenção e (re)investimento em equipamentos e não para o lucro particular.

A política no processo de comunicação deve ater-se a participação cidadã. A manifestação de participação no processo deve ser isenta de qualquer forma de partidarismo político que implique futuramente em dependência para grupos de poder sob qualquer aspecto ou bandeira. A educação a partir da comunicação comunitária só é possível com a participação ativa e com poder de decisão de todos os cidadãos envolvidos no processo. Mesmo interesses de grupos que se sintam agredidos em seus direitos devem ser considerados de maneira cautelosa, a fim de que não dominem o processo.

Não é porque a comunicação comunitária é praticada quase que de uma forma espontânea e voluntária que se deverá descuidar do seu aspecto formal. A mensagem deve sim ser transmitida de forma clara, específica e objetiva, cercada de todos os cuidados de maneira que venha atingir o receptor e atender as suas expectativas. Portanto, a qualidade deve ser levada no mais alto nível de consideração no processo comunicacional. Todo o pessoal envolvido no processo comunicacional deverá receber capacitação e formação adequados a fim de que possam aperfeiçoar seus conhecimentos e transmitir conteúdos de qualidade. Isto requer avaliações constantes com o intuito de corrigir distorções ou mesmo ações tendenciosas, de forma a conduzir o meio de comunicação à uma atuação eficiente.

Apesar do caráter específico de localidade, a comunicação comunitária deve manter uma janela aberta para os fatos que acontecem fora do âmbito comunitário. Afinal, vivemos num ambiente complexo e sistêmico, onde tudo está ligado em redes e o que acontece externamente pode afetar de forma significativa uma comunidade. A educação em qualquer instância é um sistema aberto que necessita de um constante fluxo de novas informações que alimentarão o ambiente em devir.

No capítulo seguinte apresentamos os caminhos metodológicos percorridos para a construção da análise. Essa não foi uma atividade tão simples haja vista que o GRANAV não chegou a possuir um escritório físico, ficando sempre a documentação

dispersa pelas casas dos coordenadores escolhidos e mesmo muito do que foi discutido pelos membros do Grupo no início de suas atividades em 1970, e isso não era registrado por receio do estado de exceção – ditadura militar – que vivia o Brasil. Portanto, tivemos a missão de solicitar ao Coordenador atual do GRANAV a gentileza de fazer uma organização desses documentos espalhados para iniciarmos o trabalho de análise dos mesmos.

5. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho de pesquisa utilizamos como recurso metodológico para a captação dos dados a serem posteriormente alvo de análise a Pesquisa Documental da organização popular ativista ambiental denominada Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV), atuante no município, especificamente na região do Paraná de Parintins, na comunidade do Menino Deus; uma típica comunidade regional. A pesquisa documental é um recurso metodológico muito utilizado na elaboração de trabalhos acadêmicos, mas também de pesquisas de cunho profissional e que há algum tempo vem se constituindo em recurso metodológico para a elaboração de trabalhos de pesquisa na área da Comunicação.

Como nossa proposta de trabalho tem como tema a Comunicação Comunitária, especificamente na várzea da Amazônia brasileira, a priori realizamos uma consulta aos estudos teóricos voltados para o modelo de comunicação de modo que tivéssemos uma orientação segura sobre o melhor caminho a ser tomado no percurso da pesquisa.

Verificamos, contudo que a produção envolvendo a Comunicação Comunitária na Amazônia, principalmente na região ribeirinha, ainda carece de trabalhos sistematizados. Mesmo assim, com os trabalhos acessados foi possível ter uma visão do tema e a relação com os demais elementos envolvidos na trama da pesquisa como educação, formas de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. Fomos ainda ao acervo de teses e dissertações no âmbito acadêmico sobre o tema trabalhado para descobrir o que já existe de produção pelo menos a nível de Brasil sobre o assunto.

A pesquisa documental como método e como técnica é frequentemente empregada como base ou apoio em diversas áreas do conhecimento como História, Medicina, Direito, Psicologia, Educação, Ciências Sociais e Ciências Contábeis. Já no campo da Comunicação no Brasil seu emprego é recente e não possui a mesma tradição. O recurso da análise documental utiliza como fontes mais comuns os acervos de empresas (jornais, revistas, catálogos, almanaques) sendo o acesso a essas fontes de caráter bastante criterioso, haja vista o atrelamento comercial aos quais os grupos de comunicação estão vinculados. Mas também serve como expediente a consulta a documentos oficiais, técnicos ou pessoais (arquivos particulares reunindo originais), sendo esta última categoria mais rara e realizada apenas quando o acesso é permitido ao pesquisador (Moreira, 2012).

No Brasil, os arquivos públicos e particulares tornaram-se objeto de textos legais na década de 1990 com a promulgação da Lei nº 8.159 em janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 1.173 em junho de 1994. O trabalho de análise documental sugere o conhecimento daquilo que a legislação prevê em relação a arquivos (Moreira, 2012).

Os documentos devem deixar claro, além do conteúdo explícito, conhecimentos a serem apreendidos pelo pesquisador ou quem quer que venha acessar o trabalho de pesquisa. O pesquisador deve aliar a leitura dos documentos acessados com a revisão bibliográfica de forma a lhe permitir uma análise que apresente como resultado satisfatório um aprendizado e um saber sobre a realidade pesquisada. Além da pesquisa do objeto específico, faz-se necessária a apuração paralela e simultânea de informações que complementem os dados coletados (Moreira, 2012). O pesquisador deve realizar a descrição dos documentos obtidos.

Definido o *corpus*, os documentos foram reunidos de acordo com o material ou fonte no qual estão armazenados. Esses materiais consistem em textos impressos – estatutos, atas, correspondências como ofícios, memorandos, circulares, etc. – fotografias, vídeos, áudios, cartazes, panfletos, folders.

As imagens utilizadas em pesquisas documentais dizem muito do contexto social. A qualidade técnica da produção de fotografias, vídeos ou mesmo áudios nem sempre conseguem traduzir o conteúdo, as mensagens desejam transmitir aos receptores.

Foram analisados 128 documentos, distribuídos da seguinte forma: ofícios 22; atas 18; convites 39; portarias 05; requerimento 01; solicitação 14; avisos de rádio 05; agradecimento 01; editais 04; certificados 02; nota de esclarecimento 01; relatórios 06; plano 01; projetos 03; termo de adesão 01; estatuto social 01; carta circular 03; nota de solidariedade 02 e recibo 01. Estes documentos ainda foram distribuídos pelos subtemas abordados dentro do processo da comunicação comunitária: educação, cidadania e sustentabilidade ambiental. De posse dos documentos partimos para a leitura a fim de que tivéssemos uma visão de como aconteceu a atuação do GRANAV em defesa do meio ambiente na região do Médio Amazonas.

Relacionamos os documentos coletados no arquivo do GRANAV que foram usados para a construção e embasamento desta pesquisa, conforme é posto a seguir:

Estatuto Social do GRANAV, fundado em 27/02/1992. Fonte: GRANAV.

Nota de Esclarecimento: 07/02/1995: do Chefe do Posto do IBAMA em Parintins-AM, ao público em geral, prestando esclarecimentos sobre a incapacidade temporária do órgão para atuar na região, em virtude de reestruturação do órgão. A nota se deve a críticas partidas pela direção do GRANAV sobre a atuação do IBAMA no município. Fonte: Escritório do IBAMA/Parintins-AM.

Convites: 07/09/1997: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Carvalho, convidando membros, o público em geral e instituições parceiras para reunião de orientação e incentivo. Fonte: GRANAV.

Ofícios: Ofício N^o. 011/ 97, de 04/09/1997 – do IBAMA, Escritório Local de Parintins-AM, ao Coordenador do GRANAV; orientações e esclarecimentos sobre o uso dos lagos na região. Fonte: IBAMA.

Convites: 12/1998: mensagem natalina aos membros, parceiros e público em geral. Fonte: GRANAV.

Solicitação: 27/04/2000: do GRANAV, Coordenador Edvan Rocha de Carvalho, ao Chefe do posto do IBAMA em Parintins-AM, solicitação de apoio na doação de combustível a ser utilizado em ação de orientação sobre pesca predatória na região do lago do Itaboraí. Fonte: GRANAV.

Ofícios: Ofício de 28/08/2007 do Coordenador do GRANAV, Sr. Antônio Carvalho Farias, ao Sr. Frank Luís da Cunha Garcia, MD. Prefeito Municipal de Parintins-AM; solicitando para o GRANAV a execução do transporte escolar para a tele sala de ensino fundamental do EJA, para o ano de 2007. Fonte: GRANAV.

Agradecimento: 25/10/97: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Rocha de Carvalho, pela colaboração recebida por ocasião da realização do 3^o. Culto Ecumênico em comemoração dos 17 anos de atuação do Grupo. Fonte: GRANAV.

Avisos de rádio: 07/05/1998: da Coordenação do GRANAV para membros do Grupo, a fim de regularizarem situação cadastral e documental. Fonte: GRANAV.

Editais: 09/06/98: do Secretário do GRANAV, Sr. Geraldo Cunha Farias, para os membros do Grupo, Edital de Convocação para Assembleia Extraordinária. Fonte: GRANAV.

Convites: 14/11/1998: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Carvalho, aos membros do Grupo e público em geral para culto ecumênico em Ação de Graças pelos oito anos de preservação do lago do Comprido, festejo o dia todo. Fonte: GRANAV.

Convites: 06/10/2001: do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Parintins/SINTRAFPIN, ao Coordenador do GRANAV, para

participar da abertura do “1º. Encontro Sindical das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Parintins”. Fonte: SINTRAFPIN.

Convites: 08/07/2002: da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Parintins-AM, ao Coordenador do GRANAV, para encontro de trabalhadores rurais. Fonte: GRANAV.

Atas: 01/10/2003: Ata da reunião para discussão sobre um Acordo de Pesca para a região da comunidade da Santíssima Trindade, local da reunião. Fonte: GRANAV.

Atas: 20/02/2004: Ata da reunião do Acordo de Pesca envolvendo as regiões da Valéria, Murituba, Laguinho, Paraná de Parintins de Baixo, do Meio e de Cima, realizada na comunidade de Santa Rita de Cássia, lago da Valéria. Fonte: GRANAV.

Atas: 27/03/2004: Ata da reunião para discussão sobre um Acordo de Pesca para a região da comunidade de Santa Clara do Jauari, local da reunião. Fonte: GRANAV.

Atas: 25/03/2004: Ata da reunião para discussão de um Acordo de Pesca para a região do paraná de Parintins, realizada na comunidade de São José do Laguinho. Fonte: GRANAV.

Solicitação: 27/11/2004: encaminhada ao MD. Comandante da 1ª. Companhia Independente de Polícia Militar de Parintins-AM, para apoio na 8ª. Festa da Preservação e Conservação dos Lagos da Região do Paraná de Parintins, promovida pelo GRANAV em 06/11/2004. Fonte: GRANAV.

Convites: 20/07/2005: do GRANAV para comunidades parceiras, convite para Curso sobre Criação de Abelhas sem Ferrão, na “Casa do Saber Popular”, na comunidade do Menino Deus, paraná de Parintins do Meio. Convite tipo folder com fotos e impresso em gráfica. Fonte: GRANAV.

Convites: 01/08/2005: do IBAMA/ProVárzea/Parintins-AM, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, para participação das discussões finais sobre o Acordo de Pesca do Macuricanã” na data de 07/08/2006 na comunidade da Brasília. Fonte: IBAMA.

Convites: 08/09/2005: do Presidente da APMC da Escola de Nossa Senhora das Graças, comunidade do Maranhão, ao Coordenador do GRANAV, para orientações sobre preservação e sustentabilidade ambiental aos alunos, palestra. Fonte: Comunidade.

Ofícios: Ofício Nº. 01/2005, de 09/09/2005 – do Grupo de Oração Obra Nova, ao Coordenador do GRANAV; solicitação de doação de material para evento do Grupo. Fonte: Grupo de Oração Obra Nova.

Convites: 22 e 23/09/2005: do GRANAV para seus membros e o público em geral das comunidades para participação em um curso de “Produção e Comercialização de Mel”, a ser realizado na comunidade do Menino Deus do paraná de Parintins do Meio na “Casa do Saber Popular”. Fonte: GRANAV.

Convites: 22/09/2005: do presidente do CMDRS, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco de Carvalho Farias, convidando para uma reunião do Conselho. Fonte: CMDRS.

Ofícios: Ofício de 13/09/2005, do Coordenador Financeiro do GRANAV, Sr. Adilson da Costa Silva, ao Gerente de Iniciativas Promissoras do ProVárzea/IBAMA; informações sobre atividades financiadas ao GRANAV. Fonte GRANAV.

Convites: 01/11/2005: dos Projetos AquaBio/MMA e ProVárzea/IBAMA, convidando o Coordenador do GRANAV, Sr. Eraldo Albuquerque, para a “Oficina de Experiências no Manejo de Recursos Naturais em Várzeas e Igapós” a ser realizada na cidade de Santarém-PA. Fonte: IBAMA.

Convites: 29/09 – 01/10/2005: da comissão da festa da comunidade de São Sebastião do Quebra, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, convite para participação e colaboração material para a festa. Fonte: Comunidade.

Ofícios: Ofício de 23/11/2005, do Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, ao Sr. Frank Luís da Cunha Garcia, MD. Prefeito Municipal de Parintins-AM; solicitação de esclarecimentos sobre o destino de madeira apreendida e colocada sob a guarda da municipalidade. Fonte: GRANAV.

Ofícios: Ofício Nº. 006/2006, de 19/01/2006 – da Diocese de Parintins, Pontifícia Obra da Infância Missionária da Diocese de Parintins, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, solicitando apoio na doação de 50 camisetas para evento do Instituto. Fonte: Diocese de Parintins-AM.

Convites: 16/03/2006: do Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Familiares de Parintins-AM, e do Coordenador do Grupo de Proteção Ambiental “Gavião Real”, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Eraldo Albuquerque, para tratar de propostas e planejar operações de desenvolvimento sustentável. Fonte STRFP.

Convites: 02/04/2006: do presidente do CMDRS ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, para participação na “2ª. Oficina de Capacitação para Conselheiros”. Fonte: CMDRS.

Solicitação: 24/04/2006: do GRANAV, Coordenador Francisco Carvalho Farias, ao Gerente da CEAM/Parintins-AM, assunto: doação ao GRANAV de 10 (dez) tambores de aço usados na usina de energia, a serem utilizados no projeto Terra e Água. Fonte: GRANAV.

Convites: 24/04/2006: da Escola Municipal São Pedro da comunidade do Parananema, Projeto Pé-de-Pincha/IBAMA/UFAM, o Esreg/IBAMA de Parintins-AM, ao Coordenador do GRANAV, para o evento da VI Soltura de Filhotes de Quelônios do Projeto Pé-de-Pincha, programação festiva o dia todo. Fonte: Comunidade.

Convites: 30/05/2006: do Escritório Regional do IBAMA, o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea/ProVárzea/IBAMA e a Universidade do Estado do Amazonas/UEA, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, para participação da Semana do Meio Ambiente. Fonte: IBAMA

Convites: 23/06/2006: do presidente do CMDRS, Senhor Gladimir Rosas Hauradou, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho de Farias, convite para reunião com o gerente do Banco do Brasil, Ag. Parintins-AM. Fonte: CMDRS.

Convites: 28/07/2006: do presidente do CMDRS, Sr. Gladimir Rosas Hauradou, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco de Carvalho Farias, convite para participação na “1ª. Oficina de Sistematização das Experiências do Conselho”. Fonte: CMDRS.

Convites: 06, 07 e 08/10/2006: do GRANAV/Projeto “Terra e Água”, para instituições parceiras, convite para participação em Curso de Capacitação em Administração de Microempresas. Fonte: GRANAV.

Convites: 15/09/2006: do Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, e o Escritório Local do IBAMA de Parintins-AM, convidam todas as comunidades, entidades e órgãos ambientais envolvidos no ordenamento pesqueiro do município de Parintins-AM para participarem da II Assembleia Intercomunitária de discussão do Acordo de Pesca da região do paraná de Parintins. Fonte: GRANAV.

Atas: 23/09/2006: Ata da reunião do Acordo de Pesca da região do lago da Valéria e paraná de Parintins de Baixo, realizada na comunidade de Santa Rita da Valéria. Fonte: GRANAV.

Convites: 01/11/2006: do Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, convite para comunidades e entidades para participação na II Assembleia Intercomunitária para a discussão do Acordo de Pesca na região do paraná de Parintins, a ser realizada na data de 23/09/2006 na comunidade de Santa Rita da Valéria. Fonte: GRANAV

Convites: 23/11/2006: do presidente do CMDRS, Sr. Gladimir Hauradou, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, para participação no “V Fórum de Gestão Integrada para o Desenvolvimento de Parintins”. Fonte: CMDRS.

Convites: 29/11/2006: Do Coordenador do Conselho dos Assentados da Vila Amazônia/COAGVA, Sr. Eraldo Albuquerque, ao Coordenador do GRANAV, convite para a posse da nova diretoria do Conselho. Fonte: COAGVA.

Atas: 17/12/2006: Ata Ordinária de Eleição da Coordenação e Conselho Fiscal do GRANAV. Fonte: GRANAV.

Convites: 01/12/2006: do Coordenador do GRANAV, aos membros do Grupo e comunidades em geral, para participação na IV Assembleia Intercomunitária para discutir o Acordo de Pesca da região do paraná de Parintins, a ser realizada em 16/12/2006 na comunidade de Nossa Senhora Aparecida no Miriti. Fonte: GRANAV.

Atas: 16/12/2006: Ata da 4ª. Assembleia Intercomunitária do Acordo de Pesca da região do paraná de Parintins, realizada na comunidade de Nossa Senhora do Miriti. Fonte: GRANAV.

Convites: 25/02/2007: do GRANAV para membros, instituições parceiras e o público em geral, convidando para o encerramento do Projeto “Sistema Integrado de Produção Terra e Água”, posse da nova diretoria do GRANAV e comemoração dos catorze anos do Grupo. Convites impressos em papel cartão, tipo folder e com as logomarcas de todas as instituições parceiras do Grupo. Fonte: GRANAV.

Atas: 25/02/2007: Ata de evento final do apoio financeiro do ProVárzea/IBAMA ao Projeto Terra e Água, 14 (catorze) anos de fundação e posse da Coordenação e Conselho Fiscal do GRANAV. Evento realizado no Centro Social da comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do paraná de Parintins de Baixo. Fonte: GRANAV.

Convites: 08 – 09/03/2007: da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento/SEMPA e do CMDRS, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho, para participar do “1º. Seminário de Desenvolvimento de Política Agrícola Integrada e Compartilhada de Parintins”. Fonte: SEMPA

Atas: 31/03/2007: Ata de reunião do Acordo de Pesca do paraná de Parintins, realizada na comunidade de Betessemes. Fonte: GRANAV.

Ofícios: Ofício N. 23/2007, de 25/04/2007 – GRANAV, do Coordenador Sr. Antônio Carvalho Farias, para o IBAMA, moo de apoio  permanência do escritório local do IBAMA/Parintins. Fonte: GRANAV.

Convites: 01/05/2007: do IBAMA/ProVárzea ao Coordenador do GRANAV, Sr. Adilson da Costa Silva, para através do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea/ProVárzea, participar do I Fórum de Aquicultura e Pesca de Parintins-AM, em 18 a 20/06/2007. Fonte: IBAMA.

Convites: 01/05/2007: do Presidente do Instituto Geográfico e Histórico de Parintins-AM, ao Coordenador do GRANAV, para tratar de assuntos referentes  cultura e patrimnio arqueológico do município de Parintins-AM. Fonte: IGHP.

Convites: 14/08/2007: do presidente do CMDRS, Sr. Gladimir Rosas Hauradou, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Antônio Carvalho Farias, para participação no “VI Fórum Municipal de Gestão Compartilhada para o Desenvolvimento Sustentável de Parintins”, a ser realizado na data de 27/08/2007 no Amazon River Hotel, Parintins-AM. Fonte: CMDRS.

Convites: 12/09/2007: do presidente do CMDRS, Sr. Gladimir Rosas Hauradou, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Adilson Silva, para participar de uma reunião a ser realizada em 13/09/2007 em uma das salas da UFAM/Parintins-AM. Fonte: CMDRS.

Convites: 15/10/2007: do GRANAV, ao advogado Enéias Gonçalves, para a 8. Festa de Conservao dos Lagos da região paraná de Parintins. Fonte: GRANAV.

Convites: 22/10/2007: do Presidente do ITEAM (Instituto de Terras do Amazonas), ao Coordenador do GRANAV, para o ato de criao do Fórum da Terra do Município de Parintins-AM. Fonte: ITEAM

Editais: 03/11/2007: do Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho Farias, convocando os membros do Grupo para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 18/11/2006 na comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro no paraná de Parintins de Baixo para deliberao da seguinte pauta: relatório de andamento do projeto Terra e água; apresentao da relao de recadastramento dos membros de 2006; definio e admissão de novos membros em suas respectivas categorias; regularizao fundiária e planejamento das aoes para 2007. Fonte: GRANAV.

Convites: 03/11/2007: do Coordenador do Conselho dos Assentados da Gleba de Vila Amazônia/COAGVA, ao Coordenador do GRANAV, para tratar do Programa Luz para Todos, construção do Centro de Capacitação de Agricultores do Açaí e infraestrutura do Assentamento. Fonte: COAGVA.

Ofícios: Ofício N^o. 071/2007 – Câmara Municipal de Parintins-AM, encaminhado ao Sr. Antônio Carvalho Farias, Coordenador do GRANAV; homenagem pelos 14 anos de atividades do Grupo. Fonte: Câmara Municipal de Parintins-AM.

Avisos de rádio: Do Coordenador do GRANAV e Posto do IBAMA em Parintins-AM, avisando a todos os Agentes Ambientais Voluntários para reunião no sábado dia 23/05 na comunidade da Santíssima Trindade do Laginho. Fonte: GRANAV.

Avisos de rádio: Do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Carvalho, avisando a todos os líderes de comunidades sobre reunião para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente. Fonte: GRANAV.

Solicitação: Do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Rocha de Carvalho, ao Sr. Dejanildo convidando o mesmo para a 6^a. Celebração Ecumênica em comemoração ao trabalho de preservação dos lagos da região do paraná de Parintins de Baixo e solicitando o seu apoio na doação de 15 (quinze) sacos de gelo a serem consumidos no evento. Fonte: GRANAV.

Convites: 14/04/2008: do Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável/CMDRS, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Antônio Carvalho, para tratarem de assuntos diversos. Fonte: CMDRS

Editais: 16/05/2008: do Coordenador do GRANAV, Sr. Antônio Carvalho Farias, convocando os membros do Grupo para Assembleia Geral Ordinária de 31/05/2008. Fonte: GRANAV.

Atas: 31/05/2008: Ata da Assembleia Geral Extraordinária do GRANAV, realizada na “Casa do Saber Popular” comunidade do Menino Deus, paraná de Parintins do Meio, para discussão da seguinte pauta: relatório da coordenação 2008; apresentação dos membros recadastrados; projeto de regularização fundiária; acordo de pesca e planejamento do segundo semestre de 2008. Fonte GRANAV.

Convites: 12/01/2009: do chefe do IBAMA/Parintins-AM, Sr. Joel Bentes Araújo, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Adilson Costa, para participação do “I Encontro Regional do Defeso”, a ser realizado na data de 16/01/2009, no Centro do Idoso, bairro de Itaúna II. Fonte: IBAMA.

Atas: 22/06/2006: Ata da reunião para a discussão sobre um Acordo de Pesca para a região da comunidade de São João do Laginho, local da reunião. Fonte: GRANAV.

Atas: 02/04/2011: Ata de reunião do GRANAV, realizada na comunidade do paraná de Parintins de Baixo, para deliberao da seguinte pauta: mediao de um contrato de terras envolvendo o GRANAV e um comunitário; escolha de coordenadores de setores; planejamento do GRANAV para o binio 2011 – 2012. Fonte: GRANAV.

Atas: 11/06/2011: Ata de reunião do GRANAV, realizada na comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, paraná de Parintins de Baixo, para deliberao da seguinte pauta: regularizao documental do Grupo; apresentao de relatório trimestral; planejamento de aoes e informes sobre parcerias. Fonte: GRANAV.

Atas: 06/08/2011: Ata de reunião do GRANAV, realizada na comunidade da Independncia, região do Jauar, para deliberao da seguinte pauta: prestao de contas e reformulao do Estatuto Social do GRANAV. Fonte: GRANAV.

Atas: 20/09/2015: Ata da Assembleia Geral Ordinária do GRANAV, realizada no Centro Social da comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, paraná de Parintins de Baixo, para deliberao da seguinte pauta: apresentao de relatório de atividades; prestao de contas e posse da nova coordenao do Grupo. Fonte: GRANAV.

Atas: 09/02/2018: Ata da Assembleia Geral Ordinária do GRANAV, realizada no Centro Social da comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, paraná de Parintins de Baixo, para discussão da seguinte pauta: leitura do edital de convocao; eleio e posse da nova Coordenao do Grupo; eleio e posse do novo Conselho Fiscal do Grupo. Fonte: GRANAV.

Atas: 21/01/2018: Ata da Assembleia Geral Extraordinária do GRANAV, realizada no Centro Social da comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, paraná de Parintins de Baixo, para deliberao da seguinte pauta: indicao de dois conselheiros para representar o Grupo no Conselho Municipal de Saúde do município de Parintins. Fonte: GRANAV.

Ofícios: Ofício N. 020/2007, de 22/12/2007 – do Coordenador Financeiro do GRANAV, Sr. Adilson da Costa Silva, ao Coordenador do ProVárzea/IBAMA; sobre remanejamento de recursos ociosos do projeto para aplicao na criao de abelhas sem ferrão. Fonte: GRANAV.

Convite: 17/11/2002: do Coordenador da Casa Familiar Rural, ao Coordenador do GRANA V, Sr. Eraldo Albuquerque, para tratar da implantação da Casa Familiar Rural da Gleba de Vila Amazônia. Fonte: Comunidade.

12/07/2004: relatório de treinamento para monitoramento de Acordo de Pesca, realizado na comunidade do Menino Deus, paraná de Parintins do Meio. Fonte: IBAMA.

Recibo: 19/08/2005: do GRANA V, pagamento a Amarildo das Neves Leal, por serviços prestados em assistência técnica no plantio de hortaliças na comunidade do Menino Deus, paraná de Parintins do Meio. Fonte: GRANA V.

Ofício N. 372/2005, de 31/08/2005 – ProVárzea / IBAMA, para o Coordenador do GRANA V; distribuio do informativo periódico JIRAU n. 10, publicao do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Fonte: IBAMA.

Ofícios: Ofício N. 007/2005, de 16/09/2005 – GRANA V, do Coordenador Sr. Adilson Costa, para o Secretário de Produo Rural do município de Parintins-AM; solicitando disponibilizao de assistência técnica para o Projeto Terra e água da comunidade do Menino Deus do paraná de Parintins do Meio. Fonte: GRANA V.

Ofícios: Ofício N. 025/2005, de 04/07/2006 – ProVárzea/IBAMA, para o Coordenador do GRANA V; distribuio do informativo periódico JIRAU, edioes 12 e 14 do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Fonte: IBAMA.

Ofícios: Ofício N. 002/2005, de 04/01/2006 – ProVárzea/IBAMA, para o Coordenador do GRANA V; distribuio do informativo periódico JIRAU, edio 11 do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Fonte: IBAMA.

Ofícios: Ofício N. 04/2006, de 23/01/2006 – do PRONERA/EDUCAMPO, do Coordenador local, ao Coordenador do GRANA V, Sr. Raimundo Rocha Carvalho; informar o início do funcionamento no município de Parintins-AM, no Projeto de Assentamento Vila Amazônia, do Programa Nacional de Educao do Campo na Reforma Agrária. Fonte: PRONERA/EDUCAMPO.

Ofícios: Ofício de 23/06/2006, do Coordenador do GRANA V, Sr. Eraldo Albuquerque Carvalho, ao Exm. Sr. Carlos Eduardo de Souza Braga, MD. Governador do Estado do Amazonas; solicitao de implantao do Telecurso 2000 de ensino médio na comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Lagunho. Fonte: GRANA V.

Portarias: 01/92 de 14/01/1992: da Dra. Denilza Maria Bezerra Pessoa, Juíza de Direito, da 2. Vara da Comarca de Parintins-AM, nomeando os Srs.: Francisco

Sérgio Cunha Farias, Edvan Rocha de Carvalho e Paulo Gomes Farias para fazerem a segurança do lago do Comprido, situado neste município. Fonte: Justiça.

Portarias: 02/92 de 14/01/1992: da Dra. Denilza Maria Bezerra Pessoa, Juíza de Direito, da 2ª. Vara da Comarca de Parintins-AM, nomeando os Srs.: José Carlos do Nascimento Picanço e Domingos de Souza Aporcino para fazerem a segurança do lago do Mureru, situado neste município. Fonte: Justiça.

Portarias: 03/92 de 14/01/1992: da Dra. Denilza Maria Bezerra Pessoa, Juíza de Direito, da 2ª. Vara da Comarca de Parintins-AM, nomeando os Srs.: Fortunato de Souza Macedo, Osmar de Oliveira Teixeira e Antônio Marinho de Oliveira para fazerem a segurança do lago do Mujuru, situado neste município. Fonte: Justiça.

Portarias: 04/92 de 20/04/1992: da Dra. Denilza Maria Bezerra Pessoa, Juíza de Direito, da 2ª. Vara da Comarca de Parintins-AM, nomeando os Srs.: Sérgio da Silva Muniz, Mailson Brandão Tavares, Francisco Elcy de Souza Silva e Benedito Coelho Pereira para fazerem a segurança do lago do Zé Açú, situado neste município. Fonte: Justiça.

Portarias: 05/92 de 20/10/1992: da Dra. Denilza Maria Bezerra Pessoa, Juíza de Direito, da 2ª. Vara da Comarca de Parintins-AM, nomeando os Srs.: Raimundo Bentes da Silva, Miguel Bentes da Silva, Manoel Repolho da Silva, Geraldo de Carvalho Silva, Nilson Simas e Manoel Farias para fazerem a segurança do lago do Parananema, situado neste município. Fonte: Justiça.

Relatórios: 28/02/1993: relatório de reunião para tratar da criação de um grupo de preservadores do Meio Ambiente para a região, realizada na comunidade do paraná de Parintins de Baixo. Ao final da reunião com a escolha de uma diretoria provisória decidiu-se pela denominação para o grupo: Grupo Ecológico Natureza Viva/Grenv. Fonte: GRANAV.

Nota de solidariedade: 22/07/1997: comunicado de presidentes de comunidades em apoio e solidariedade ao trabalho de conscientização e preservação ambiental desenvolvido pelo GRANAV. Fonte: Comunidades.

Relatórios: Relatório de Implementação Semestral (5º. Semestre); Coordenador Sr. Eraldo Albuquerque Farias; período de abrangência do subprojeto: 2002 – 2005; de 01/01/2005 a 30/06/2005. Fonte: GRANAV.

Projetos: janeiro/2003: início das atividades; identificação do projeto: Sistema Integrado de Produção Terra e Água; proponente: Grupo Ambiental Natureza Viva/GRANAV. Pro/Várzea, Componente Iniciativas Promissoras/IBAMA. Objetivo

Geral: integração de conhecimentos tradicionais com o emprego de tecnologias simplificadas que, aceitas pelo público alvo, na condição inovadora, possam gerar sustentabilidade. Fonte: GRANAV.

Projetos: janeiro/2003: início das atividades; identificação do projeto: Sistema Integrado de Produção Terra e Água; proponente: Grupo Ambiental Natureza Viva/GRANAV. Pro/Várzea, Componente Iniciativas Promissoras/IBAMA. Objetivo Geral: integração de conhecimentos tradicionais com o emprego de tecnologias simplificadas que, aceitas pelo público-alvo, na condição inovadora, possam gerar sustentabilidade. Fonte: GRANAV.

Convites: 03/11/2003: da comunidade de Nossa Senhora da Conceição do paraná do Ramos/Vila Manaus, ao Coordenador do GRANAV, Sr. Eraldo Albuquerque, para participar de reunião relacionada ao Acordo de Pesca, referente a bacia hidrográfica do lago do Parananema. Fonte: Comunidade.

Convites: 29/12/2003: da ASASE TRÊS ao Coordenador do GRANAV, Sr. Eraldo Albuquerque, para evento de preservação ambiental na bacia hidrográfica do Parananema/Aninga/Macurany. Fonte: Comunidade.

Ofícios: Ofício N^o. 150/04 de 27/03/2004, ProVárzea/IBAMA/Manaus; comunicando a expansão da prática da capacitação sobre “Pesca e Manejo Comunitário de Pesca” para organizações estaduais do Meio Ambiente e de Organizações não Governamentais como o GRANAV. Fonte: IBAMA.

Ofícios: Ofício N^o. 007/2004 de 12/02/2004, do Coordenador do GRANAV, Sr. Eraldo Albuquerque Carvalho, ao Sr. Amarildo Leal, técnico da SEPAP do município de Parintins-AM; para reunião a ser discutido Acordo de Pesca para a região do paraná de Parintins. Fonte: GRANAV. Fonte: GRANAV.

Ofícios: Ofício N^o. 008/2004 de 12/02/2004, do Coordenador do GRANAV, Sr. Eraldo Albuquerque Carvalho, ao Sr. Gilberto Rabelo, presidente da Colônia de Pescadores Z-17 do município de Parintins-AM; para reunião a ser discutido Acordo de Pesca para a região do paraná de Parintins. Fonte: GRANAV.

Ofícios: Ofício N^o. 009/2004 de 12/02/2004, do Coordenador do GRANAV, Sr. Eraldo Albuquerque Carvalho, ao Sr. Rikson Valente, Chefe do Escritório do INCRA do município de Parintins-AM; para reunião a ser discutido Acordo de Pesca para a região do paraná de Parintins. Fonte: GRANAV.

Relatórios: 15/02/2005: Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea; subprojeto: Terra e Água; Instituição proponente GRANAV; instituição participante,

IBAMA; período de abrangência 01/07/2004 a 31/12/2004; Relatório de Andamento de Implementação Semestral. Fonte: IBAMA.

Ofícios: Ofício Nº. 010/2004 de 12/02/2004, do Coordenador do GRANAV, Sr. Eraldo Albuquerque Carvalho, ao Sr. Lucivaldo Pereira, Engenheiro de Pesca do IDAM do município de Parintins-AM; para reunião a ser discutido Acordo de Pesca para a região do paraná de Parintins. Fonte: GRANAV.

Ofícios: Ofício Nº. 13/2004 de 16/03/2004, do Coordenador do GRANAV, Sr. Eraldo Albuquerque Carvalho, ao Gerente do BASA S/A do município de Parintins-AM; convidando para reuniões de discussão de Acordos de Pesca a serem realizadas nas comunidades: São José do Laguinho (25/03/2004), Santa Clara do Jauari (27/03/2004) e Colônia São Jorge do Jauari (28/03/2004). Fonte: GRANAV.

Ofícios: Ofício Circular de 17/05/2005: do GRANAV, Agentes Voluntários Ambientais do paraná de Parintins e do Projeto de Assentamento da Vila Amazônia, denunciando sobre a utilização fraudulenta de uma serraria móvel que estaria desviando madeira beneficiada destinada a a construção de casas no P.A. da Vila Amazônia. Fonte: GRANAV.

Planos: Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Sustentável/PAE Ilha do paraná de Parintins. Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA; Superintendência Regional do Amazonas-SR-15 e GRANAV. Fonte: MDA/INCRA.

Projetos: fevereiro/2006: Encontro com membros do GRANAV, assunto: Acordo de Pesca no paraná de Parintins; é complementar ao projeto Sistema Integrado de Produção Terra e Água; um dia de atividades. Fonte: GRANAV.

Projetos: Projeto Visagens da Natureza: olhares e percepções dos Agentes Ambientais Voluntários das Belezas do Entorno da Valéria. Proponente: GRANAV. Local de implementação: regiões do paraná de Parintins e lago da Valéria, município de Parintins-AM. Objetivo Geral: confeccionar cartões postais e camisetas com imagens de plantas e animais em seu ambiente natural, para comercialização por Agentes Ambientais Voluntárias na região do lago da Valéria para turistas que frequentam o local. Fonte: GRANAV.

09 a 11/08/2006: Relatório do III Encontro dos Agentes Ambientais Voluntários de Parintins-AM. Promoção: Ministério do Meio Ambiente/MMA; IBAMA; Programa de Agentes Ambientais Voluntários – PAAVs. Participação do GRANAV. Fonte: MMA/IBAMA.

Relatórios: Relatório da reunião realizada no dia 07/01/2007 na comunidade Nossa Senhora Aparecida, lago do Miriti, para discussão sobre liberação do uso do arreo tarrafa, para pesca na bacia hidrográfica do lago do Miriti. GRANAV.

Requerimentos: 20/2007: do vereador Juscelino Melo Manso à Câmara Municipal de Parintins-AM para homenagem e comemoração dos catorze anos do GRANAV. Fonte: Câmara Municipal de Parintins-AM.

Adesivo Publicitário: Sobre Mel de Jupará, abelha sem ferrão, e que tem uma unidade de criação e produção por membros do GRANAV no paraná de Parintins do Meio, comunidade do Menino Deus. Fonte: GRANAV.

Solicitação: 12/07/1998: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Rocha de Carvalho, comunicando às comunidades de Mato Grosso, Jauari, Miriti, Nova Olinda, Açaí, Independência, Santíssima Trindade, Colônias São José, Santo Antônio, Santa Maria e paraná de Parintins de Baixo e, solicitando a participação das mesmas na realização de um Curso sobre Cooperativismo e Associativismo. Fonte: GRANAV.

Nota de solidariedade: 26 e 27/02/1994: do GRANAV, aos membros do Grupo arrolados em processo judicial e passíveis de prisão de 2 a 4 anos se condenados por sua atuação em defesa do Meio Ambiente e dos direitos humanos e, ainda solidariedade para um agricultor ameaçado de despejo da terra que cultiva, em benefício dos grileiros. Fonte: GRANAV.

Solicitação: 27/02/94: do Coordenador do GRANAV, Sr. Raimundo Rocha Carvalho, para a Senhorita Raimunda Ribeiro da Silva, diretora da Rádio Alvorada de Parintins-AM, solicitando providências junto ao locutor o Sr. Franco Costa, o mesmo por ocasião da leitura de avisos da parte da Dra. Juíza Denilza Bezerra, refere-se com descaso e menosprezo aos membros do GRANAV, citados nos referidos avisos. Fonte: GRANAV.

Carta circular: 08/10/1997: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Carvalho, a todos os proprietários de terras na região do paraná de Parintins que evitem ou autorizem o uso indevido dos recursos naturais em suas propriedades. Fonte: GRANAV.

Carta circular: 28/03/1998: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Carvalho, ao público em geral e às entidades parceiras, sobre a atuação do GRANAV no município de Parintins-AM. Fonte: GRANAV.

Solicitação: 15.09.1997: do Coordenador do GRANAV, Sr. Raimundo Rocha Carvalho, ao Chefe do Posto de Fiscalização do IBAMA em Parintins-AM, solicitando

providências junto aos depredadores dos lagos da região de Parintins-AM. Fonte: GRANAV. Fonte: GRANAV.

Carta circular: 20/03/1998: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Carvalho, ao Superintendente do IBAMA, Dr. Hamilton Nobre Casara, pelo apoio dispensado às ações do GRANAV. Fonte: GRANAV.

Certificado: 27/05/1998: do Secretário do GRANAV, Sr. Geraldo Cunha Farias, ao chefe de redação do Jornal A CRÍTICA, da cidade de Manaus, por reportagem publicada nesse jornal de circulação regional em apoio ao trabalho realizado pelo GRANAV em benefício do Meio Ambiente. fonte: GRANAV.

Solicitação: 12/07/2000: do GRANAV, Coordenador Edvan Rocha de Carvalho, ao Chefe do posto do IBAMA em Parintins-AM, apresentação de denúncia e solicitação de providências contra os proprietários do Barco Rosa de Saron, por pesca ilegal na região dos paranás do Jacaré e Itaboraí. Fonte: GRANAV.

Solicitação: 12/07/2000: do GRANAV, Coordenador Edvan Rocha de Carvalho ao Chefe do Posto do IBAMA em Parintins-AM, apresentação de denúncia e solicitação de providências contra os proprietários do barco Comandante Rafael, por pesca ilegal no lado do Comprido, ilha do paraná de Parintins. Fonte: GRANAV.

Eventos/Convite: VI Intercâmbio das Iniciativas Promissora Avisos de Rádio: Aviso para ser divulgado no período de 14/09 a 01/10/1999: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Carvalho, ao público em geral avisando sobre o Acordo entre a comunidade do paraná de Parintins, o GRANAV e o IBAMA sobre a proibição de pesca com malhadeiras no lago do Comprido enquanto perdurar a seca. Fonte: GRANAV.s do ProVárzea/IBAMA, a ser realizado na Ilha do Mosqueiro/Belém-PA; em 14 a 17/08/2007. Fonte: GRANAV.

Solicitação: 31/08/2000: do GRANAV, Coordenador Edvan Rocha de Carvalho, ao Chefe do posto do IBAMA em Parintins-AM, apresentação de denúncia e solicitação de providências contra o Sr. Eliézio Correa dos Santos, por pesca ilegal com uso de arrastão, equipamento predatório e proibido por lei, no lago Grande do paraná de Parintins. Fonte: GRANAV.

Solicitação: 21/11/2000: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Carvalho, ao Chefe do Posto de Fiscalização do IBAMA em Parintins-AM, apresenta denúncia sobre exploração ilegal de madeiras na Gleba de Vila Amazônia e solicita providências no sentido de coibir o abuso. Fonte: GRANAV.

Certificado: 25/02/2007: do Coordenador do GRANAV ao Sr. Mauro Luís Rufino por reconhecimento ao apoio destinado pelo mesmo ao Grupo. Fonte: GRANAV.

Solicitação: 24/11/2007: do Coordenador do GRANAV, Sr. Edvan Carvalho, ao Chefe do Posto de Fiscalização do IBAMA em Parintins-AM, apresenta denúncia de pesca com arreios ilegais e caça de capivaras e quelônios, espécies protegidas por lei, e solicita providências. Fonte: GRANAV.

Solicitação: Do GRANAV, Coordenador Edvan Rocha de Carvalho, ao Chefe do posto do IBAMA em Parintins-AM, apresentação de denúncia e solicitação de providências contra os Srs: Oto Melo e Jailson Batista Prata, pela pesca ilegal de quelônios no lago do Ipapucu, sendo esta uma espécie protegida por lei. Fonte: GRANAV.

Avisos de rádio: 20/09: do Coordenador do GRANAV, Sr. Francisco Carvalho, aos membros do Grupo para reunião sobre as atividades do “Projeto Terra e Água”, na comunidade do Perpétuo Socorro do paraná de Parintins de Baixo. Fonte: GRANAV.

No próximo capítulo apresentamos a análise da estratégia adotada pelo GRANAV em sua atuação em benefício da sustentabilidade ambiental, das de comunicação ou recursos de comunicação utilizados, representação de meio ambiente nos documentos do GRANAV, ideias sobre desenvolvimento, mudanças de estratégias de comunicação ao longo do tempo e suas características.

6. AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

6.1 FORMAS DE COMUNICAÇÃO EMPREGADAS PELO GRANAV PARA SE COMUNICAR COM OS ASSOCIADOS

O GRANAV para comunicar-se com os associados utiliza do modelo de Comunicação Comunitária.

Outras formas de expressão comunicativas, como meios em seus processos de articulação social e de estruturação institucional, as organizações sem fins lucrativos e os movimentos populares desenvolvem processos comunicacionais próprios, os quais no seu conjunto tem sido caracterizado como de Comunicação Popular e Comunitária. Esses processos se realizam tanto em termos de comunicação direta face a face, interpessoal e grupal, quanto no uso de meios (canais) próprios de comunicação (boletins informativos, carro de som, rádios comunitárias, sítios na internet e perfis nas redes sociais digitais), além de artesanais (cartazes, faixas), artísticos (espetáculos, poesia) e manifestações públicas (caminhadas, escrachos). Os movimentos sociais também desenvolvem mecanismos próprios de publicidade social – para dar visibilidade às suas causas e conquistar aliados – e de relações públicas populares para os relacionamentos com seus públicos internos e externos. Nesses aspectos, é notório o esforço desenvolvido para ocupar espaços nos grandes meios de comunicação convencionais (mainstream media) para dar visibilidade a seus propósitos e programas de ação, a partir de seu olhar, e para transmitir suas posições políticas e ideológicas de modo a interferir no debate na esfera pública e ampliar sua hegemonia. (Peruzzo, 2022, p. 46).

Dessa forma, os meios e recursos que o grupo utiliza são simples e exigem baixo investimento financeiro e as mensagens são produzidas pelos seus próprios membros. Recursos que dispensam a utilização de tecnologias sofisticadas e que exijam pessoas qualificadas para sua operação. Após a análise da documentação encontrada no arquivo do GRANAV, verificamos que o coletivo basicamente ainda utiliza como meio de comunicação o material impresso, muitas das vezes recorrendo à utilização de equipamentos de instituições parceiras para sua produção. Por intermédio desses impressos – convites, carta-circular, ofícios, solicitações, cartilhas – faz chegar aos seus membros a realização futura de eventos, relatórios de atividades, orientações técnicas.

Além dos impressos, outra forma de comunicação muito utilizada pelo grupo são as reuniões e assembleias. Para esses eventos o GRANAV, além de convites impressos, recorre aos avisos radiofônicos que é um meio de alcance amplo e inclusive mais eficiente e barato, já que o rádio, na região, ainda é um grande companheiro do ribeirinho. Logo pelo amanhecer do dia seja na canoa da pescaria, no curral do gado, ou na cozinha das casas o rádio já está ligado, exatamente para que os ouvintes possam ouvir alguma mensagem do seu interesse e se divertir com

os programas musicais e se informar sobre os acontecimentos do mundo afora. E a emissora de rádio da Diocese de Parintins apresenta desde sua criação, no ano de 1967, um programa para a divulgação de mensagens e avisos veiculado exatamente no horário de onze e trinta da manhã, horário em que o ribeirinho já está em casa para almoçar e depois curtir uma boa sesta.

Os cartazes afixados nas paredes dos barcos de 'linha', 'recreio' de 'passageiros' – barcos regionais de transporte de produtos regionais e passageiros – são também outra forma de comunicação do GRANAV entre seus associados e a população em geral. Ainda existe o recurso dos cartazes afixados nos murais de locais públicos como a capela, a escola comunitária e o centro social.

Os encontros sociais e culturais são também recursos aos quais o Grupo recorre para divulgar sua mensagem ambientalista. Sempre no mês de fevereiro, em alusão ao aniversário do Grupo são realizados encontros festivos em que se discute a questão ambiental, as ações desenvolvidas pelo Grupo em um determinado período, os projetos futuros. A comemoração sempre inclui um culto ecumênico e culmina com um almoço comunitário e se o tempo permitir com uma partida de futebol, prática muito apreciada pelos ribeirinhos. Sob a coordenação do GRANAV já se realizaram festivais de músicas com temas voltados para a natureza, assim como a realização de festejos juninos.

6.2 REPRESENTAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NAS COMUNICAÇÕES DO GRANAV

A partir do que fora observado nos documentos analisados no arquivo do GRANAV, o meio ambiente é o centro e o objetivo final do Grupo. A defesa ambiental fica muito evidente nos convites emitidos para as reuniões sobre “acordos de pesca”. Acordos estes que visam a proteção dos lagos existentes na região do Paraná de Parintins, e que são a fonte de alimentação da população local. Com a exploração predatória destes locais, por barcos pesqueiros comerciais, a população local sofre com a escassez e o espectro da fome assume seu papel de forte desequilíbrio social.

O GRANAV não visa o meio ambiente apenas como uma fonte ou depósito de recursos naturais onde se apanham insumos para consumo. Mas, o meio ambiente é pensado no grupo dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável que busca a satisfação das necessidades da geração atual, preservando recursos para as futuras gerações. Dessa forma o GRANAV atua dentro dos princípios de sustentabilidade

idealizados por Sachs (1993) que aponta cinco dimensões da sustentabilidade dos sistemas econômicos que devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento.

Na verdade, a pergunta da professora Peruzzo sobre o que é verdadeiramente desenvolvimento, deveria nortear toda ação humana em seus empreendimentos. O desenvolvimento sempre esteve presente nas civilizações tradicionais, dentro do seu modo de viver e a moralidade da época; o desenvolvimento econômico sempre esteve ligado às estações do ano, com os povos sempre produzindo na época propícia e providenciando as reservas para o período de entressafra; a sustentabilidade ecológica nunca foi transgredida, pois não havia o costume de matar por prazer ou para acumular com o objetivo do lucro, as plantas ou animais não tinham seus ciclos naturais estimulados por hormônios ou quaisquer outros estimulantes; o espaço territorial sempre foi tratado de forma comunitária como um bem comum que deveria ser desfrutado por todos, tanto os mananciais de água, como as florestas e o solo, ainda é comum o plantio comunitário com a divisão da produção na colheita. Já a consciência ou desenvolvimento cultural entre os povos tradicionais é algo que se cultiva desde a infância, o respeito pela natureza chega ao extremo da espiritualidade, tanto que entre os povos ribeirinhos o culto ao boto, a cobra grande, ao curupira, ao jurupari, a tapiraiauara, ainda são tratados como temas sagrados.

Contudo, além dos recursos pesqueiros, o Grupo procura atuar na criação de renda para a população local com projetos que envolvam a produção de mel a partir da criação de abelhas sem ferrão e na produção de hortaliças. Estas são plantas de ciclo curto que apresentam alta produtividade nas terras que foram alagadas por ocasião das enchentes, podendo ser cultivadas nos meses que compreende o período de vazante/seca; aqui na região entre os meses de agosto a março.

Outra evidência do envolvimento do Grupo na questão da sustentabilidade ambiental fica demonstrado nos documentos encaminhados para os órgãos de defesa ambiental, assim como para a justiça. O Programa de Agente Ambiental Voluntário, em uma parceria com o IBAMA e o poder judiciário, é outra demonstração do envolvimento do Grupo na defesa ambiental. Assim, o meio ambiente é compreendido como o espaço onde a comunidade vive e convive com a biodiversidade e que precisa ser cuidado e preservado para que todos possam viver com dignidade e participar de suas atividades cotidianas com tranquilidade. O meio ambiente é um bem de onde tem acesso ao alimento, quer o retirado do mar, das matas, como aquele que é cultivado como as hortas e a criação de gado.

6.3 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O QUE É DESENVOLVIMENTO

A partir do que fora observado nos documentos analisados, o GRANAV trabalha a ideia de desenvolvimento assentado nos princípios do viés de sustentabilidade. A utilização dos recursos naturais de maneira racional e cuidadosa permitirá a segurança alimentar e a geração de renda para as famílias de maneira satisfatória, sem necessitar a depredação do meio ambiente. Verificamos essa forma de projetar o desenvolvimento nos documentos envolvendo o Projeto Terra e Água que possibilitou a captação de recursos internacionais por intermédio do Programa IBAMA/Provárzeas.

Esse projeto permitiu a instalação, na comunidade do Menino Deus, de dezenas de colmeias de abelhas sem ferrão para a produção do mel. Essas colmeias foram distribuídas pelas famílias dos membros do coletivo e ainda hoje continua a produção e a expansão do número das colmeias. O outro projeto dentro do Programa Terra e Água é o da produção de hortaliças de ciclo curto; estas também geram alimento para a população local, sendo o excedente comercializado no mercado da cidade de Parintins que gera renda para as famílias da localidade. Como forma de não sofrer dependência de agentes externos, para o desenvolvimento dessas atividades, o grupo sempre procurou a capacitação dos seus membros e a utilização de insumos locais de maneira que exista a autonomia e liberdade em suas atividades.

A forma de pensar o desenvolvimento pelos membros do GRANAV envolve precaução e responsabilidade, e isso se dá porque os modelos tradicionais de desenvolvimento adotados nos países periféricos incentivados a partir dos países desenvolvidos geraram ilhas de prosperidade e grandes bolsões de miséria nos considerados países subdesenvolvidos.

Peruzzo (2022) lembra que

As teorias de desenvolvimento que mais circulam no mundo capitalista o abordam balizando-se por concepções que se atualizam, mas sob a predominância da visão ocidental do que seria desenvolvimento, a qual se tornou dominante na prática e conceitualmente, tomando-o como progresso, avanço tecnológico e crescimento econômico. Nessa lógica, o desenvolvimento seria aquele alcançado pelos países ricos do Ocidente, cujo padrão as nações precisariam atingir para saírem da condição de atraso ou “subdesenvolvimento” [...]. (p. 14-15).

No entanto, o que se observa na comunidade do GRANAV é a defesa dos lagos da região demonstrada nos diversos acordos de pesca celebrados entre as

comunidades. Os documentos evidenciam que os ribeirinhos se alinham ao modo de pensar o desenvolvimento local na perspectiva da sustentabilidade. Estes acordos foram e continuam sendo organizados pelo GRANAV que conta com o apoio dos órgãos de defesa ambiental. Todas as atividades produtivas aqui elencadas são possíveis de serem levadas a efeito sem necessitar degradar o ambiente haja vista que utilizam apenas o espaço necessário para a produção anual; sendo assim, a floresta não apresenta degradação.

Já os acordos de pesca definem quais os lagos destinados a procriação dos peixes e quais os lagos que poderão ser utilizados para captura dos mesmos para consumo e comercialização. Os lagos apresentam uma riqueza imensa de variadas espécies de pescado. Contudo, a entrada de barcos de pesca comercial provoca a destruição quase total dessas reservas ao utilizarem redes de pesca conhecidas como “arrastões”. Este tipo de rede possui uma capacidade de captura enorme e como possui a trama da malha de pequeno tamanho, ao ser arrastada nos lagos, captura peixes de todos os tamanhos. Vale destacar que aqueles de menor valor comercial ou de tamanho pequeno são jogados mortos de volta aos lagos. Isso repetido anualmente não permite a recomposição dos cardumes que nesse processo predatório tendem à extinção.

6.4 AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO AO LONGO DO TEMPO

Basicamente no período que consideramos para a pesquisa – a década de 90 até os dias atuais – o grupo não apresentou mudanças significativas da forma de estratégia de comunicação com seus membros ou demais públicos. O GRANAV se mantém fiel ao modelo da comunicação popular, comunitária e alternativa, às vezes também caracterizada como dialógica, educativa, participativa e cidadã (Peruzzo, 2022).

Para Peruzzo (2022, p. 85)

Os pontos centrais dessa comunicação são a participação cidadã e sua organicidade com o grupo, comunidade, organização social ou movimento popular do qual emerge e ao qual se vincula. É nesse sentido que a comunicação popular e comunitária é concebida como feita com a comunidade, por ela e para a própria comunidade. Esse âmbito é extrapolado quando ela se dirige também aos públicos externos, seja por meio de processos comunicacionais específicos ou mesmo através da internet, mas sem deixar de servir aos interesses da organização social ou comunidade a que pertence, pois romper com visões preconceituosas, externar sua visão

de mundo diante dos problemas e causas sociais, conquistar apoios e ampliar a hegemonia faz parte das estratégias.

As pessoas que estão envolvidas no Grupo, até mesmo por questões financeiras, não percebem o investimento em comunicação como algo significativo. Nota-se a dependência do uso de recursos de entidades parceiras e não se percebeu nenhum investimento em meios de comunicação próprios. Até mesmo porque, para se ter uma base de comunicação, em virtude das restrições do sistema de comunicação regional o Grupo precisaria ter um escritório na cidade de Parintins o que diante das perspectivas de arrecadação da associação o investimento é inviável.

Mas, mesmo com todas as dificuldades o telefone rural e o celular já estão se apresentando como meios de comunicação, ainda que de forma precária, como elementos de ligação entre o GRANAV e seus membros e o público em geral. Mas, a utilização das ondas do rádio ainda continua presente no modo de atuação de comunicação do Grupo.

A seguir, apresentamos as considerações finais sobre a pesquisa. No entanto, como acreditamos que o tema comunicação comunitária seja muito amplo e complexo, certamente, não se esgotará em apenas uma etapa de estudos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos apresentar a Comunicação Comunitária como o elemento de vinculação entre os membros de uma comunidade ribeirinha amazônica em defesa de sua cidadania. Procuramos, mesmo por intermédio de documentos, desvendar como um grupo de ribeirinhos encontraram o caminho para fazer suas vozes ouvidas além-fronteiras em prol da sustentabilidade ambiental.

Em nenhum momento procurou-se confrontar a Comunicação Comunitária com quaisquer outros modelos de comunicação praticados no que se conhece como aldeia global. Analisamos documentos que apresentam a trajetória de um grupo de comunitários da região do médio Amazonas, na fronteira entre o Estado do Amazonas e o Estado do Pará, mais precisamente na ilha do Paraná de Parintins. Esta ilha se divide em três comunidades: Paraná de Parintins de Cima; Paraná de Parintins do Meio e Paraná de Parintins de Baixo. Na região a denominação das localidades apresentam termos bastantes peculiares, como: boca do jacaré, ilha das onças, comprido, costa do arco, etc.

Nossa pesquisa realizou-se na comunidade do Paraná de Parintins do Meio, registrada política e geograficamente como comunidade do Menino Deus. A influência da igreja católica é outra característica marcante na denominação das localidades. Para ser circundada a ilha do Paraná de Parintins, localizada no rio Amazonas, em barco de pouca potência, levará pelo menos cinco horas de navegação. O seu interior abriga lagos que se comunicam no período das cheias do rio Amazonas e que se tornaram a fonte dos conflitos ambientais que deram origem ao GRANAV, grupo ambientalista que assumiu a defesa da sustentabilidade ambiental da região. A margem da ilha que está ao norte do rio Amazonas, é praticamente desabitada em virtude da força dos ventos e das ondas que não permitem habitação e mesmo ancoradouros para barcos.

De início quando decidimos pela pesquisa sobre o tema da Comunicação Comunitária no ambiente de várzea amazônica, sabíamos que iríamos trabalhar uma realidade em que ouviríamos o som, mas não saberíamos a sua origem, leríamos a mensagem, mas não teríamos nada escrito a nossa frente, perceberíamos a luz, mas não definiríamos sua fonte. Pois, é dessa forma que a comunicação comunitária acontece na realidade ribeirinha amazônica. Você sabe que algo de importante está acontecendo, contudo, é como se fantasmas se movessem ao seu redor transformando a realidade de forma inusitada.

Remédios químicos, eram produtos raros. As ‘benzeções’ – orações feitas geralmente pelos mais velhos sobre os doentes –, os chás, os unguentos como formas de pastas, as defumações sempre causaram efeitos digamos ‘milagrosos’. Hoje, infelizmente, ao menor sinal de febre ou dor de cabeça, é sempre mais recomendável recorrer ao merceiro ou farmácia mais próximos pois eles sempre terão o alívio imediato para as dores físicas. Quanto se perdeu ao se deixar de usar a medicina tradicional. Macumbeiras, parteiras, ‘puxadores de desmentiduras’ – um osso deslocado ou quebrado é tratado com massagens e talas – de grande utilidade por milênios de repente perderam sua importância.

Como já falamos anteriormente, ouvimos falar da atuação do GRANAV por meio das ondas da rádio Alvorada AM, de propriedade da Diocese de Parintins lá pelos idos da década de 70. E, na década de oitenta já atuando no sistema estadual de extensão rural eram muitos os comentários sobre um grupo de agitadores – envolvendo principalmente agricultores e pescadores – atuando na região do Paraná de Parintins. Uma época marcada por uma vigilância governamental extrema sobre todo tipo de associações que pretendessem reivindicar os direitos dos cidadãos. Talvez por isso não existam documentos relatando a atuação do grupo ambiental nessa época. A mensagem do grupo era transmitida em um processo de relação direta entre os pares do grupo. Aproveitando para isso o envolvimento nas Comunidades Eclesiais de Base e a proximidade física dentro da localidade da ilha do Paraná de Parintins, o isolamento da região, nesse caso jogava a favor do GRANAV.

Como ficou claro em sua trajetória de atuação o GRANAV nunca possuiu um departamento ou órgão especializado em comunicação. Mesmo na atualidade as convocações para assembleias, reuniões ou qualquer evento realizado pelo Grupo ainda são feitas por meio de papel impresso, aviso pelo rádio e alguma coisa já se comunica pelo WhatsApp, mas, como o celular quase não funciona na zona rural isso se constitui num impedimento para o uso desses aparelhos. Contudo, isso não foi obstáculo para a sua atuação em defesa da sustentabilidade ambiental. Mesmo sem conhecer o conceito de desenvolvimento sustentável, os ribeirinhos do Paraná de Parintins, tomaram para si a defesa da região em que vivem. Contrariando a ideia colonizadora de que os naturais da região não possuem capacidade para gerir a fabulosa riqueza natural da região, os ‘caboclos’, tomaram para si a responsabilidade de defender o seu direito a usufruir de forma equilibrada do que a mãe Terra coloca à sua disposição (Witkoski, 2010).

Parece à primeira vista, uma ingenuidade falarmos de comunicação comunitária, onde praticamente não existe nada definido sobre o tema. Contudo, distante dos holofotes da mídia convencional a comunicação nascida da interação entre pares é a melhor forma de transmitir uma mensagem. A comunicação comunitária nascida do profundo das necessidades humanas ainda é a possibilidade e a melhor forma de transformar realidades adversas. Ainda que os meios de comunicação de massa apresentem em seus veículos temas como violência, miséria, fome doenças, prostituição infantil, desemprego e tantas outras mazelas sociais, tudo soa de forma impessoal, abstrata.

São informações, notícias que não apresentam a dor dos miseráveis, o sofrimento das mães que não têm como alimentar seus filhos, o desespero do agricultor com suas terras secas sem poder germinar as sementes da esperança, a vergonha do desempregado que não pode sustentar sua família. Atualmente, são inúmeros os eventos mundiais que tratam da defesa do planeta, do desenvolvimento sustentável. Contudo, se observarmos são eventos que para tratar da pobreza, da fome e da miséria acontecem em regiões ricas do planeta, em cidades fabulosas como Dubai, Rio de Janeiro, Tóquio, Paris onde abunda a fartura e o desperdício. Nos perguntamos 'como falar de pobreza em meio ao fausto e à opulência'?

Por isso, a iniciativa de um grupo de 'cabocos' ribeirinhos, desprovidos de riquezas materiais e de poucos conhecimentos acadêmicos se torna um marco na luta pela sustentabilidade ambiental. Seu grito pela vida, nasce da necessidade produzida pela ganância daqueles bem alimentados e que não conseguem ver vida na fartura, mas apenas vislumbram o lucro na vida ociosa. Sua luta diária pela vida parece uma ingenuidade, contudo, como diria o poeta ribeirinho Thiago de Mello 'faz escuro, mas, eu canto'. É o movimento solitário do beija-flor que, ao perceber o incêndio na floresta mergulhava no igarapé para encher seu bico com a água que provavelmente apagaria as chamas.

Hoje, após tantos anos de luta – trinta anos pelo menos – a mensagem de sustentabilidade ambiental, educação e cidadania ainda continua sendo pregada nas reuniões, assembleias, encontros comemorativos. Contudo, isso não desmerece o modelo de Comunicação Comunitária adotado pelo GRANAV, pois vivemos em uma região na qual os fabulosos meios de comunicação ainda não conseguem vencer a imensidão da floresta e a baixa densidade populacional que impede economicamente investimentos em equipamentos para atender uma população de baixa renda.

Podemos afirmar, após a análise dos documentos produzidos e recebidos pelo GRANAV em sua trajetória em defesa da sustentabilidade ambiental que sua atuação foi marcada pela comunhão de interesses, mesmo tendo que desafiar posições antagônicas dentro da comunidade do Menino Deus. Verificamos que a atuação do Grupo iniciou com a percepção da perda do equilíbrio ecológico diante da exploração predatória dos recursos naturais da região do Paraná de Parintins, de maneira particular os grandes cardumes existentes nos lagos locais. A captura, a princípio praticada para a alimentação doméstica pelos próprios moradores naturais da região, ganhou contornos dramáticos quando passou a ser praticada e incentivada por pessoas externas à comunidade e que possuidoras de maiores recursos financeiros e materiais passaram a extrair sem controle os recursos que abasteciam a população local.

A inquietação deu início a reflexão, que compartilhada nas conversas entre os comunitários ganhou corpo e substância de forma a ser transformada em um instrumento de luta e reivindicação. Essa é a essência da comunicação comunitária, a descoberta da necessidade e a partilha da situação entre os pares. É uma comunicação que não acontece a partir do 'ouvi dizer', mas que nasce da realidade vivida e, ainda que lentamente vai ganhando espaço no ambiente, até o ponto em que sua mensagem incomoda e chama para si a atenção de todos. É uma comunicação que compromete, pois nasce do diálogo, do 'olho no olho'. Diferentemente de uma mensagem bem formatada, a comunicação comunitária vai sendo burilada nas vicissitudes do cotidiano. Existem avanços e retrocessos e isso se transforma em um processo educativo, transformador e libertador. Cada pessoa da comunidade é envolvida e convidada a dar sua parcela de contribuição, ainda que a situação possa lhe parecer alheia, no final os resultados afetarão a todos.

Da tomada de consciência nasce a reflexão que conduz ao diálogo que produz a educação. Não uma educação formal, com conteúdo pronto a ser aplicado aos desprovidos do saber, mas uma educação que nasce da partilha dos saberes entre pessoas que adquiriram conhecimento com a experiência do dia-a-dia. Ao se perceberem dotados de um saber transformador, as pessoas tomam consciência do seu lugar e do seu papel dentro da comunidade, sem perceber assumem seu protagonismo como cidadãos. Descubrem que seu direito a uma vida digna não acontece por decretos ou benesses externas, mas sim, pela sua tomada de decisão

e sua escolha entre viver independente ou submissa. A cidadania é uma conquista da comunidade e não um presente dos governos, é o resultado da luta por um direito.

O GRANAV procurou de muitas formas como percebemos nos documentos analisados em seu arquivo, partilhar entre seus membros e mesmo entre pessoas pertencentes a outras localidades sua mensagem em benefício da sustentabilidade ambiental. Sua estratégia de atuação não se limitou apenas a pregação de uma mensagem com aspecto de exortação. Mas, verificamos que a realização de parcerias com instituições governamentais e outras organizações populares, possibilitou a implantação de projetos educacionais e produtivos que impactaram de forma positiva a vida comunitária. Esses projetos deram forma física à ideia do desenvolvimento sustentável, pois aproveitaram recursos endógenos e exógenos para o benefício da população.

Foi possível perceber que os documentos produzidos a partir da coordenação do GRANAV não apresentavam formato nem texto refinados, mas sua simplicidade e objetividade sempre surtiam efeito. E o GRANAV se comunicou não apenas por intermédio de documentos impressos, fotográficos ou audiovisuais, sua forma mais expressiva de comunicação se fez a partir de suas assembleias, reuniões, cultos ecumênicos e outras celebrações culturais que procuraram expressar a mensagem de cidadania do Grupo.

É certo que mesmo dentro da comunidade do Menino Deus o GRANAV não possui unanimidade em sua mensagem preservacionista. Contudo, o seu apelo por um mundo mais justo e humano sempre ecoa e incomoda. Quando membro do quadro de funcionários do serviço de extensão rural do Estado do Amazonas, pude participar de reuniões do GRANAV, cuja pauta eram acordos de pesca e pude perceber que as discussões eram difíceis e melindrosas. Conciliar interesses de agricultores, pecuaristas e pescadores é algo bastante difícil, quando os protagonistas estão presentes face a face, e cada defendendo seus interesses.

Para as pessoas que lerem este trabalho é bom que fique claro que os membros do GRANAV, assim como as demais pessoas que vivem na região ribeirinha, possuem pouca instrução educacional. Assim, é comum que as discussões nas reuniões nem sempre aconteçam de forma muito polida. São agricultores, extrativistas, pescadores, donas de casa, pessoas nem sempre acostumadas a formalidades encontradas em encontros acadêmicos ou políticos. Algumas vezes questões pessoais e familiares são invocadas em assuntos referentes a produção e

se torna necessário que a coordenação tenha muita sensibilidade no momento. O analfabetismo praticamente foi superado, mas a formação básica ainda é o ensino fundamental nos residentes, uma vez que, com a oferta de cursos de nível superior na cidade de Parintins, muitos filhos dos ribeirinhos já aproveitam dessa oportunidade. Mas, frutos educacionais da atuação do GRANAV já apareceram; pelo menos dois especialistas em Ciências Ambientais já foram formados, sendo que um ocupa o cargo de Secretário de Agricultura na vizinha cidade de Juruti, no vizinho Estado do Pará, e o outro é atualmente o coordenador do GRANAV; este, pessoa de fala mansa, porém de uma sabedoria de poucos.

Mesmo sem unanimidade os encontros do GRANAV fossem administrativos ou culturais sempre apresentavam a característica da fraternidade, da partilha. A mesa farta com os produtos da terra e dos rios é sempre marcante. As bandejas cheias de macaxeira e fruta-pão cozidas, panelas de mingau de banana grande, as jarras com os sucos das frutas locais como taperebá, graviola, goiaba; geralmente os encontros ao final apresentavam a fartura dos peixes regionais assados ou cozidos acompanhados da farinha de mandioca torrada.

O GRANAV como todo movimento popular nasceu de forma tímida e foi se organizando pouco a pouco em torno de seus objetivos. Apesar de sua origem contar com o apoio da igreja católica por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base, assim como do Partido dos Trabalhadores, sua atuação demonstrou autonomia e independência, buscando quando possível parcerias em órgãos governamentais, prefeituras, universidades, e mesmo outras comunidades atingidas pela exploração predatória em seus recursos naturais. Seu processo de amadurecimento organizacional passou pelas fases de mobilização, conscientização, organização e ação o que possibilitou convênios e parcerias que lhe permitiram inclusive a execução de projetos de cunho educativo e de produção, deixando claro sua atuação de forma ambientalmente sustentável.

A defesa ambiental partida das comunidades amazônicas torna-se quase como uma utopia. É preciso muito cuidado ao analisar as ações em defesa da Amazônia, governos, Ongs, membros de bandas pop star, aliam suas marcas ao termo Amazônia, porém pouco ou quase nada estão fazendo na realidade, apenas associar o termo Amazônia aos seus pleitos já é uma forma espetacular de promoção. O ano 2023 segundo os climatologistas foi o mais quente. Nas últimas décadas aumentou o

número de indústrias e a geração e o consumo de energia, a quantidade de carros aumentou, em tamanho e consumo.

Contudo, na região do Médio Amazonas o ribeirinho trabalha praticamente em matas já trabalhadas em pelo menos três anos passados, áreas conhecidas como matas secundárias, sendo que dessa forma não existe degradação, e sim conservação da mata primária. Para sustentar suas famílias continua pescando com anzol e tarrafa. Planta suas plantas de várzea como seus ancestrais plantavam, nada que agrida o meio ambiente como o que é divulgado nos telejornais, normalmente cada família ribeirinha prepara o solo para o plantio de no máximo três hectares, dependendo da capacidade de trabalho familiar, como o período de cultivo é de no máximo sete meses, tudo é calculado para que não haja perdas de esforço.

O domínio é o do ciclo das águas, caso elas cheguem antecipadamente haverá perdas, mas no caso de cheias consideradas normais o milho será colhido verde, que é mais lucrativo, a macaxeira também produzirá raízes mais pesadas. Os métodos de plantios continuam como praticados a décadas atrás, pois apesar da fertilidade do solo, o ciclo das águas se impõe como verdadeiro limite que não permite o aproveitamento do solo para mais de uma colheita. A alternativa encontrada pelos ribeirinhos é o plantio em balcões elevados que permitem colheitas durante a cheia do rio de folhosas como couve, alface, coentro, chicória regional, maxixe. Esses produtos pela escassez são valorizados gerando uma renda extra para as famílias ribeirinhas.

Ao conversar com os ribeirinhos que veem vender seus produtos na feira em frente a cidade de Parintins compreendemos toda a problemática enfrentada por eles. Segundo o Sr. Manoel, que parece pelo formato dos pés, nunca haver calçado uma sandália de dedos, sua lida começa as três horas da manhã, carregando produtos para sua 'bajara' – canoa grande movida a motor – isto inclui peixes, produtos da época como milho verde, melancia, cheiro verde, macaxeira, jerimum, pimenta de cheiro e outros. Segundo ele o trabalho é demasiado brutal, sendo que algumas vezes é obrigado a entregar parte dos produtos para os revendedores que ao final acabam lucrando.

É assim que o processo da comunicação comunitária acontece na realidade ribeirinha amazônica. Nada diferente do que relata Peruzzo em seus trabalhos sobre como a comunicação comunitária acontecia em décadas passadas. Os instrumentos ou equipamentos continuam a ser simples e de baixa tecnologia, contudo o mais

importante é que as mensagens continuam circulando e atingindo o seu objetivo de informar e congrega a comunidade multiplicando a ideia da necessidade de preservar o seu meio ambiente.

Referências

BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. - 3. Ed. atual e ampliada – ampliada. São Paulo: Saraiva, 2011.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª. ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa** / Wilson da Costa Bueno. – São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres: dignidade e direito da Mãe Terra**. – Ed. rev. e ampl. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. 5 ed. revista e ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação Socioambiental: comunicação popular e educação**. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/txbase_educom_20.pdf. Acesso em: 22/06/2022.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração de renda no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global e Ed. Unicamp. 1985.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação** (Orgs.). 2 ed. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012

EDILSON da Costa Albarado. **O significado das práticas de sustentabilidade socioambiental do GRANAVAL junto às comunidades ribeirinhas do município de Parintins (AM)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas, Parintins-AM, 2016.

FERRARETO, Luiz Artur. Estruturação da mercadoria das emissoras comerciais sob a convergência: apontamentos para uma economia política da indústria radiofônica. Revista **FAMECOS mídia, cultura e tecnologia**. Porto alegre, vol. 21, n. 3, p. 943 – 965, setembro-dezembro 2014.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. – 1ª ed. – São Paulo: Paulinas, 2015.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Editado por Paz e Terra, licenciado gratuitamente para Anca/MST, 2004.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

GIRARDI, Ilza; JACOBUS, Rodrigo. **Cartilha Para Fazer Rádio Comunitária com C Maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de Ideias, 2009.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (org.). **Jornalismo ambiental**: teoria e prática [livro eletrônico] – Dados eletrônicos – Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

GONH, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3ª ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2010.

_____. (Organizadora). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais** / 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOGAN, Daniel. **Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável**. Lua Nova, São Paulo: Cedec, n. 31, 1993.

JACOBI, Pedro (coord.). **Pesquisa sobre problemas ambientais e qualidade de vida na cidade de São Paulo**. Cedec/SEI, 1994.

JORGE Duarte, Antonio Barros (Organizadores). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

KAPLÚN, M. **Una pedagogia de la comunicación**. Madri: Ediciones de la Torre, 1998.

KOLLING, Patrícia. **Vozes do movimento indígena brasileiro**: Análise das notícias produzidas pela Apib e Coiab no primeiro ano da pandemia da Covid-19. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

LOOSE, Eloisa Beling. **Riscos climáticos no circuito da notícia local**: percepção, comunicação e governança. Eloisa Beling Loose. Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento do Setor

de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná; orientadora: Myrian Regina Del Vechio de Lima. Curitiba: 2016.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução do texto da primeira edição de Jorge E. Silva; revisão técnica desta edição de Carlos Walter Porto-Gonçalves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Educação Ambiental).

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica**. In: Jorge Duarte; Antonio Barros (Orgs), 2012, p. 269-270.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Neves da Silva. – 6.ed. – Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. 5 ed. – Porto Alegre: Sulina, 2015.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, v.5, n.2, p. 37-48, maio/ago, 2002.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo / Raquel Paiva; 2ª ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. – (Coleção Comunicação). São Paulo: Paulus, 2005.

_____. (Organizadora). **O retorno da comunidade**: (os novos caminhos do social); prefácio Muniz Sodré. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania – texto apresentado no **V Simpósio de Pesquisa em Comunicação do Centro-Oeste**, realizado em Goiânia, entre 20 a 22/05/99. Publicado em *Comum. Inf.*, vol. 2, n. 2, p. 205-228, jul. / dez. 1999.

_____. **Pedagogia popular e comunitária nos movimentos sociais**. Porto Alegre; Sulina, 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional / Muniz Sodré. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação / Michel Thiollent. – 18. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2ª. Edição. – São Paulo: Annablume, 2010.

ANEXOS

Imagem 1: Lagoa de abrigo para embarcações na cidade de Parintins em período de seca do Rio Amazonas.



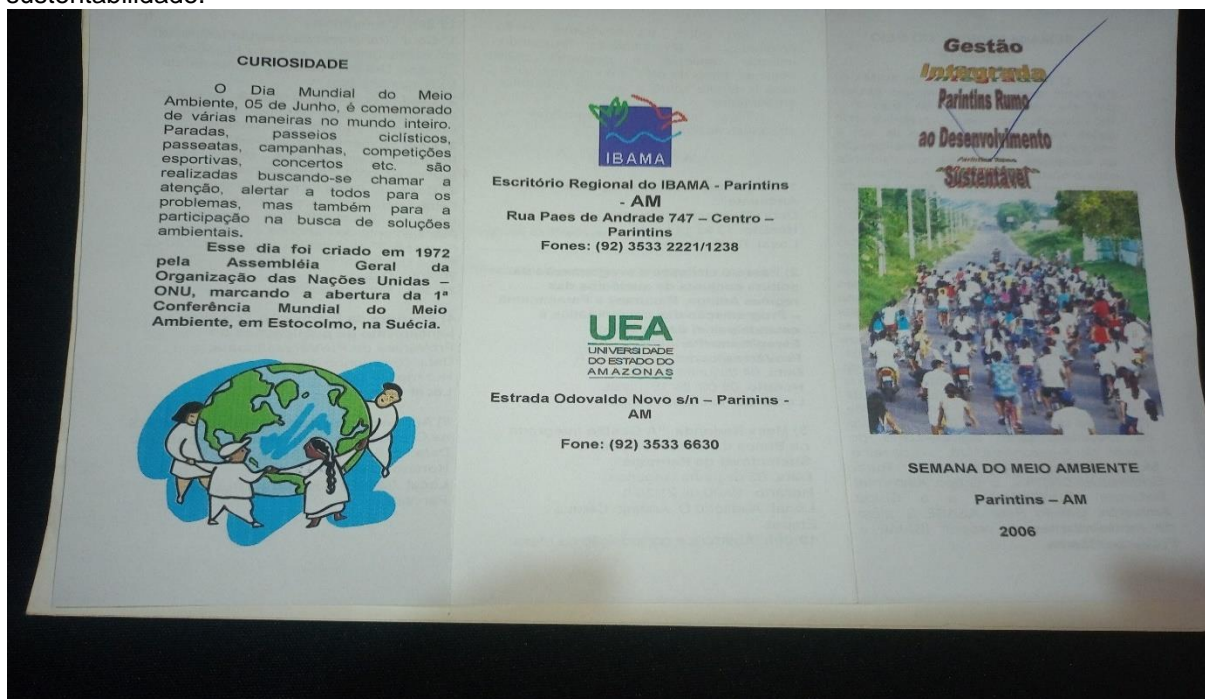
Fonte: O autor.

Imagem 2: Modelo de convite de instituição parceira do GRANAV. Fonte GRANAV.



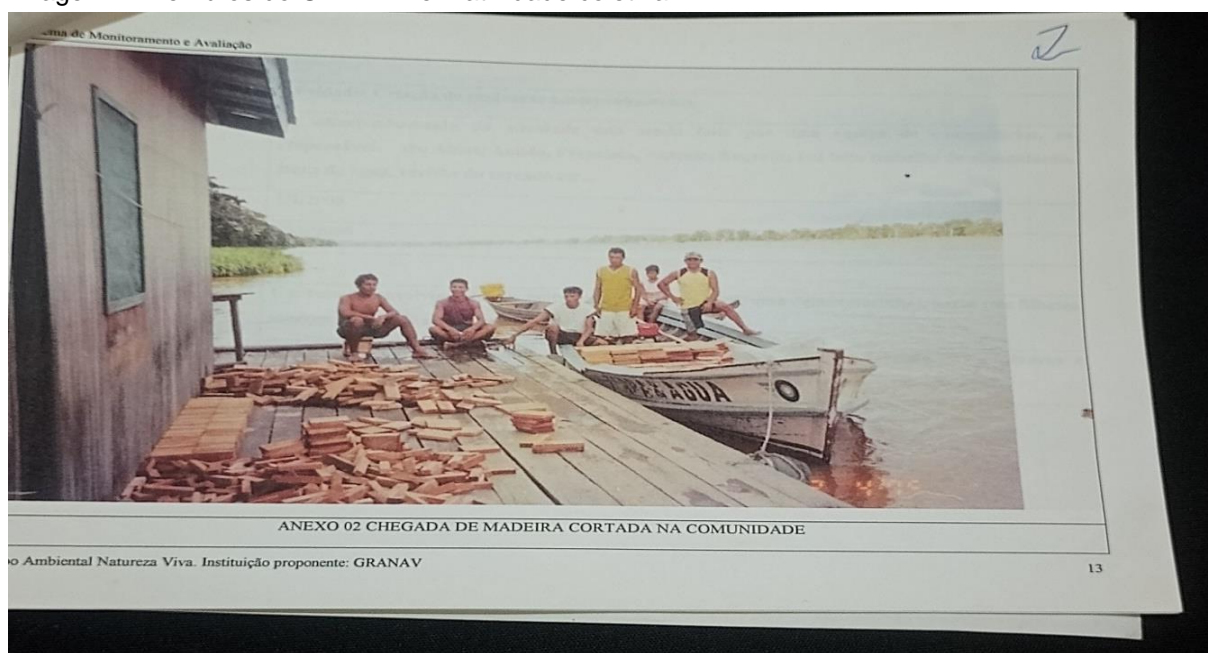
Fonte: GRANAV.

Imagem 3: Modelo de folder utilizado pelo GRANAV para convocação de manifestação sobre sustentabilidade.



Fonte: GRANAV.

Imagem 4: Membros do GRANAV em atividade coletiva.



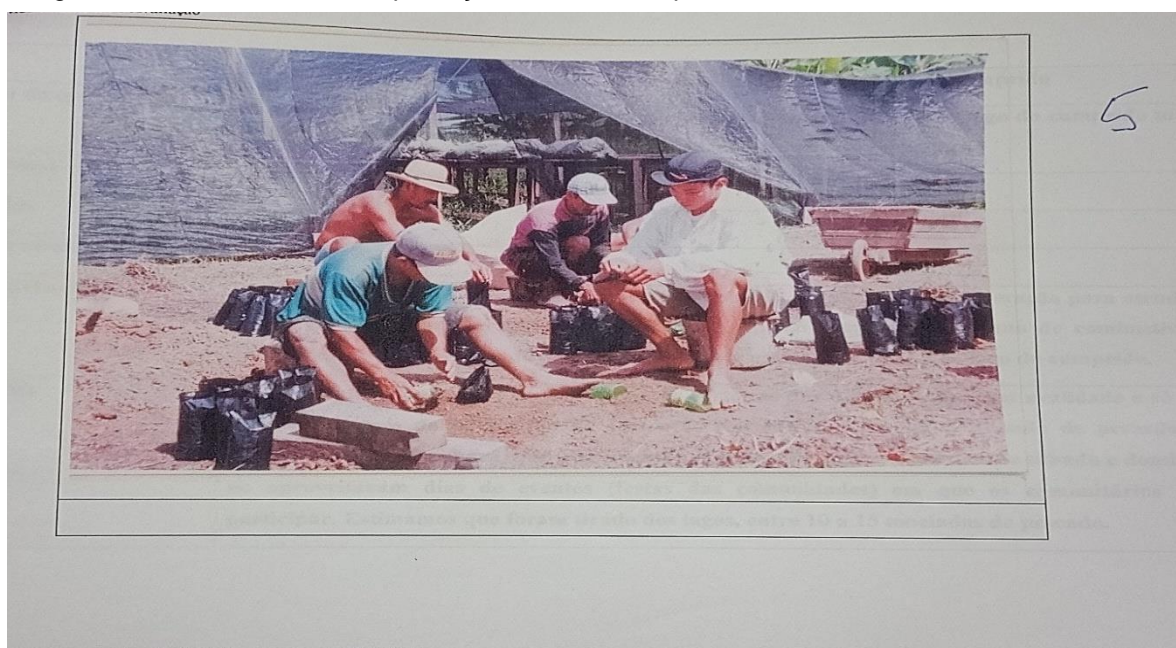
Fonte: GRANAV.

Imagem 5: Membros do GRANA V em atividade de fiscalização.



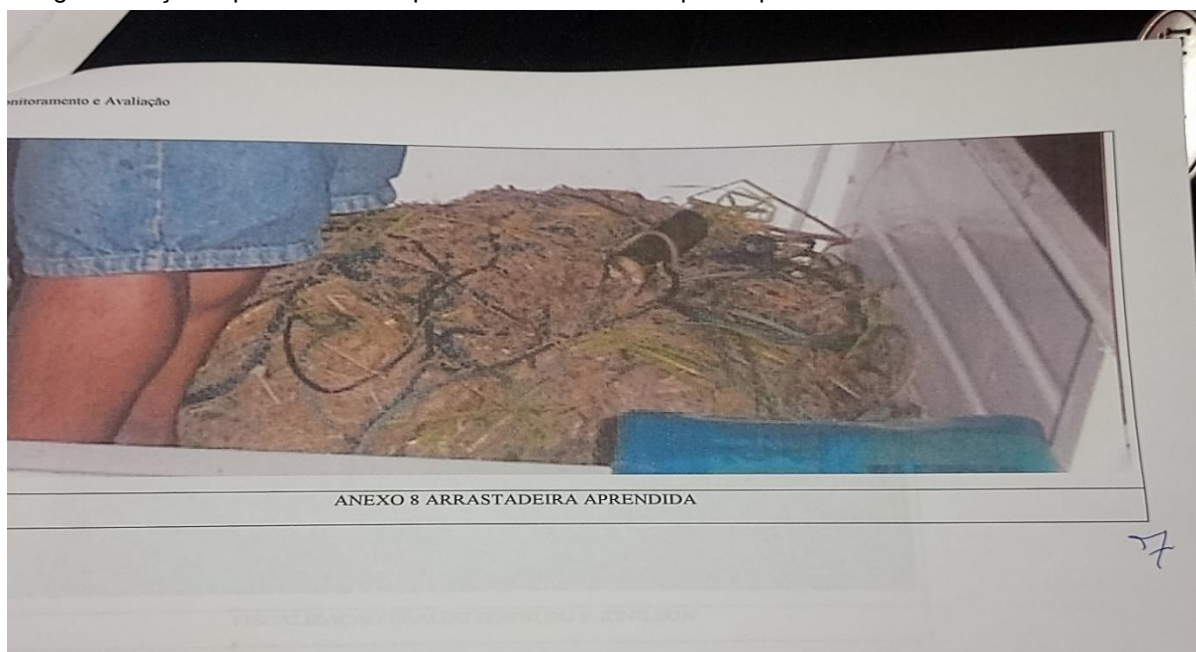
Fonte: GRANA V.

Imagem 6: Atividade coletiva de produção de mudas de plantas olerícolas.



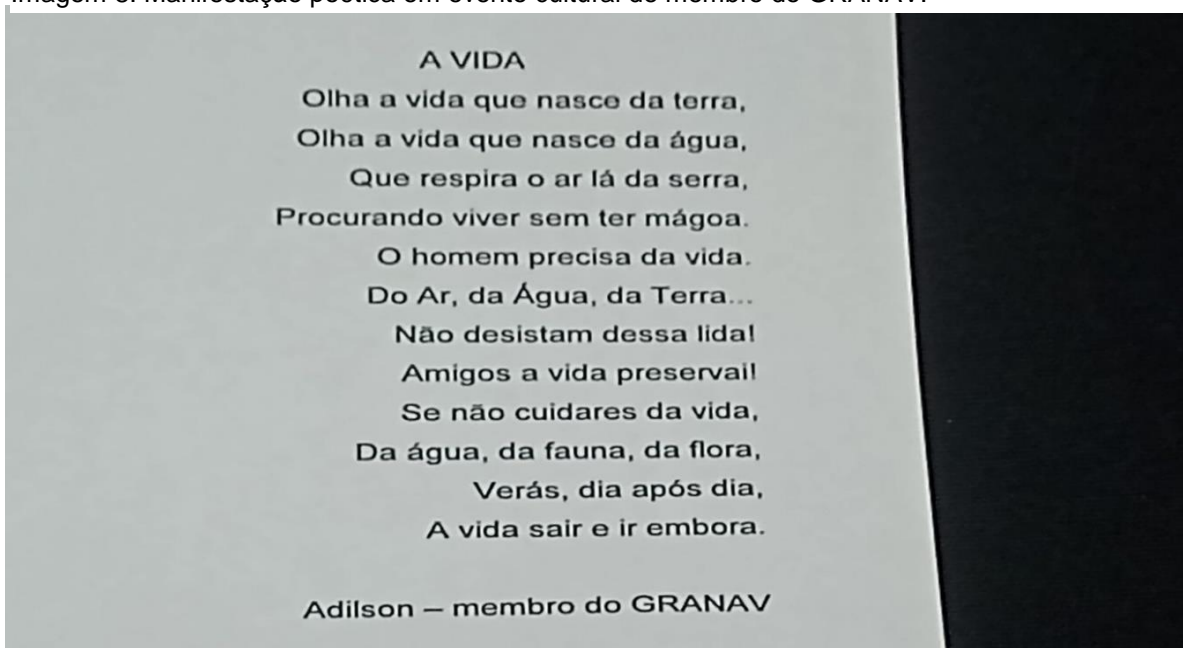
Fonte: GRANA V.

Imagem 7: Ação repressiva com apreensão de arreio de pesca proibido.



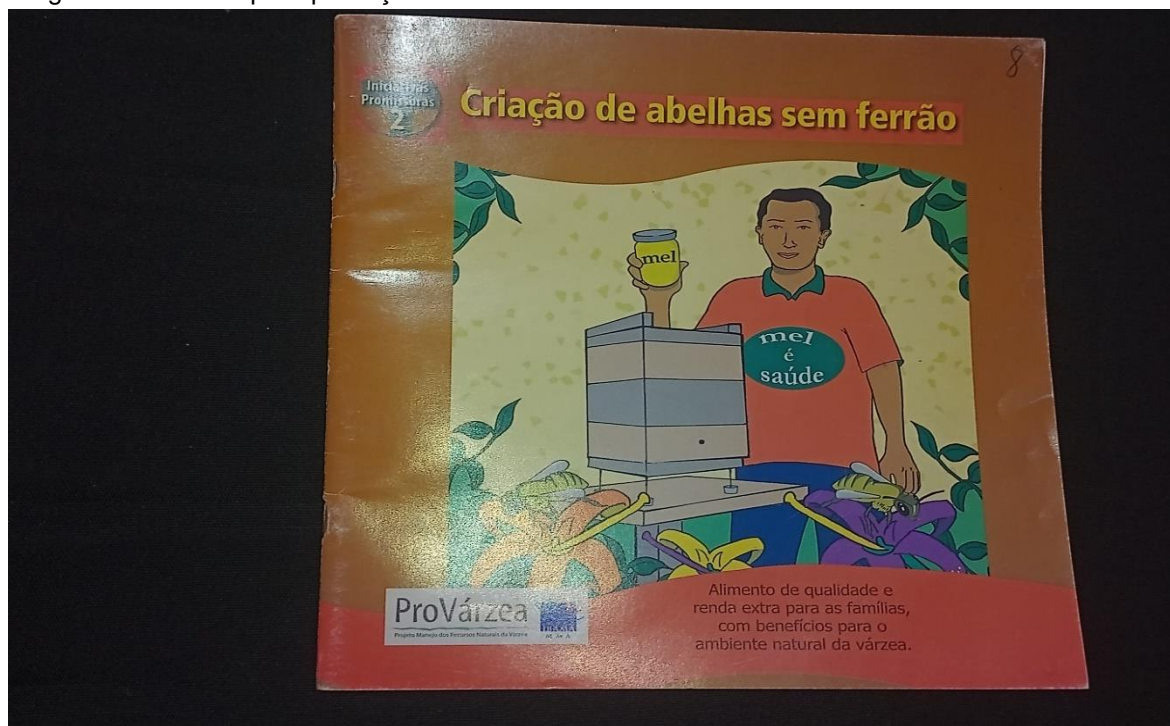
Fonte: GRANAV.

Imagem 8: Manifestação poética em evento cultural de membro do GRANAV.



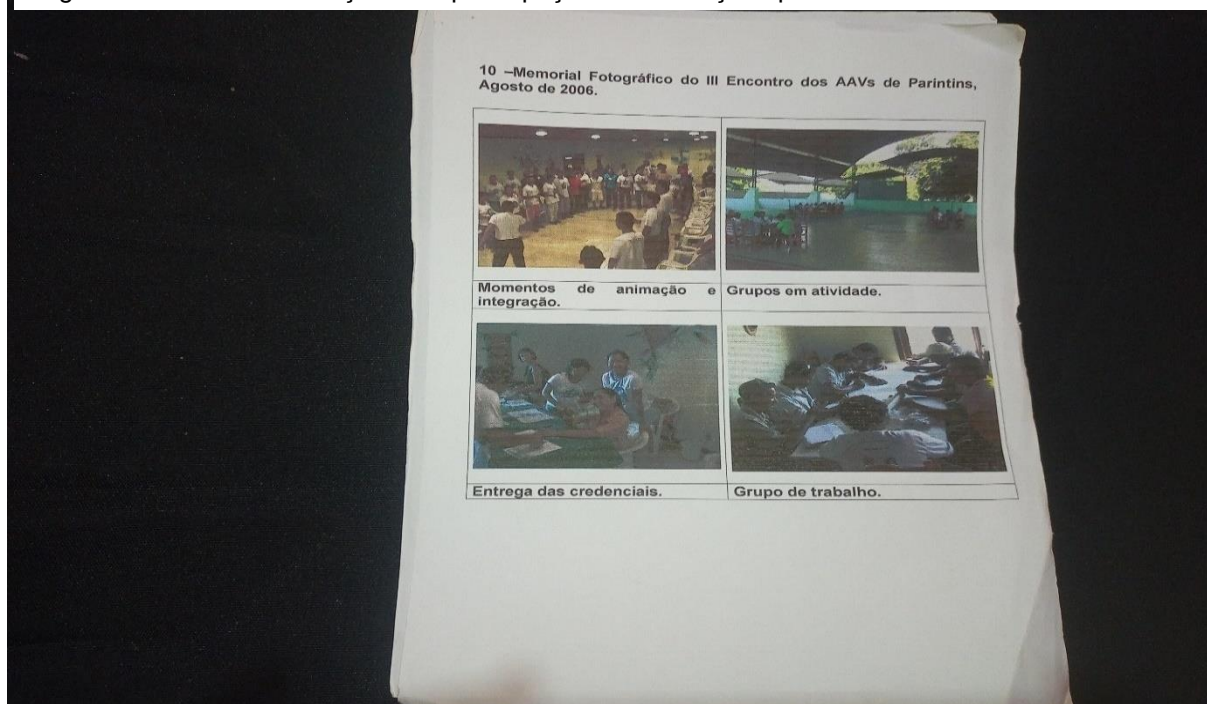
Fonte: GRANAV.

Imagem 10: Cartilha para produção de mel de abelhas sem ferrão.



Fonte: GRANA.V.

Imagem 9: Evento de formação com participação de instituições parceiras.



Fonte: GRANA.V.

Imagem 11: Igreja, centro social e escola da comunidade do Menino Deus.



Fonte: GRANAV.

Imagem 12: Reunião dos membros do GRANAV no centro social comunitário.



Fonte: GRANAV.

Imagem 13: Porto da comunidade do Menino Deus em período de vazante.



Fonte: o autor.

Imagem 14: Imagem da ilha do paraná de Parintins em período de vazante.



Fonte: o autor.

Imagem 15: Ilha do paraná de Parintins em época de cheia do rio Amazonas.



Fonte: GRANA.V.